

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ALEXANDRE DE SOUZA CORRÊA

**TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM MATO
GROSSO DO SUL: UM ESTUDO SOBRE O CAPITAL
AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MS.**

Dourados – MS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ALEXANDRE DE SOUZA CORRÊA

**TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM MATO
GROSSO DO SUL: UM ESTUDO SOBRE O CAPITAL
AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –
Mestrado em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da
Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr. Márcia Yukari Mizusaki

Dourados – MS
2010

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados

307.76 Corrêa, Alexandre de Souza.
C824t Transformações na estrutura produtiva em Mato Grosso do
Sul: Um estudo sobre o Capital Agroindustrial Canavieiro no
Município de Dourados, MS. / Alexandre de Souza Corrêa. – Dourados,
MS :

UFGD, 2010.
116 p.

Orientadora: Profa. Dr^a. Márcia Yukari Mizusaki
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
da Grande Dourados.

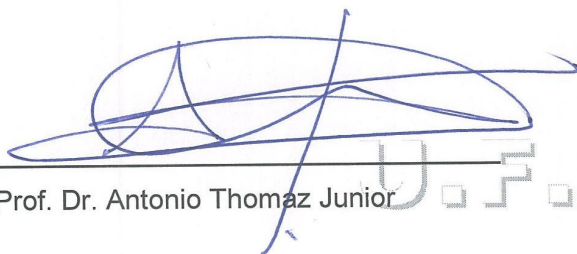
1.Território. 2. Capital Sucroalcooleiro - Dourados. 3.
Agroindústria. I. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Ao 25º dia do mês de novembro de dois mil e dez, às quatorze horas, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, em sessão pública, realizou-se a Defesa de Dissertação de Mestrado de **ALEXANDRE DE SOUZA CORRÊA** intitulada “**TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS**”. A Comissão Examinadora foi constituída pela Professor Doutor Antonio Thomaz Junior (UNESP) e Professor Doutor Marcelo Dornelis Carvalho (UNIOESTE) e presidida pela Professora Doutora Márcia Yukari Muzusaki (UFGD), na qualidade de orientadora. A Senhora Presidente, após declarada aberta a sessão, esclareceu os procedimentos regimentais e passou a palavra ao candidato, para sua exposição inicial. Após, foi realizada a sequência de arguições e as colocações do candidato. Terminadas as arguições, a Comissão, em sessão secreta, realizou os trabalhos de julgamento tendo sido o candidato considerado aprovado, fazendo jus ao título de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, na área de concentração “Produção do Espaço Regional e Fronteira”. Para constar, eu, Danieli Zuntini Viscardi, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora. Dourados, 25 de novembro de 2010.

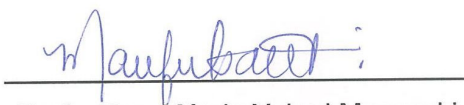


Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior



Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho



Profa. Dra. Márcia Yukari Muzusaki
Orientadora

TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO SOBRE O CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS.

Resumo:

Diante da expansão da monocultura canavieira no Estado de Mato Grosso do Sul, e atualmente no Sul do Estado, propomo-nos a estudar o município de Dourados. Estas reflexões terão como base o processo de territorialização e reestruturações produtivas em Dourados, especificamente a partir das instalações das Usinas Dourados Álcool e Açúcar Ltda. e São Fernando Ltda., que ocorreram a partir do ano de 2007. Concordamos que novas relações no território estão dominadas pelos canaviais, assim nos apoiamos primeiramente no conceito de território, interpretado como as relações sociais que produzem as formas de ocupação do território e expressam as relações entre sujeitos – indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, entre outros que compõem a sociedade. Portanto, o território é marcado pela história construída pelos homens que nele habitam e que dele se apropriam, marcada por lutas e contradições que se processam em uma sociedade. A partir da concepção de território, pretendemos compreender o processo de territorialização das agroindústrias canavieiras e as expressivas reestruturações que decorrem deste processo, destacando a presença do Estado como propulsor de antigas e novas territorializações do capital sucroalcooleiro. Contudo, contextualizamos historicamente a dinâmica do território no Município de Dourados, inserindo neste campo de estudo a Região Centro-Oeste e o Estado de Mato Grosso do Sul para compreendermos, através das re-divisões territoriais ou regionais do trabalho, o processo de “ocupação econômica” e a inserção dessas na economia nacional. Nesse sentido, percebemos o início de uma nova re-configuração territorial agregada aos aspectos ideológicos, em torno da geração de emprego e renda que o agronegócio envolve. Este é apoiado pelo Estado como caminho para o desenvolvimento econômico, sem levar em conta as condições do trabalho que permeiam na exploração e na extração da mais-valia do trabalhador. Portanto, esta expansão de produção do capital agroindustrial canavieiro está ancorada pela apropriação da renda da terra pelo capital sucroalcooleiro, imposta sob forma de arrendamentos em pequenas, médias ou grandes propriedades, implicando, neste contexto, em indícios de redução na produção alimentar.

Palavras Chave: Território, Capital Agroindustrial, Dourados.

CHANGES IN THE PRODUCTIVE STRUCTURE IN MATO GROSSO DO SUL: A STUDY ON CAPITAL SUGARCANE AGRIBUSINESS IN DOURADOS-MS

Abstract:

Given the expansion of monoculture in Mato Grosso do Sul in the south and now the state, we will study the city of Dourados. These reflections will be based on the process of territorial restructuring and productive in Dourados, specifically from the premises of the Golden Alcohol and Sugar Mills Ltd.. and San Fernando Ltda. that occurred from the year 2007. We agree that new relations in the territories are dominated by sugar plantations, so we rely primarily on the concept of territory, understood as social relations that produce the forms of occupation of the territory, and expresses the relationship between subjects - individuals, social groups, state enterprises, and among others that make up society. Therefore, the territory is marked by a history built by men who inhabit it and take ownership of it marked by contradictions and struggles that take place in a society. From the conception of territory, we want to understand the process of territorialization of the sugarcane agro-industries and the significant restructuring taking place in this process, highlighting the presence of the state as an engine of old and new capital territorialisations sugarcane. However, historically contextualize the dynamics of the territory in Dourados, entering this field of study in the Midwest Region and the State of Mato Grosso do Sul, to understand through the re-territorial divisions or regional work, the process of "economic occupation" and inserting these in the national economy. In that sense will perceive the start of a new territorial configuration re-aggregate to the ideological, around generation of employment and income that agribusiness involves. Backed by the state as the path to economic development without taking into account the conditions that permeate the work in exploration and extraction of surplus value the worker. Therefore, this expansion of production of sugarcane is anchored by capital appropriation of rent by sugarcane capital, imposed in the form of leases, whether in small, medium or large properties, implying, in this context, evidence of a reduction in food production.

Keywords: Planning, Sugarcane Agribusiness, Dourados.

*Aos meus pais João e Sandra,
meu irmão Alex e minha namorada Aline,
por sempre terem me estimulado a estudar,
e que são o exemplo que procuro seguir.*

AGRADECIMENTOS

Seguem meus sinceros agradecimentos às pessoas que, de alguma forma, seja ela direta ou indiretamente, contribuíram neste meu percurso estudantil em busca do conhecimento.

Agradeço primeiramente a Deus, que ao meu lado sempre esteve, assim como minha família (João, Sandra, Alex), pela motivação de continuar meus estudos, e minha namorada e companheira Aline, pelas horas de paciência durante esses dois anos de estudos.

À minha orientadora Prof^ª. Márcia Yukari Mizusaki, pela dedicação nas horas das orientações e paciência nas horas das correções. Um obrigado especial a esta pessoa, que somente contribuiu nesta minha etapa de formação acadêmica.

Agradeço à Academia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD pela oportunidade de estudo e pesquisa realizados ao longo desses anos, que ampliou e contribuiu para o meu enriquecimento intelectual.

Devo agradecer, também, a todos os professores da pós-graduação, em especial ao professores Jones Dari Goetert, a Prof^ª Lisandra Lamoso e Prof^ª Silvana de Abreu, pelas contribuições teóricas em suas disciplinas que serviram como base para este trabalho, e que me ajudaram a compreender de forma conjunta a Geografia e a Economia.

Agradeço ao Prof. Antônio Thomaz Junior e o Prof. Marcelo Dornelis pelas contribuições no Exame de Qualificação, que trouxe novas leituras e novos rumos ao trabalho.

Não posso deixar de agradecer a meus professores de graduação, meu muito obrigado pela grande formação que adquiri graças à competência e perseverança de vocês, em especial ao Prof. Fabiano Dutra Alves (*in memoriam*), que sempre me ajudou nas minhas escolhas após a graduação.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que propiciaram grandes discussões teóricas, trocas de experiências e pela agradável convivência durante as aulas que se passaram. Um agradecimento especial ao amigo Roberson Buscioli, companheiro das divertidas viagens, de despesas e de diversos momentos de grandes

aprendizados durante longas discussões teóricas. Aos amigos Valdinei e Valquíria, parceiros de viagem em eventos e nos estudos.

À secretaria da UFGD, Cleber, Elaine, Bruno, e aos coordenadores que se passaram durante esses dois anos, pela prestação, praticidade e paciência com as dúvidas que sempre eram resolvidas por telefone, tomando o tempo precioso deles.

Finalmente, agradeço a todos que contribuíram com este trabalho de forma direta, como agricultores, empresários, trabalhadores rurais, e a todos entrevistados que de forma gentil me atenderam. Agradeço especialmente a Senhora Leila do 4º Cartório de Títulos de Dourados, que não hesitou em disponibilizar os materiais necessários que necessitava para a pesquisa, assim como as instalações do estabelecimento para prosseguir com a pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. Mato Grosso do Sul no contexto da Divisão Territorial do Trabalho	22
1.1 A divisão territorial do trabalho.....	22
1.2 A economia agroexportadora e a industrialização Nacional.....	24
1.3 Mato Grosso do Sul no Contexto da divisão territorial do trabalho.....	36
CAPÍTULO 2. A Territorialização do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul	46
2.1. O PROÁLCOOL e seus desdobramentos no Mato Grosso do Sul.....	48
2.2. Agroindústrias canavieiras e a estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul.....	63
CAPÍTULO 3. As relações de produção nas agroindústrias canavieira e Dourados	67
3.1. Contextualização histórico-regional.....	67
3.2. A usina São Fernando.....	73
3.3. A Usina Dourados.....	75
3.4. O processo produtivo.....	76
3.5. A apropriação da renda da terra pelo capital agroindustrial canavieiro no sistema de arrendamento.....	80
3.6 Produção e trabalho na cana-de-açúcar.....	88
3.7. O processamento agroindustrial.....	92
3.8. A Cana-de-Açúcar no município de Dourados: algumas implicações.....	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
7. ANEXOS	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais ciclos da economia brasileira até 1930.....	25
Figura 2 – Fluxograma da Produção de Açúcar e Alcool.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mato Grosso do Sul - Agroindústrias Canavieiras (1979-1983).....	54
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil - Distribuição de renda interna por setores (em %).....	35
Tabela 2 – Brasil - Produção de Cana, de Açúcar e Álcool – Safras de 1975/1976 a 1984/1985.....	52
Tabela 3 – Produção de Cana, de Açúcar e Álcool – Safras de 1985/1986 a 1994/1995.....	57
Tabela 4 – Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool, Açúcar e Cana (1995-2009).....	61
Tabela 5 – Município de Dourados-MS: Arrendamento de terras à Usina São Fernando.....	83
Tabela 6 – Município de Dourados-MS: Arrendamento de terras à Usina Dourados Açúcar e Álcool.....	84
Tabela 7 - Mato Grosso do Sul – Preço do Etanol/Litro (Consumidor e Produtor).....	94
Tabela 8 - Mato Grosso do Sul e Dourados – Área plantada de soja.....	99
Tabela 9 - Mato Grosso do Sul e Dourados – Rebanho de bovinos efetivos.....	100
Tabela 10 - Dourados – Principais Cultivos (Em Área Plantada – Ha).....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil - Produção do café no Século XIX (Em mil Sacas).....	29
Gráfico 2 – Brasil - Distribuição de renda interna por setores (%).....	34
Gráfico 3 – Brasil e Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool (1975-1985) – Em 1000m ³	53
Gráfico 4 – Brasil e Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool (1985-1995) – Em 1000m ³	58
Gráfico 5 – Brasil e Mato Grosso do Sul – Produção de Açúcar e Álcool (1985-2008) – Em 1000m ³	59
Gráfico 6 – Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool, Açúcar e Cana (1995-2009)...	61

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro no Mato Grosso do Sul (1979-1983).....	55
Mapa 2: Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro no Mato Grosso do Sul (2010).....	62
Mapa 03: Localização do Município de Dourados.....	69
Mapa 04: Dourados – Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro (2010)..	72

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCOPAR - Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná;

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados;

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina;

CNA - Comissão Nacional do Álcool;

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;

CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo;

COOPERNAVI - Navirai Usina de Açúcar e Álcool e Biodiesel;

DIT - Divisão Internacional do Trabalho;

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

FES - Formação Econômica e Social;

FMI - Fundo Monetário Internacional;

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste;

IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

PIB - Produto Interno Bruto;

PSI - Processo de Substituição de Importações;

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste;

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento;

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados;

PPA - Plano Plurianual;

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool;

PRODEGRAN - Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados;

PRODEPAN - Programa de Desenvolvimento do Pantanal;

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

SEMAC - Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia;

SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo;

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste;

UDOP - União dos Produtores de Bioenergia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se refere à inserção do capital agroindustrial canavieiro no Estado de Mato Grosso do Sul, enfatizando o município de Dourados. Trata-se, assim, de analisar como se dá o processo de territorialização do capital no município de Dourados, verificando os desdobramentos socioeconômicos e territoriais, como a relação capital x trabalho, naquele ramo de produção.

As novas dinâmicas produtivas no estado (no caso, a produção de cana-de-açúcar) estão diretamente relacionadas a uma escala agroindustrial que traz novos processos produtivos dentro de um sistema econômico capitalista que tem como algumas características não somente a produção da cana-de-açúcar, mas sim as relações sociais nela circunscritas, como a exploração do trabalho, o arrendamento de terras etc.

Consideramos que o espaço geográfico e o território são fundamentais para uma análise sobre a questão agrária. O conceito que servirá como base nesse estudo é o de territorialização do capital, destacado por Oliveira (1991).

Para Oliveira (1991), a territorialização pode ser verificada no sentido de que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: a indústria e a agricultura. Ocorre que o capitalista está se transformando também em proprietário de terras. Diante disso, tem-se o exemplo da cana-de-açúcar, em que as usinas e a agricultura são parte de um processo, onde *“capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa”* (OLIVEIRA, 1991, p. 24). Outro caso que o autor analisa são os produtores de fumo do Sul do Brasil. Estes trabalham para empresas multinacionais, onde se tem o capitalista industrial e o trabalhador camponês rendeiro que trabalha com sua família na terra.

Nesta perspectiva, o capital vai se territorializar no primeiro caso, ou seja, há um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura, com a agroindústria instalada no campo. E, no segundo caso, o capital monopoliza o território sem precisar territorializar-se. Em outras palavras, o pequeno agricultor camponês produz para a indústria. Assim Oliveira (1991, p. 49) argumenta que o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, onde:

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês, assim “o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado.

A partir desses referenciais apontados, Oliveira (1991) entende que essa questão deve ser analisada no contexto do processo de internacionalização da economia brasileira, que deve ser compreendido nos moldes do capitalismo mundializado¹.

Nesse sentido, os países em situação econômica emergente, como é o caso do Brasil, geram dívidas para criar condições de um processo produtivo mais amplo. Desse modo, para o país conseguir saldar suas dívidas e gerar divisas, opta-se pelo processo de exportação de matérias-primas, sujeitando-se aos preços impostos pelo mercado internacional, que acabam sendo preços baixos.

Da necessidade de compreender a territorialização do capital monopolista, podemos tomar como exemplo o que vem ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul, como destacado anteriormente, e trazer os fatos como hipótese para este trabalho.

Assim, o capital se transforma na agricultura e, portanto, se territorializa. Tais fatos são debatidos por diversos autores, que demonstram as relações de produção capitalistas como um movimento de luta dos camponeses, parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transforma em trabalhadores assalariados.

Para compreendermos a dinâmica do capital agroindustrial canavieiro no Brasil e, em especial, no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, este trabalho fundamentar-se-á a partir de análises econômicas e geográficas. Inicialmente, por meio de revisão teórico-conceitual, relacionando com as bases a serem investigadas na pesquisa de campo.

Para entendermos o processo de territorialização do capital agroindustrial canavieiro, analisa-se, a partir de entrevistas com o gerente das empresas instaladas em

¹A mundialização designa a crescente integração das diferentes partes do mundo, sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso das novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transporte etc. Refere-se, também, a processos muito específicos que, para uns, são um prolongamento de tendências antigas e, para outros, marcam um novo período BENKO (2001).

Dourados, levantamento de dados em revistas, jornais, *sites* e bibliografia especializada, como o conceito de território, que norteia nossa análise.

Assim, coube analisar as relações capital/trabalho na atividade da produção canavieira, a partir de pesquisas bibliográficas aprofundadas sobre o contexto que o envolve, descrevendo e discutindo os assuntos que vários autores apresentam sobre o tema. Para a abordagem sobre os desdobramentos socioeconômicos e territoriais decorrentes da implantação da cana-de-açúcar, foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas diretamente com o setor sucroalcooleiro, como: funcionários da empresa e trabalhadores envolvidos no corte de cana; os proprietários envolvidos no processo de arrendamento de terras para a produção de cana; levantamento de dados em órgãos como o Cartório de Registro de Imóveis de Dourados, a prefeitura municipal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais órgãos que se fizeram necessários no decorrer da pesquisa.

Destacamos também os estudos realizados sobre a expansão das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul enfatizados por Azevedo (2008), que contribui com a questão da territorialização no Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, assim como as relações de capital x trabalho, e Backes (2009), que objetivou em seu trabalho a questão da renda da terra sob o domínio do capital, também tendo como objeto de pesquisa toda a região Centro-Sul do referido estado. Portanto, estes estudos contribuíram com dados, de forma a internalizar as discussões expostas pelos autores, focalizando-se o referente trabalho no município de Dourados.

Num contexto mais amplo, podemos destacar as obras de Thomaz Junior (1996) tratando da modernização do capital agroindustrial canavieiro, afirmando que esta se territorializa de forma desigual e combinada, sob a referência da elevação da composição orgânica do capital, sendo o progresso técnico inerente a este sistema, da relação do capital e trabalho.

Os conceitos norteadores deste trabalho são: território, (des) territorialização, e territorialização do capital. De acordo com Santos (2002), esta temática do território se torna importante para a compreensão de que ele é a base onde tudo acontece, desde a vida, os sentimentos, as paixões até a esfera do processo de dominação e de poder.

Assim, na visão de Santos (2002), o território não pode ser entendido somente pelos recursos naturais ou sua demografia, mas sim como território usado, que abrange seu

aspecto físico, como o solo, e seus aspectos subjetivos, que incluem as identidades e as particularidades, as quais trazem, nesse contexto, o objeto de estudo nesta seção.

Podemos ressaltar que a questão da produção do território pode ser entendida, então, a partir das relações sociais que produzem as formas de ocupação do território. Assim, o território expressa as relações entre os sujeitos - indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, entre outros que compõem a sociedade – e, por se tratarem de relações de poder, essas relações produzem o território:

É consensual que o território é indissociável da noção de poder e que é limitante concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países. O território deve ser estudado tomando como referência o espaço, pois ele é formado a partir do espaço geográfico, daí a indissociabilidade entre os dois (GIRARDI, 2009, p. 3).

Nesse contexto, entendemos por território² o espaço socialmente construído, ou seja, pela história construída pelos homens que nele habitam e que dele se apropriam. O território é o *locus* de produção de bens e reprodução do capital, que se manifesta em arranjos institucionais do poder instituído por pequenas classes dominantes, que através de conflitos de interesses individuais progridem ideologicamente para as formas de ação coletiva.

Territorialização e desterritorialização são importantes conceitos desenvolvidos na Geografia. Ajudam a compreender, por exemplo, que o processo de globalização não apenas territorializa, como também desterritorializa.

O processo de globalização, para Santos (1996), cria uma sociedade mundial complexa em redes sobre territórios, porém sem uma função política, sem atingir o *status* de uma sociedade política. As novas lógicas globalizantes presidem as ações das firmas industriais e da formação de cidades globais, ao mesmo tempo em que exigem reconhecer diversos níveis de análise na economia e no território³.

Essa nova forma de organização empresarial, segundo Chesnais (1996), contribuiu para o desenvolvimento de novos tipos de empresas, como as empresas-rede, que

² O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, que se faça a referência ao poder público, estatal etc (ANDRADE, 1996, p. 213).

³ Para Chesnais (1996), o termo globalização, de origem anglo-saxônica, partiu de um caráter ideológico utilizado pelos economistas da modernidade, indicando uma internacionalização de economia livre, o qual não submete intervenções institucionais ou nacionais, originando a conotação geográfica “globo”.

centralizam o capital em busca da mais-valia retirada de empresas subordinadas, disseminadas pelo mundo.

Dado o contexto exposto até o presente momento, cabe ressaltar que o território e, conseqüentemente, suas formas territoriais, são produzidas de acordo com um contexto histórico e geográfico. Assim, o território tanto pode vir a se formar num dado período como pode vir a desterritorializar-se. A dinâmica das relações pode deteriorar o que já estava apropriado num dado período pelo(s) sujeito(s) social(s), ou ainda produzir novas territorializações por novos atores sociais.

Para analisarmos tal processo, coube contextualizarmos historicamente a dinâmica do território no município de Dourados. Para tanto, houve a necessidade de elaborar um estudo sobre a inserção do Centro-Oeste e, conseqüentemente, do Estado de Mato Grosso do Sul, na economia nacional, considerado neste fato pelas re-divisões territoriais ou regionais do trabalho ocorridas nacionalmente. Apura-se, neste contexto, uma discussão teórica sobre a região, para entendermos o processo da divisão regional do trabalho, ocorrido principalmente no século passado, como pode ser verificado no capítulo 1.

Sobretudo, no Capítulo 2 buscou-se analisar o contexto em que o estado de Mato Grosso do Sul se inseriu no âmbito econômico do país, durante o século XX, e verificar os avanços da territorialização do capital agroindustrial canavieiro no estado, assim como seus incentivos governamentais apoiado pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool), para que assim pudéssemos dinamizar o estudo para o município de Dourados, que foi realizado no Capítulo 3.

Nesse sentido, no terceiro capítulo, verificamos através de estudos de campo no 4º Cartório de Registro de Imóveis de Dourados, as propriedades que se encontram com contratos de arrendamento para o capital agroindustrial canavieiro, analisando as características de contrato de cada propriedade, buscando através de entrevistas, compreender os motivos que têm levado os proprietários a arrendarem suas terras, e quais as características que envolvem todo este processo, cabendo quando possível, comparar com regiões que já apresentam um grau elevado da territorialização destas agroindústrias, como é o caso do Estado de São Paulo.

Concluindo o Capítulo 3, identificou-se algumas implicações territoriais da agricultura canavieira, enfatizando o agronegócio e a produção de alimentos e os aspectos sociais que os norteiam, especificamente Mato Grosso do Sul e Dourados.

Assim, verificou-se que o estudo sobre a questão da expansão do capital agroindustrial canavieiro em Dourados deverá prosseguir, buscando novos elementos que surgirem no decorrer dos anos, compreendendo as relações sociais do trabalho e da produção, pois, constatou-se que esta expansão está se iniciando e ainda pode se expandir para pequenas propriedades e até mesmo a assentamentos, gerando um processo mais acentuado de apropriação da renda da terra.

CAPÍTULO 1

MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

1.1. Contexto teórico da Divisão Territorial do Trabalho

Para entendermos a divisão territorial do trabalho, no caso do Brasil e seus desdobramentos no estado de Mato Grosso do Sul, é fundamental realizarmos um percurso teórico sobre este conceito, que expressa, dentro de uma região econômica e política, a dinâmica do território, no caso, o Brasil.

Santos (2005) entende que as estruturas sócio-espaciais estão relacionadas com a Formação Econômica e Social (FES), a qual, por sua vez, expressa a relação entre sociedade e espaço. Esta abordagem se desenvolveu lentamente na Geografia, que se focava mais no estudo da *forma* das coisas do que pela sua *formação*. A formação econômica e social deve ser entendida a partir de um estudo sobre as relações do homem com o espaço, pois, conforme o homem cria ou transforma as coisas, ele faz história, e esta história não se dá fora do espaço, existindo, portanto, uma relação entre a sociedade e o espaço. Dessa forma:

Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isso é o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço como qual o grupo de transforma. (SANTOS, 2005, p.22)

Portanto, considera-se que o estudo da formação econômico-social não está refletido como forma de conhecimento de uma “sociedade em geral”, mas sim de uma dada sociedade que existe sob parte de um processo histórico determinado, definindo as sociedades de acordo com diferentes tipos históricos. Bukharin (1972, p. 235) *apud* Santos (2005, p. 25) explica que: “Cada sociedade veste a roupa de seu tempo. Aí esta a definição entre FES e sistema social, podendo este segundo conceito ser aplicado a qualquer forma de sociedade”.

Segundo Goldenstein e Seabra (1980, p. 45),

O surgimento do capitalismo como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão.

Baseados em Lipietz (1977) *apud* Goldenstein e Seabra (1980), esses autores apresentam a divisão do trabalho sob dois aspectos. No primeiro caso, tem-se uma divisão social do trabalho horizontalizada, apontada sobre a divisão entre ramos de atividade, ou seja, a divisão interurbana, a divisão entre campo e cidade, assim como a divisão entre comunidades, sejam elas locais, nacionais ou internacionais. Já no segundo caso, tem-se uma verticalização nesta divisão social do trabalho, pois são grupos sociais classificados em dominados e dominantes, que estão presentes no processo de trabalho dos mais variáveis setores, que vão se definindo entre a posse ou não dos meios de produção.

Deste modo, verifica-se uma integração entre os dois tipos desta divisão social, pois a divisão horizontal está reprimida pela divisão vertical, dado que esta subordina os aspectos econômicos, políticos e sociais das atividades dos sujeitos coletivos. No entanto, podemos concordar com Lipietz (1977) *apud* Goldenstein e Seabra (1980, p. 45-46), para quem

Qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção *scrito-sensu*, implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a uma divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial. (...) A divisão técnica do trabalho, intensificando cada vez mais com as relações interindustriais, com as necessidades infra-estruturais, a existência de um complexo mercado de mão-de-obra, a concentração bancária de serviços em geral, tornam de fato a cidade como um meio favorável à acumulação capitalista.

Seguindo o raciocínio dos autores, conforme há desigualdade entre diferentes ramos de atividades, há também diferentes graus na geração do lucro e na composição orgânica do capital, manifestando-se como desigualdades territoriais combinadas, o que aflige ramos de atividades com menor composição orgânica, pois estas disparidades geram concentração em cidades com as relações interindustriais mais intensificadas. Nesse sentido, surge a vantagem da localização e aglomeração territorial, o que acaba por se definir em pequeno número, porém em grandes concentrações urbanas-industriais.

Quando se trata da divisão territorial do trabalho e da regionalização, podem-se abordar os espaços econômicos que nasceram ou foram surgindo na divisão internacional do trabalho, ou seja, o surgimento de novas regiões econômico-políticas que formam as realidades econômico-sociais.

Assim, no caso brasileiro, a divisão territorial do trabalho se apresenta sob o controle hegemônico da produção capitalista através de seus setores de produção mais avançados. Portanto, a regionalização torna-se produto do desenvolvimento desigual

interno do caráter e ritmo dos conflitos sociais nas diversas regiões. Dessa forma, a região se torna uma escala de operação produtiva no capitalismo, seja para ampliar próprios mercados domésticos, seja para ampliar limites dos seus territórios econômicos (EGLER, 2008).

Para Oliveira (1981), uma região é considerada como o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, em que o econômico e o político fundem-se, assumindo uma forma especial de aparecer no produto social. Assim:

O conceito de região aqui esboçado não nos remete de volta à questão do modo de produção, isto é, a “região” não seria outro modo de produção nem uma formação social, singular. O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócios-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua constituição básica. (OLIVEIRA, 1981, p. 30)

Dessa maneira, a região aparece como produto das relações inter-regionais como uma dimensão das relações sociais que polarizam riqueza e pobreza, dispendo-as diferencialmente no espaço. Buscamos neste item do trabalho explicitar nosso entendimento sobre o conceito de região e divisão territorial do trabalho, compreendidas historicamente num contexto econômico e político fundamentado nos movimentos de reprodução do capital e, conseqüentemente, as relações de produção.

1.2. A economia agro-exportadora e a industrialização nacional

A economia brasileira, ao longo do século XX, passou por diversos rearranjos em termos de modelos de desenvolvimento e mudanças institucionais. Podemos considerar que o Brasil apresentou uma economia totalmente agroexportadora até a década de 1930, sob o interesse de classes sociais hegemônicas, representadas principalmente por latifundiários. Após este período, tem-se de fato o avanço para a industrialização nacional “substituidora de importações”.

A característica da economia agroexportadora brasileira vem desde o período colonial (1500-1822), passa pelo período Imperial (1822-1889) e pela República Velha (1889-1930), pois é basicamente nestes períodos que a economia brasileira se destaca em altos níveis de exportação de produtos agrícolas, como o açúcar, algodão, café e borracha.

É neste contexto que se têm os chamados ciclos da economia brasileira, considerando o ciclo do açúcar, do ouro e do café como atividades principais desta economia. O ciclo do ouro diferenciou-se em sua atividade, pois à medida que ele não era um produto destinado ao consumo imediato dos países importadores, acabava por ser o principal produto a sair do Brasil, na forma de financiamento das importações e como remessa de pagamentos referentes ao uso de fatores de produção externos no país, assim como impostos devido a Portugal (BAER, 2003).

O primeiro ciclo, considerado do açúcar, a partir principalmente do final do século XVI e início do século XVII, trouxe, como forma de integração regional no interior do Nordeste, produzindo, através da mão-de-obra escrava excedente, o suficiente para o crescimento da exportação. Baer (2003) destaca que o Brasil se tornou o maior exportador de açúcar do mundo, produto o qual passou a ser reconhecido por todo o continente europeu.

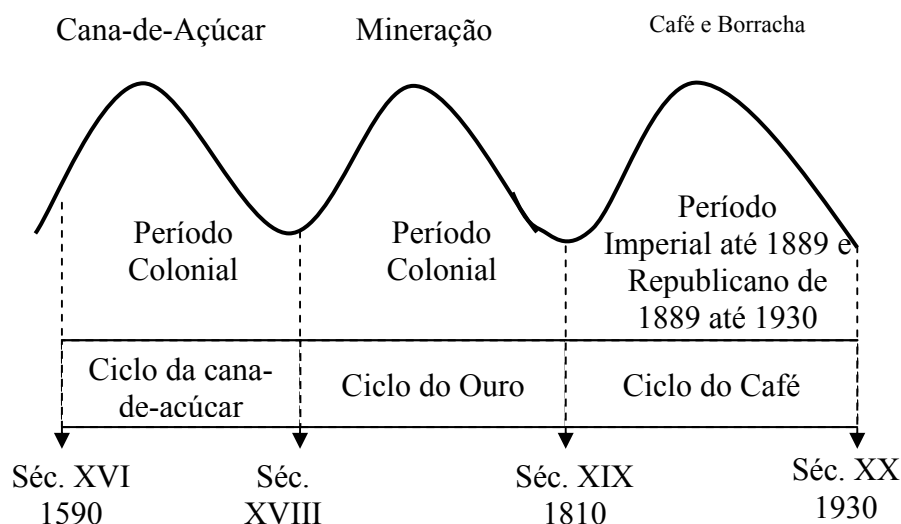


Figura 1: Brasil - Principais Ciclos da Economia até 1930

FONTE: Prado Junior (1994)

ORG. CORRÊA, A.S.

Para melhor caracterização das origens da economia agroexportadora, a Figura 1 representa os ciclos econômicos no país, do período colonial até o período republicano, demonstrando o início, o auge e o declínio de cada ciclo.

Desde sua implantação, no século XVI, até o final do século XVIII, a produção açucareira foi o eixo da economia colonial. O açúcar constituía um produto nobre de exportação, por seu destaque no plano internacional (PRADO JÚNIOR, p. 33, 1994).

Podemos destacar, baseado nas obras de Furtado (2005) e Baer (2003) que a alta rentabilidade e o elevado grau de especialização do mercado do açúcar no país dividiram-se em três características básicas: i) Alto coeficiente de importação, retratando um produto de grande aceitação no mercado externo, elevando as exportações dos países produtores do açúcar; ii) Mercado com extensões relativamente grandes, devido principalmente à primeira característica; iii) inexistência de fluxo monetário; neste caso, o produto apresentava preços baixos, o que justifica as duas primeiras características e confirma a última; iv) Elevado grau de especialização, posto que os senhores de engenhos especializavam-se cada vez mais na produção, o que acabava desviando recursos de produção para outras atividades de subsistências, tornando-se de fato a produção de alimentos antieconômica, por não gerar lucros do interesse do capital.

Essas características propiciaram, até o século XVII, uma produção líder no mercado mundial, só vindo a perder esse lugar quando entraram no cenário americano as produções concorrentes, realizadas na América Central e nas Antilhas pelas colônias europeias, constituídas principalmente por colônias inglesas, holandesas e francesas (LACERDA *et all*, 2006).

Assim, a forte concorrência, principalmente a Antilhana, fez com que os preços no mercado do açúcar se reduzissem pela metade, o que fez com que persistisse a baixa de preços até o século XVII. Outro fator em destaque era a economia mineira, que se expandiu no centro-sul, atraindo mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduzindo ainda mais a rentabilidade do açúcar.

Como descrito anteriormente, já no final do séc. XVII, esta atividade exportadora do açúcar vai chegando ao fim, pois, de acordo com o desenvolvimento da oferta de produtos em colônias europeias, que tinham acesso preferencial aos respectivos mercados de países de origem, pressionou-se a redução das exportações de açúcar brasileira.

Porém, de acordo com Baer (2003), a produção da cana-de-açúcar não desapareceu, apesar do ciclo da exportação do açúcar ser negativo. As plantações continuaram sob técnicas tradicionais e com um sistema de exploração de trabalho escravo que propiciou maiores concentrações de renda pelas classes hegemônicas.

Nesse contexto, surge o ciclo do ouro, como um princípio do controle mercantilista⁴ que se disseminava em toda a Europa. Este ciclo apresenta-se com a descoberta do ouro no estado de Minas Gerais, em que o Brasil foi responsável por metade da produção mundial do ouro, já no século XVIII.

As expedições formadas por bandeiras paulistas, que tinham como objetivo a captura de índios, encontraram o ouro na região do estado de Minas Gerais, iniciando-se uma corrida ao ouro brasileiro, que durante um século ocuparia o centro da economia brasileira.

O ciclo de exportação do ouro mudou o centro de atividade econômica do Brasil para o Centro-Sul e migrantes chegavam de todas as partes do país. Muitos nordestinos, inclusive plantadores que traziam consigo seus escravos, deixavam seu território em decadência em buscas das regiões do ouro, além de fazendeiros e rancheiros provenientes do rústico Sul e novos imigrantes de Portugal (BAER, p. 45, 2003).

Diferentemente, na migração para o Nordeste no ciclo do açúcar verifica-se uma nova integração regional, provocando a migração do Nordeste para o Centro-Sul do país, principalmente para o estado de Minas Gerais e a região Centro-Oeste.

Para Furtado (2005), a economia mineira articulou diferentes regiões do sul do país em que a pecuária já existia:

Desse modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país. Ao contrário do que ocorrera no Nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul do país a pecuária preexistiu à mineração. Com efeito, o advento da mineração ocorreu quando a economia de subsistência de Piratininga havia já atravessado século e meio de pobreza. Além disso, no Rio Grande e mesmo no Mato Grosso já existia uma economia pecuária rudimentar de onde saía alguma exportação de couros. FURTADO (2005, p. 55)

Assim, através da procura do gado como meio de subsistência da economia mineira, abriu-se um novo ciclo de desenvolvimento nestas regiões, gerando certa rentabilidade na atividade pecuária, induzindo a utilização de terras mais amplas.

⁴ Conhecido também como *bulionista*, originou-se no período em que a Europa estava passando por aguda escassez de ouro e prata, não tendo, portanto, dinheiro suficiente para atender ao volume crescente do comércio. A política econômica mercantilista sustentava o projeto do capitalismo comercial. Recomendava a busca de *superávit* na balança comercial, ou seja, exportação maior que importação, no sentido de enriquecer o Estado com (moeda) ouro (HUNT, p. 41, 1981).

De acordo com Lacerda *et all* (2006), a mineração, apesar de relativamente efêmera, ocupou um lugar de destaque na história econômica do Brasil. No período de sua vigência, foi o foco das atenções no país e cresceu em detrimento das demais atividades. Em relação às migrações regionais, destacam-se a corrida ao ouro de outras regiões do país em direção a Minas Gerais, a qual alterou o quadro populacional interno, promovendo a ocupação do Centro-Oeste (Região de Cuiabá no Mato Grosso, passando por Goiás) e a mudança do eixo econômico que, até então, como verificado, estava localizado nas áreas da produção açucareira, mais especificamente no Nordeste.

Cabe destacar que as atividades da pecuária e agricultura foram desenvolvidas como atividades acessórias na região Centro-Oeste, ou seja, como forma de manutenção das atividades mineradoras. Surgem, então, as primeiras atividades econômicas no Mato Grosso, sendo a exploração do ouro complementada pela agricultura e pecuária, assim como as atividades extrativas da erva-mate e da borracha.

No final do século XVIII, houve o encerramento econômico da atividade mineira, ou seja, o ciclo do ouro encerrou-se com as minas economicamente viáveis esgotadas e com parte da população mineira direcionando-se ao sul do país, em busca de trabalho nas atividades agrícolas⁵.

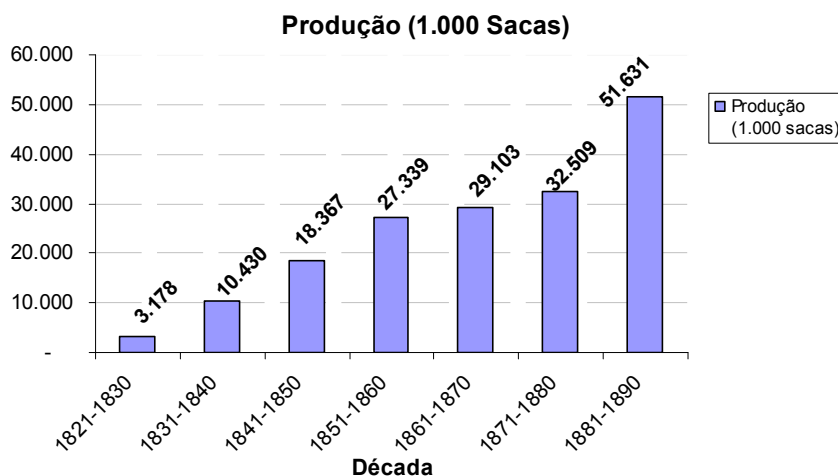
Portanto, ao considerar estes dois ciclos econômicos no país (do açúcar e do ouro), verifica-se que o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira está atrelado ao mercado externo, pois se tem uma economia açucareira orientada apenas pelo mercado externo, em que as exportações geravam riquezas para o próprio mercado externo. Ora, de fato toda a receita das exportações era despendida em importações, ou seja, retornava às economias centrais. Desta maneira, a economia brasileira passou por estes dois ciclos da era colonial com a marca de uma economia subordinada aos centros hegemônicos do capital (FURTADO, 2005).

O ciclo do café, iniciado seu cultivo ainda no século XVIII, teve sua produção fortemente avançada a partir do século XIX (ver gráfico 1), devido principalmente ao aumento do consumo deste na Europa e na América do Norte. Ainda no século XVIII, o

⁵Cabe destacar, conforme apontando por Prado Júnior (1994), um leve crescimento do cultivo e exportação do algodão no Nordeste durante este século XVIII, principalmente em Pernambuco, Maranhão e Bahia. As exportações do açúcar, que nunca cessaram por completo, restabeleceram-se nesse século, provenientes não somente da região Nordeste, mas também de São Paulo.

café não apresentava grande importância na economia brasileira, devido à preferência pelo açúcar, passando a figurar na balança comercial a partir de 1840, no Segundo Império.

Gráfico 1: Brasil - Produção do café no Século XIX (Em mil sacas)



FONTE: BAER (2003, p. 38)
ORG. Própria CORRÊA, A.S.

De acordo com o Gráfico 1, na década de 1820, a produção do café representou cerca de 3.178 sacas, ou 19% do total das exportações, passando nas safras de 1881-1890 para 51.631 sacas, tendo 63% de participação na exportação brasileira.

Contudo, as características da produção do café não diferem substancialmente da produção do açúcar, pois as técnicas de produção eram rudimentares, baseadas no trabalho de escravos, e as fazendas eram administradas por proprietários fazendeiros, que comandavam todo aspecto social e político, atrelados a um poder político, e cujos interesses estavam relacionados com a divisão internacional do trabalho.

Um fato marcante no ciclo do café na economia brasileira foi a inserção de São Paulo como centro econômico do país, dado que a produção do café aumentou no decorrer do século XVIII. Em busca de novas terras férteis, a produção se instalou primeiramente no sul e posteriormente no oeste de São Paulo.

Essas mudanças no centro econômico do país ocasionaram alguns efeitos imediatos na economia cafeeira, como o emprego de mão-de-obra imigrante livre, investimentos do capital estrangeiro e a consequente acumulação do capital nas mãos de produtores do café. Estes efeitos aprofundaram o “dualismo regional” entre o Centro-Sul e o restante do Brasil, principalmente o Nordeste (FURTADO, 2005).

Esse novo renascimento agrícola colonial, como já verificado, marcou a superação da era da mineração. A nova atividade agrícola não teve destaque na região Nordeste, pois já na segunda metade do século XIX, com o país politicamente independente, o Centro-Sul tomaria a liderança, enquanto as regiões Norte e Nordeste declinavam em termos de produção agrícola com relação às regiões Sul e Sudeste.

A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também esteja imobilizado - o cafezal é uma cultura permanente -, suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local. Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços. No terceiro quartel do século o preço do café se recupera amplamente, enquanto os do açúcar permanecem deprimidos, criando-se uma forte pressão no sentido da transferência de mão-de-obra do norte para o sul do país (FURTADO, 2005, p. 65).

Dentro deste contexto, surge a formação de uma nova classe que havia acumulado capital no comércio e transporte de gêneros, animais e de café, e que passou a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira.

Assim, o país permaneceu povoado por uma população em sua maioria escravizada ou de subsistência, que impossibilitou a formação de um mercado local em moldes de países capitalistas já desenvolvidos. Como verificado, sua passagem de colônia para Estado - Nação foi marcada por atrasos estruturais que permaneceram no início do século XIX.

As teorias Cepalinas, compostas por teóricos como Prebisch (1949) e Furtado (1961), destacam que a inserção da economia brasileira na Divisão Internacional do Trabalho é definida, desde a colonização da América, pelo comércio marítimo com a Europa. E, durante o século XIX, mesmo com a independência política, o Brasil continuou subordinando aos polos hegemônicos do capitalismo internacional, que persiste até os dias atuais.

Um dos primeiros trabalhos sobre o desenvolvimento regional elaborado no Brasil, segundo Diniz (2001), foi o relatório feito por Celso Furtado em 1950, chamado de relatório da GTND⁶.

Neste trabalho, observaram-se argumentos que seguiam de perto as formulações teóricas da CEPAL sobre a deterioração das relações de troca com o exterior, pois demonstrava inicialmente um *superávit* do comércio do Nordeste com o comércio exterior. Porém, este saldo positivo na balança comercial era transferido para financiar as importações do Centro-Sul, beneficiando esta última região. Outros fatores que deixavam o Nordeste em desvantagem era que esta região exportava bens primários para o Centro-Sul e importava bens industrializados. Todavia, com as barreiras alfandegárias impostas pelo governo, estas acabavam por impossibilitar as compras no exterior, como de bens industrializados.

A expansão da economia cafeeira nas primeiras décadas do séc. XIX adquiriu uma expressão de comércio internacional a partir da metade desse século e, já no final, as exportações de café representavam cerca de 60% das exportações brasileiras. Entretanto, conforme as necessidades da acumulação capitalista no sentido da mobilidade territorial, trouxeram a participação do capital estrangeiro, o que justificou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, suprido pela imigração estrangeira (Goldenstein e Seabra, 1980).

Ainda, ressalta-se que o período compreendido entre os anos de 1880 e 1930, com o rápido crescimento da economia cafeeira, foi responsável por criar fortes discrepâncias regionais de níveis de renda e consolidar São Paulo como futuro centro dinâmico da economia, ao qual as demais regiões, necessariamente, teriam de articular-se, já durante a Primeira Guerra Mundial.

A reprodução do território nacional, tendo como base o início do século XX, apresentava-se desarticulada, pois de fato não existia uma divisão regional interna do trabalho em dimensão nacional, mas sim diversas regiões que estavam atreladas ao capitalismo mundial, como exposto no parágrafo anterior.

⁶ É consensual entre os estudiosos da região Nordeste que o documento *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) - constituído no ano de 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek e coordenado pelo economista Celso Furtado - é um trabalho de grande qualidade científica para o desenvolvimento socioeconômico da região (DINIZ, 2001).

De acordo com Boulegat (2000) a região Sudeste, até então, apresentava um mercado consumidor de bens industrializados, os quais penetravam pelos portos de Santos e Rio de Janeiro, o que favoreceu o surgimento de comerciantes importadores, principalmente no estado de São Paulo. Já na região Nordeste, tinha-se na Zona da Mata a agroindústria de açúcar, voltada também para o exterior, e no sertão nordestino a extensiva economia pecuário-algodeira. As regiões Norte e Centro-Sul apresentavam-se como vastos vazios, que ocupavam grande parte do território brasileiro, pois a Amazônia tinha o extrativismo da borracha que provocou migrações do Nordeste, resultando em acumulações de casas importadoras e exportadoras através de sistemas de financiamento das atividades de extração.

Já no Centro-Oeste, existia uma pecuária extensiva com vínculos externos pouco expressivos com a economia cafeeira. Os produtos mais importantes da exportação eram a erva – mate e o boi em pé, além dos subprodutos do gado abatido localmente (couros, ossos, sebos, crinas etc). O comércio institucionalizado da erva pela “Mate-Laranjeira”, até 1909, dava-se através do Porto Murinho, propriedade da empresa monopolista, ao mesmo tempo entrando por ele algumas mercadorias destinadas ao consumo da população. Neste caso, tratava-se de um circuito comercial muito reservado ao atendimento da grande companhia ervateira (BOULEGAT, 2000).

Portanto, à medida que foram se estreitando as relações entre o Brasil e o mercado internacional, com a entrada de capital norte - americano e europeu, mais as elites brasileiras passaram a esforçar-se pela integração econômica territorial do país ao polo dinamizador nacional, de modo a garantir a unidade física do Estado - Nação.

Assim, nessa transição do século XIX para o século XX, verifica-se a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos pelas atividades artesanais. Os mercados regionais ganham características de mercadorias voltadas à exportação externa ou interna, dadas as relações das classes dominantes (CANO, 1998).

Para Oliveira e Reichstul (1984), a expansão da economia brasileira trouxe mudanças na divisão do trabalho entre as diversas regiões que compõem o país, assim como ao nível de cada região, e uma diferenciação social do trabalho, como crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias.

Cabe ressaltar que a região Sudeste, com o crescimento industrial no decorrer do século XX, acarretou nas transformações estruturais da economia brasileira, ocasionando novas divisões regionais no país. Estas novas divisões regionais podem ser notadas a partir da década de 1930, com a formação do mercado nacional e planejamento de unificação econômica no espaço brasileiro, que caracterizou novos produtores de ramos intermediários e de capital propriamente de industrialização.

De acordo com Rego e Marques (2006), de modo geral, até a década de 1930, o desenvolvimento capitalista do país tivera um caráter esporádico, pois o sistema de relações econômicas externas conservava o aspecto colonial. O afluxo de investimentos e empréstimos no início do século XIX contribuíra, sobretudo, para a consolidação da economia tradicional, isto é, pré-capitalista, e dos grupos sociais ligados àquele sistema. Assim, com a rápida expansão para o Oeste e a crescente complexidade da estrutura agrária, foi possível para a velha elite afrouxar o controle, em termos relativos, embora ainda ganhando de modo absoluto.

Uma indicação de que o poder político dos proprietários de terra não era mais total foi a decisão unilateral do governo do Estado, em 1927, de eliminar os subsídios de transporte. Este e outros sinais, principalmente a crescente influência do setor urbano-industrial da região, assinalam um relativo enfraquecimento do histórico poder dos fazendeiros paulistas, pouco antes da crise internacional.

É nesse contexto que Cano (1998, p.153) destaca que:

O Estado brasileiro também passava por algumas reformulações em sua forma de atuar e nas pressões que sofria. Por um lado, aumentavam e diversificavam as pressões setoriais pela presença cada vez maior de novas frações da classe dominante. Por outro, a expansão do mercado de trabalho e a questão social moviam-se no sentido de preparar institucionalmente a economia para que pudesse se defrontar com as reivindicações da crescente classe operária, daí advieram várias regulamentações para o trabalho instituído pelo Estado, além como se sabe a ampliação do aparelho repressivo.

Ainda segundo Cano (1998), a economia de São Paulo passava por outra transformação, pois estava constituindo um importante papel em seu desenvolvimento: o da agricultura. Este setor da economia paulista passava por extraordinária dinâmica de crescimento não apenas do café, mas também de outros alimentos e de matéria-primas⁷.

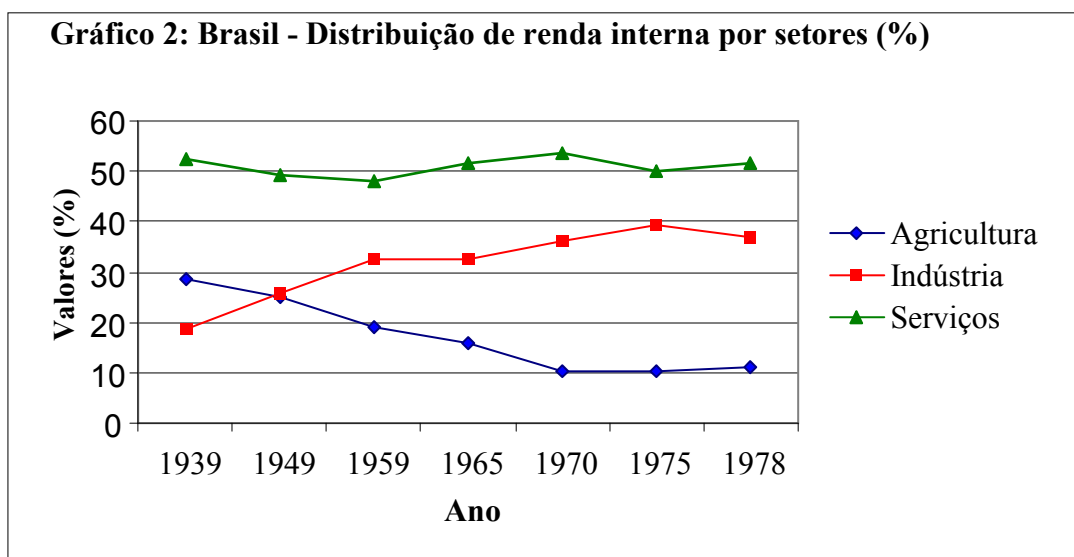
⁷ Mais detalhes ver Cano (1998).

A fronteira agrícola do Estado de São Paulo havia sido alargada e seu desbravamento nos anos da década de 20 em direção à região noroeste permitiria, na década seguinte, nova e extraordinária expansão.

A industrialização foi responsável pela maior concentração da população e renda no Sudeste, cuja integração com o Sul já era relevante desde os primórdios da implantação industrial, graças ao fornecimento de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Essas implantações de ramos industriais no Sudeste levaram a uma nova divisão inter-regional do trabalho, pois a produção era voltada para o mercado nacional, embora a maior parcela consumidora estivesse no próprio Sudeste. Destaca-se também uma re-divisão do trabalho interno, que mostrava intensa concentração industrial na cidade de São Paulo. Nas palavras de Goldenstein e Seabra (1980, p. 54): “o Estado fortemente centralizado pós 37 cria condições institucionais para a industrialização que favorecem a própria concentração no Sudeste”.

Conforme o Gráfico 2, a distribuição do produto interno por setores de produção, como agrícola, indústria e serviços, demonstra uma inversão na geração da renda indireta da agricultura para indústria no Brasil no decorrer das décadas de 30 para 50, acentuando-se até o final da década de 70. Com isso, a agricultura saiu de um patamar de 28,5% de participação da renda para 11,2%, e na indústria, o setor saiu de 18,8% no final da década de 30 para alcançar 37,1% no final da década de 70.



FONTE: (GOLDENSTEIN E SEABRA, 1980, p. 54)
ORG. CORRÊA, A. S.

Partindo para o final da década de 50 e o início da década de 60, verifica-se uma nova definição da divisão internacional do trabalho, atrelada ao mecanismo de “substituições de importações”. Assim, como se observa no Gráfico 1, é a partir de 1959 que o setor industrial se consolida à frente da agricultura no âmbito da participação da renda nacional.

Entretanto, cabe analisar a divisão intra-regional do trabalho no Brasil, a partir dessa nova consolidação da industrialização concentrada na região Sudeste, principalmente em São Paulo. Nesta magnitude, a Tabela 1 demonstra as variações da distribuição regional de renda interna, ou seja, o quanto cada região concentrou de renda no período de 1949 a 1970.

Tabela 1: Brasil - Distribuição de renda interna por setores (Em %)

Regiões	1949	1959	1970
Norte	1,7	2,0	2,1
Nordeste	13,9	14,5	11,7
Sudeste	67,5	65,0	65,5
Sul	15,2	16,2	17,1
Centro-Oeste	1,7	2,3	3,6

FONTE: (GOLDENSTEIN E SEABRA, 1980, p. 55)

Dada a Tabela acima, verifica-se, no entanto, a concentração na região Sudeste devida basicamente à atividade industrial, como também à participação de sua agricultura no conjunto do país. Já a região Nordeste tem sua participação diminuída na década de 40, recuperando-se na década de 50 e decaindo na década de 60.

Oliveira e Reichstul (1984, p. 51) destacam que:

Vemos que existiu uma re-divisão do trabalho. O sudeste que tinha até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura. Quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Norte e Sul. A partir daí, e de que o Sul e o Nordeste, em suas trocas com o Sudeste, tenham que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados. Ocorre então a conhecida deterioração dos termos de troca.

Assim, o Sul mantém um caráter de complementaridade com a região Sudeste, pois na década de 50 se torna expressiva a ascensão de sua agricultura, apesar de manter um ritmo de crescimento na indústria nacional, segundo Egler (2008).

A região Norte, por sua vez, dado que o Sul e o Nordeste estavam cada vez mais ligados à nova estruturação econômica do Sudeste, passou praticamente isolada da

economia interna, sendo nula a participação dessa região no processo de re-divisão do trabalho.

Quanto ao Centro-Oeste, apresenta-se, neste período da década de 40 ao final da década de 60, uma participação semelhante ao Sul e Nordeste. Já no processo de industrialização, ocorreu de fato o oposto quando se verifica a indústria, pois esta praticamente não existia no Centro-Oeste, região a qual cresceu sem sofrer efeitos na dependência do Sudeste, devido a sua industrialização estar voltada à transformação e ao beneficiamento dos produtos agrícolas da região, e este crescimento industrial ter gerado uma taxa média igual à nacional (OLIVEIRA e REICHSTUL, 1984).

O que se pode notar é que o Centro-Oeste iniciou efetivamente seu processo de integração com a fundação de Brasília em 1961, cuja rede de infraestrutura viária facilitaria a expansão da monocultura da soja, enquanto cultura agrícola que abriu, de certa forma, os cerrados, e integrou essa região ao mercado nacional na década de 80.

É importante que fique claro que o padrão de expansão agrícola do Centro-Oeste é radicalmente distinto daquele que prevaleceu no Nordeste ou no Sul. A pequena propriedade praticamente inexistente enquanto unidade produtiva dos cerrados por uma razão elementar: os custos de insumos e de equipamentos para vencer a barreira ecológica dos solos lateríticos e atingir economias de escala que compensem os investimentos realizados transformaram essa área no território econômico da agroindústria oligopólica (EGLER, 2008, p. 201).

Seguindo a linha de raciocínio do autor, podemos concordar que a região Centro-Oeste teve um ritmo acelerado de crescimento a partir de 1975, devido, sobretudo, ao avanço agrícola tecnificado sobre os cerrados, como também à diversificação das cidades como centros de processamentos industriais, comercialização e gestão do complexo agroindustrial.

1.3. Mato Grosso do Sul no contexto da divisão territorial do trabalho

O Estado de Mato Grosso do Sul, constituído enquanto unidade da federação após o desmembramento político do sul do antigo Mato Grosso. Os limites geográficos incluem fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, além de cinco Estados brasileiros, a saber: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (SENAI/DN, 2003).

Como visto anteriormente, o início do desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste tinha por objetivo atender o mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste, que esteve ligado ao desenvolvimento industrial do país, mais especificamente na citada

região Sudeste. Assim, o Centro-Oeste e o até então estado de Mato Grosso passaram a integrar uma nova dinâmica capitalista do país, ou seja, para a consolidação do capital industrial, a região se torna capaz de contribuir por meio de fornecimento de bens primários.

Esse desenvolvimento industrial na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira. Ou seja, nas palavras de Oliveira (1981, p. 74), *“começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinada, sobretudo, pelas suas relações com o comércio exterior”*.

Conforme Bourlegat (2000), as novas técnicas no uso do solo, com a divisão ‘territorial’ do trabalho, induzindo à especialização da produção, permitiu o aumento da produtividade de alimentos. Desse modo, a articulação comercial entre as regiões, antes isoladas entre si, promovida pelas classes comerciantes, foi permitindo uma integração econômica entre elas, em favor da integridade territorial do Brasil. No entanto, no Mato Grosso, área rarefeita de moradores e desprovida de colonização, essa articulação econômica não ocorreu, a não ser como área de passagem e abrigo de gado em currais pelos pecuaristas curitibanos.

Já nas décadas de 1950 e 1960, impulsionado pela CEPAL-Comissão Econômica Para América Latina, conforme citado por Barcellos (2000), criou-se uma característica brasileira da migração no sentido rural-urbano, chamado de Processo de Substituição de Importações (PSI), que tinha como principal objetivo o controle das importações e a manipulação da taxa de câmbio, buscando fortalecer o setor manufatureiro e o desenvolvimento da indústria nascente.

De fato, o crescimento econômico gradativo e também populacional em Mato Grosso do Sul pode ser observado através de algumas políticas de desenvolvimento, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943; o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), em 1971; o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) e o Programa

Corredores de Exportação, em 1973; e, por último, o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), em 1976⁸.

Segundo Abreu (2001), será no Projeto de Integração Nacional, implementado pelos governos militares através da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste) e liderado pelos interesses do capital multinacional, que Mato Grosso passará a ter uma função e também uma participação mais efetiva no contexto do capitalismo mundial, produzindo grãos e carne, com intenso investimento de capital, para serem exportados e colaborarem no equilíbrio da balança comercial brasileira, para iniciarem internamente o processo de agroindustrialização.

Assim, a expansão dessas políticas foi definindo formas de apropriação do território voltadas não somente para a agricultura e pecuária tradicionais, mas principalmente pela agricultura de mercado, pela pecuária melhorada e pelo processamento industrial da matéria-prima.

Portanto, verifica-se uma integração regional do Centro-Oeste como um todo ao centro dinâmico industrial, localizado na região Sudeste, integração esta que se completa na década de 70 com a intervenção planejada do Estado.

Nota-se, portanto, o planejamento pautado para o desenvolvimento econômico, que seguiu uma ideologia do planejamento governamental no Brasil, partindo de suas contradições, com a base discursiva para o desenvolvimento. Essa base discursiva nacional-desenvolvimentista estava atrelada ao papel do planejamento e sua racionalização, sustentada por aspectos ideológicos e não pela razão, como é destacado por Buarque (1990).

O desenvolvimentismo, para Ianni (1989), está ancorado na industrialização como o elemento ideológico fundamental, em que o Estado patrimonial se converte em Estado burguês. Assim, desenvolvimento significa “industrialização”.

Seguindo este raciocínio, a crítica ao planejamento pode ser observada por Covre (1981), que enfatiza o Estado como uma grande unidade de produção aliada às multinacionais e ao capital nacional. O Estado negocia os recursos naturais valiosos e a força de trabalho explorável. Assim, o capital internacional partilha com o capital estatal e com o capital nacional, fazendo com que o desenvolvimento apareça de forma desigual e

⁸ Ver ABREU (2001) e OLIVEIRA (1993)

combinada, pois tanto o capital internacional como o nacional retém mais-valia, tornando o nível de exploração cada vez maior.

Portanto, a crítica ao planejamento surge quando este está favorecendo o capital, em que o capital estatal, o capital nacional e o capital internacional formam um tripé para um desenvolvimento desigual e combinado.

Egler (1995) sugere que o planejamento para o desenvolvimento do território deve ser realizado por uma gestão mais democrática e participativa, buscando assim uma equidade social na distribuição do território que compete riquezas e renda. Daí a ideia de melhorar os desequilíbrios regionais no Brasil.

Nesse contexto, ao estudar o processo de ocupação do Centro – Oeste e do Mato Grosso do Sul, denota-se a preocupação desde a “era Vargas” com o preenchimento de espaços denominados “vazios”. Em outras palavras, seriam espaços não ocupados economicamente e que contribuiriam para o desenvolvimento do país em termos de produtividade. Nesse período, observou-se a necessidade de ocupar tal espaço com uma visão mais nacionalista do que desenvolvimentista, já que, e principalmente, o Mato Grosso do Sul situa-se em região de fronteira.

Foi a partir da década de 1940 que o Estado passou a intervir firmemente no processo de ocupação do Centro-Oeste, impulsionado pelo processo de substituição de importações, que trouxe para o estado do Mato Grosso do Sul novos modos de produção do capital.

Assim, a agricultura passou a ter dupla função, como destaca Galindo (2005): “produzir excedentes de alimentos a custos razoáveis” e “fornecer recursos para financiar o desenvolvimento urbano-industrial do centro dinâmico da economia nacional”. Em outras palavras, a agricultura passou a produzir em economias de escala com o objetivo de financiar o desenvolvimento desse centro dinâmico.

Os reflexos dessas novas políticas começaram a ter efeitos nas décadas de 1950 e 1960, com elevado crescimento econômico e populacional. Porém, é a partir das décadas de 1970 e 1980 que a agricultura adquire importância central na expansão e diversificação das exportações, ou seja, ganha destaque no sentido de fornecer matérias-primas para as indústrias.

Cabe destacar a criação do PROÁLCOOL, em 1975, com a tentativa de resolver o problema energético do Brasil e atender as necessidades de combustíveis automotores, bem

como com a meta de reduzir as disparidades regionais de renda. Contudo, o programa não atingiu os objetivos sociais, ocorrendo um favorecimento somente a grandes grupos empresariais. Daí os aspectos contraditórios das políticas de integração e desenvolvimento regional no estado do Mato Grosso do Sul.

O Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL⁹ visava incrementar a produção de álcool em todo Brasil, passando nos anos de 1980 por uma fase ascendente e incentivando novas destilarias. Em 1979, existiam apenas duas destilarias no país; já em 1983 eram oito em pleno funcionamento e duas em fase de montagem. Ainda no trabalho de ROSSINI (2003), argumenta o autor que:

Apesar do processo de crescimento populacional e urbanização, a maior dificuldade encontrada pelas destilarias foi o componente mão-de-obra. A utilização de um contingente significativo de força de trabalho sazonal – devido à baixa utilização de maquinarias para colheita da cana – não foi fácil de ser dimensionada num Estado onde cresce o número de micro-indústrias, houve então um incentivo a imigração de bóias frias e de trabalhadores semi-qualificados (ROSSINI, 2003, p. 14).

O lançamento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) permitiu que no Mato Grosso do Sul se verificasse um aumento das usinas de produção de álcool. Já a instalação dos frigoríficos, por volta de 1982 a 1986, não teve problemas com mão-de-obra, pois já implantada com uma alta relação capital/trabalho (OLIVEIRA, 2003). Este processo pode ser descrito assim: para “(...) as indústrias que transformam grandes quantidades de produtos primários, a tendência foi para localizá-las perto das fontes de matérias-primas, o que permitia minimizar os custos de transportes e maximizar a vantagem de escalas de produção” (FURTADO, 2000, p.328).

A crise econômica instaurada no início da década de 1980¹⁰ trouxe consequências no planejamento e novas bases discursivas, pois o discurso do Estado intervencionista começa a desaparecer, surgindo um novo discurso, agora voltado ao modelo econômico “liberal”, seguido na época por vários países.

Becker e Egler (1993) apontam que o Estado continua sendo uma unidade espacial básica para a acumulação do capital, embora cumprindo um novo papel. Em outras

⁹ Como primeira fase da indústria de Mato Grosso do Sul, destacam-se dois tipos de indústrias de porte médio: os frigoríficos e as destilarias, sendo o PROÁLCOOL instituído em 1975 ROSSINI (2003).

¹⁰ Crise brasileira devido ao endividamento externo e ao aumento dos juros, com a racionalização dos recursos e da poupança externa.

palavras, o Estado não define as estratégias, apenas regula o processo de modernização, devido à internacionalização do capital e à aplicação intensiva de novas tecnologias.

As mudanças no contexto internacional nas últimas décadas, ocasionadas principalmente pela chamada “globalização”, trouxeram ao campo das teorias do desenvolvimento econômico novos modelos, tanto no âmbito regional como local. Esses novos modelos, surgidos e discutidos dentro desta temática, dizem respeito ao crescimento e seus desdobramentos para determinadas regiões, definido por Barquero (1988) como o “modelo de desenvolvimento endógeno”, que tem por objetivo desenvolver as potencialidades socioeconômicas de uma determinada região.

Barquero (1988) entende que as cidades médias são o espaço preferido de configuração dos sistemas produtivos locais, já que nelas se concretizam as economias externas e se (re) produzem as condições que favorecem a redução dos custos de transação entre as empresas e as organizações locais.

Em outras palavras, o crescimento organiza-se em torno da expansão e transformação das atividades pré-existentes, utilizando o potencial de recursos e de inovação disponíveis no território, condicionado pela estrutura social e cultural, e códigos de conduta da comunidade cedida em espaços particulares.

Desse modo, podemos identificar que as cidades médias da região Centro-Oeste têm importante papel no setor agrícola da produção do binômio soja/milho. Contudo, cabe destacar que o processo do modo de produção capitalista na agricultura gerou nas décadas passadas uma maior integração com a indústria, admitindo que a agricultura deixasse de estar separada do setor secundário.

A evolução do pensamento econômico e as mudanças no contexto internacional, principalmente nos períodos de pós-guerra, trouxeram maiores avanços na teoria econômica, buscando cada vez mais o aperfeiçoamento da teoria e, por fim, trazer o desenvolvimento e o crescimento para determinadas regiões que se encontram com grandes *déficits*, provocados pelos principais gargalos da economia moderna.

Assim, os efeitos desse novo pensamento político-econômico vigente no período geraram mudanças nas estratégias governamentais, no sentido de um novo direcionamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. Outro ponto que não podemos deixar de comentar é a influência do pensamento keynesiano nas políticas

públicas, pensamento este que visava à distribuição de renda como determinante da poupança e do crescimento.

Cabe ressaltar que, nos últimos 50 anos, a economia se voltou mais para o comércio internacional, impulsionando a chamada globalização e trazendo para o meio acadêmico a discussão sobre a formação de blocos econômicos e a importância de uma maior liquidez internacional dos produtos tecnológicos.

Nos anos de 1980 e 1990, houve profundas modificações nos processos produtivos, com ascensões econômicas de novas regiões e declínios de regiões fortemente industrializadas, como comenta Benko & Lipietz (1995). Estes desequilíbrios regionais trouxeram novas formas de reorganização produtiva, como o propalado desenvolvimento endógeno junto com o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, cabe analisar, a partir da década de 1990, a deterioração do discurso desenvolvimentista¹¹, gerando um novo discurso “neoliberal”, voltado ao desenvolvimento sustentável e pautado na globalização e no mercado como unidade reguladora. Este período pode ser notado a partir das aberturas comerciais e financeiras propostas por Collor, em que o capital internacional se instala no Brasil em busca de novos recursos.

Conforme Araújo (2000), este período acirrou a privatização e a competitividade devido às políticas liberais, privilegiando os espaços econômicos mais competitivos e secundarizando as regiões menos competitivas.

A proposta de planejamento a partir da década de 1990 traz como princípio fundamental o “desenvolvimento sustentável”, preocupação esta que já ocorre com mais vigor a partir da década de 1980, dada a necessidade de se criar novos instrumentos com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento regional voltado à temática do meio ambiente, devido principalmente a movimentos ambientalistas.

Portanto, surge um novo modelo de instrumentos de avaliação, trazendo os impactos sociais, tecnológicos e ambientais, que recebe destaque a partir da década de 1990. Contudo, o desenvolvimento sustentável estava ligado ao capital externo, com fortes pressões ambientalistas que repercutiam de certa forma no Brasil.

¹¹ Como exemplo para região Centro-Oeste é a extinção da SUDECO.

As políticas de planejamento, marcadas em um primeiro momento pelo planejamento tradicional, vem cedendo lugar à gestão do desenvolvimento, posto que esta gestão traz novas perspectivas de um planejamento mais descentralizado, com o objetivo de não atingir somente o Estado central e grandes empresas, mas também pequenas e médias empresas, agentes sociais e locais, entre outros.

Essa nova gestão de desenvolvimento pode ser observada nos textos de Dantas e Souza (2003) e Cabral (2004), os quais demonstram maior intervenção e preocupação do novo governo para o estado de Mato Grosso do Sul junto à população sobre o desenvolvimento regional.

Nas políticas de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o programa “Avança Brasil” pode ser entendido como um processo de que o Estado deve ir aonde o mercado não pode chegar, fazendo com que o Centro-Oeste seja planejado por eixos de desenvolvimento. Assim, o Plano Plurianual (PPA) do governo de FHC tinha como objetivo reduzir o chamado “custo Brasil” articulando novos eixos de infraestrutura com a finalidade de ligar o Centro-Oeste aos portos para exportação com custos mais reduzidos (DANTAS; SOUZA, 2003).

Cabe destacar os investimentos na matriz energética brasileira, como o Gasoduto Bolívia-Brasil, com o objetivo de atender o setor industrial para um desenvolvimento econômico voltado à concentração do capital. Durante toda a década de 1990, o tema mais fundamentado pelas obras é o desenvolvimento sustentável, que pode ser pensado, no sentido ideológico, como uma necessidade de preservar o meio ambiente para gerações futuras. Porém, o que se tem é a necessidade de manter o processo de acumulação e reprodução do capital.

Já na gestão do primeiro mandato do governador de “esquerda” do estado de Mato Grosso do Sul, José Orcírio de Miranda dos Santos, popularmente conhecido como “Zeca do PT”, no período de 1999 a 2002, houve mudanças no planejamento estadual se comparados com o federal Fernando Henrique Cardoso no mesmo período, pois no estado se tinha um planejamento pautado na necessidade da participação da população e voltado ao aspecto social. Ou seja, em nível estadual, tinha-se um governo mais intervencionista nas políticas públicas, enquanto em nível federal tinha-se um discurso mais liberalizante, voltado ao mercado como órgão regulador (CABRAL, 2004).

A coerência desta nova gestão no estado do Mato Grosso do Sul trouxe significativas mudanças nos setores sociais, porém, analisando os programas de planejamento de governo, verifica-se que se mantém a mesma lógica do nacional, de atrair e acumular capital.

Cabe abordar, ainda, a integração nacional e sul-americana, compreendendo novos e velhos paradigmas de desenvolvimento, mercado e integração. Assim, no texto de Haesbaert (2004), destaca-se a desterritorialização, no sentido de que indústrias buscarão novos territórios, ou seja, irão se expandir em um primeiro momento. Porém, estas não saem do território onde estão instaladas, e sim se multiplicam, ocorrendo, dessa forma, a multiterritorialidade e a regionalização.

Surgem, nesse contexto, novos modelos de desenvolvimento voltados para o aspecto social, em que o Estado deve intervir para melhorar este aspecto e, conseqüentemente, outros, e que cooperativas baseadas em economias solidárias podem ser este novo modelo de ajuste ao atual sistema econômico. Para tanto, entende-se que o objetivo é romper com o neoliberalismo para buscar novos modelos de desenvolvimento.

Sader (2006) destaca uma hegemonia alternativa, no sentido de uma globalização mais solidária, com a preocupação de fluxos do capital especulativo, dívidas públicas, rejeição de patentes e democratização dos setores de comunicação.

Nesse contexto, podemos tomar como exemplo a Economia Solidária, que tem por objetivo se inserir nesse sistema econômico, com a intuição de formar cooperativas e ajudar setores sociais em que o Estado não atua. Na economia solidária, recria-se a ideia de economia como base da relação homem X meio, em que a troca seria o alicerce que justificaria e forneceria melhor qualidade de vida. Dessa maneira, o consumo seria fruto de necessidades pessoais reais e não fruto de consumo por consumo, como realidade de uma cultura de mercado.

Portanto, novos modelos de desenvolvimento buscam “quebrar” o poder hegemônico, no sentido de buscar novas vias de desenvolvimento voltado aos aspectos sociais. Porém, a racionalidade que se verifica nesses novos modelos é a de se inserir ao sistema atual, sabendo que, dessa forma, estes novos modelos não quebram esta hegemonia, apenas se adaptam a elas, já que, se pensarmos em um novo modelo, seria um modelo alternativo não inserido no sistema econômico predominante.

Entretanto, num novo contexto socioeconômico mundial, vem-se aumentando o incentivo à produção de biocombustíveis, com a produção de álcool através da cana-de-açúcar, um produto em ascensão. A posição geográfica e o clima adequado fazem do estado uma região atrativa para o capital agroindustrial canavieiro, sendo notável o aumento dos canaviais e a implantação de novas usinas de açúcar e álcool, e a substituição da produção agrícola de soja pela cana-de-açúcar.

Dada a disponibilidade de terra, surgem então empreendimentos no entorno dos eixos viários do estado, devido à proximidade da matéria-prima. Historicamente, o agronegócio tem se territorializado no Mato Grosso do Sul. Porém, como tem se manifestado esse processo no período que corresponderá a este novo ciclo de produção de cana-de-açúcar é questão que merece análise.

De acordo com Cunha (2006), outro aspecto importante é a dinâmica migratória que ocorre em Mato Grosso do Sul. A economia sul-mato-grossense vem evoluindo e atraindo um crescente contingente de migrantes. Entre 1980 e 2000, a população teve um aumento de 35 mil para aproximadamente 52 mil migrantes.

A expansão das lavouras de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul pode ser considerado como reflexo do processo de modernização conservadora que afeta as áreas de cerrado do Brasil central.

Dessa forma, pensar na territorialização do capital agroindustrial canavieiro, nos obriga a compreender os novos mecanismos impostos pelo capital e seus desdobramentos para o trabalho. A partir das tramas que envolvem a relação capital e trabalho no campo, considerando-se suas particularidades, é possível desvendar novos elementos que interagem no processo de produção/reprodução do espaço do Mato Grosso do Sul e no município de Dourados.

CAPÍTULO 2

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO MATO GROSSO DO SUL

A região Centro-Oeste, como observado no capítulo 01, apresentou pouca participação na economia brasileira até a década de 1940, sendo o ciclo do ouro responsável por uma breve dinâmica nos estados de Mato Grosso e Goiás. Porém, com a decadência desta atividade, o Centro-Oeste voltou a apresentar atividades econômicas pouco expressivas no âmbito nacional.

A partir da década de 1940, com as primeiras tentativas de planejamento, surgem programas de colonização do Governo, já com a preocupação da integração da região. Não podemos deixar de destacar que o Brasil, desde o período colonial, e na sua formação de uma economia substituidora de importações, esteve inserido na periferia capitalista e que, por esta razão, acompanhou os novos movimentos internacionais.

Nesta perspectiva, a divisão internacional do trabalho concretizou-se no país como exportador de *commodities* agrícolas para o mercado externo. Nas circunstâncias desta reorganização do papel das forças produtivas e na recomposição do ciclo de reprodução do capital, a agricultura atravessou por diferentes distinções no campo produtivo. Este estava marcado pela presença de empresas com elevada rentabilidade agroindustrial e por investimentos cada vez maiores de capital na área técnico-científica, como contratação de mão-de-obra qualificada, crescimento da mecanização, informatização do setor de produção etc, diminuindo os custos de produção e aumentando a lucratividade, concentrando, desta forma, a renda da terra neste setor agroindustrial (SILVA, 2004).

A preocupação do Estado em integrar a região Centro-Oeste pode ser verificada nos relatórios elaborados pela SUDECO, como aponta Pavão *et'al* (2005, p. 61) *apud* SUDECO:

A necessidade do aumento da produção de grãos com o fim de viabilizar o aumento das exportações do país; a necessidade do aumento da oferta de matérias-primas para suprir a demanda industrial do Sul-Sudeste; necessidade da redução de tensões sociais e fundiárias em outras regiões, particularmente no Sul do país e a necessidade de conquista de novos mercados para expansão e reprodução do capital já instalado no Sul-Sudeste (SUDECO, 1986: 36) *apud* (PAVÃO, 2005, p. 61).

Evidencia-se nesse discurso a preocupação do Estado em integrar o Centro-Oeste através da migração de populações, principalmente nordestinas, a fim de reduzir as tensões

sociais fundiárias. Alia-se a esta preocupação a necessidade de o país servir ao capital internacional através da exportação de grãos e inserir a região a sua nova divisão territorial do trabalho, que seria o suprimento da demanda industrial das regiões Sul e Sudeste, como afirma Abreu (2000, p. 65):

O então Mato-Grosso constituiu-se e consolidou-se (no dizer da SUDECO) como fronteira agrícola do país, sendo considerada como fronteira de recursos com grandes potencialidades, o que na prática apresentava duplo papel, de povoamento e de crescimento econômico, através da criação de áreas-programas, diretamente vinculadas técnicas e financeiramente pelo Governo Federal, via SUDECO, estando suas diretrizes centradas nas metas de “Integração Nacional” do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

Como planos de desenvolvimento criados com foco na integração regional, podemos citar o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), criado pela SUDECO, com os objetivos principais de viabilizar os eixos rodoviários e o sistema de fornecimento de energia elétrica, com intenso investimento em pavimentação de estradas. Este propiciou uma melhor circulação, principalmente para escoamento de produtos agrícolas, a fim de atender aos interesses do capital, estreitando as relações com o centro dinâmico do país, São Paulo.

Outros programas elaborados e postos em prática pela SUDECO também trouxeram características semelhantes ao PRODOESTE, tais como: i) Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) - 1976, com o objetivo de modernizar a agricultura da região, abrangendo diversos municípios da região da grande Dourados, para fortalecer a produtividade de produtos agrícolas e agroindustriais; ii) Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) – 1974/1978, este com interesses da integração da região do Pantanal através de objetivos específicos no que se refere a melhorias na infraestrutura da pecuária, como controle de enchentes e regulação de rios, assim como voltados a bases capitalistas, industrialização, transporte e energia; iii) Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) – 1975 – este possibilitou avanços na ocupação de área do atual estado de Mato Grosso do Sul, semelhantemente aos outros programas, e objetivou o emprego da tecnologia e investimentos, como crédito orientado ao produtor rural.

No conjunto desses programas, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), também criado pela SUDECO, teve maior participação com o norte do Mato Grosso. Nas palavras de Abreu (2000, p. 72):

Nas terras do Norte mato-grossense, face aos interesses nacionais de produção, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste PLADESCO/SUDECO -, que orientou a localização das treze áreas-programa, apontava, mesmo para aquelas consideradas “vazios” (áreas de incentivos) uma estratégia de colonização sustentada pelo binômio produção/eficiência, centrando-se na ocupação produtiva da fronteira e na proximidade dos eixos rodoviários, que iria favorecer principalmente as fazendas comerciais, que visavam o crescimento da produção a curto prazo e a contribuição significativa para o crescimento do Produto Interno Bruto.

Furtado (2003) entende que esse processo que ocorre é de exploração capitalista, em que a fronteira, neste sentido, não é um espaço desabitado, mas um espaço de acumulação capitalista através da produção agrícola.

Assim, no final da década de 1960 e início da década de 1970, o Centro-Oeste, através destes principais programas e planos supracitados, transformou-se na segunda região brasileira abastecedora do Sudeste em produtos primários ao mercado industrial, sendo São Paulo seu principal fornecedor de produtos industrializados (NETO, 1994).

Neste contexto, tais programas permitiram a incorporação dos “espaços vazios” no então estado do Mato Grosso. Assim, na década de 1970, a porção sul do estado de Mato Grosso ganhou um maior dinamismo econômico, culminando na sua divisão em 1977.

No próximo item do trabalho, abordaremos de forma mais específica o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), um dos últimos programas do Governo Federal, lançado entre as décadas de 1960 e 1970, que, frente à crise do petróleo, enfatizava o crédito para a instalação de destilarias.

2.1 O PROÁLCOOL e seus desdobramentos no Mato Grosso do Sul

A produção agrícola no Mato Grosso do Sul se desenvolveu de acordo com o processo de modernização conservadora, através de programas de integração regional. Notamos alguns aspectos, como implantação de indústrias químicas e máquinas agrícolas, assim como o aceleramento do processamento de produção de alimentos e de transformação de oleaginosas.

Na concepção de Silva (1981), este tipo de modernização contextualizada na agricultura brasileira é um processo que resulta da consolidação da hegemonia do capital industrial, ou seja, a agricultura deixa de ser um setor autosuficiente e passa a ser dependente da produção industrial. Assim, podemos concordar que o setor agrícola no Brasil, neste processo de modernização, ficou responsável pelos principais produtos, (estes geralmente matérias-primas) para exportação no país.

Thomaz Júnior (2002) destaca o papel do Estado no processo de modernização ou industrialização da agricultura como beneficiador de atores seletos, como grandes proprietários de terras e grandes grupos de empresários, aprofundando ainda mais a exclusão social. Estes excluídos referem-se aos produtores rurais responsáveis pela produção dos produtos alimentícios.

Dessa forma a modernização da agricultura no Brasil, associada à industrialização da agricultura e casada com a “revolução verde” – potenciada e dirigida pelo Estado via incorporação diferencial e seletiva do “progresso técnico” – intensificou a integração intersetorial através da constituição e consolidação do CAI, priorizando os produtos exportáveis, tais como: açúcar, suco de laranja concentrado, soja e seus derivados. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.82)

Antes da criação do PROÁLCOOL, no início da década de 1930, com as primeiras tentativas de planejamento e a descoberta do álcool como uma opção energética atraente, foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que tinha como objetivo controlar a produção (principalmente do açúcar) e os preços, idealizando uma política econômica protecionista, semelhante à política de proteção do café. Na realidade, não é a busca por melhorias no crescimento econômico do país, mas sim uma forma de proteger a renda de uma classe oligárquica de produtores rurais, que tinham também forte representação política.

As políticas voltadas para o aumento da produção sucroalcooleira veio através de financiamentos de destilarias anexas às usinas de açúcar e ainda, com a inserção primeiramente do álcool à gasolina importada e em seguida à gasolina produzida no país, com a primeira refinaria nacional de petróleo.

Durante a II Guerra Mundial, o álcool passou a ser misturado com a gasolina em mais de 40%. Porém, logo após a década de 1940, e nas décadas de 1950 e 1960, o álcool passou a ser menos interessante para a classe capitalista e também para o governo, devido à redução do preço do petróleo (GREMAUD *Et all*, 2006).

Assim, o mercado sucroalcooleiro obteve importância econômica no país em todo seu processo histórico. A partir da década de 1970, com a crise internacional, que surgem dois fatores que influenciaram na criação do Proálcool, como forma de implementar o álcool combustível à matriz energética do país: primeiro, podemos considerar os altos preços no mercado petrolífero e segundo, a queda do preço do açúcar.

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a historicidade da produção da cana-de-açúcar está atrelada a um intervencionismo estatal que predominou desde o período

colonial, no império e em todo o período republicano, passando pelas ditaduras varguistas e militares. “A predominância nesse início de século XXI dos valores e prestígio herdados dessa cultura quinhentista se faz valer pelo poder de classe dos empresários agroindustriais canavieiros” (BARRETO *et al*, 2008, p. 05).

Assim, no contexto da modernização conservadora e da criação do Proálcool na década de 1970, a agricultura canvieira passou por três fases distintas, sendo marcada praticamente por vinte anos do programa. A primeira fase compreende o período de 1975 a 1979, a segunda fase de 1980 a 1985 e a terceira fase no período de 1986 a 1995.

A primeira fase do Proálcool foi marcada pelo crescimento moderado e pela produção do álcool anidro. Esta fase foi baseada em infraestruturas já existentes, sob proveito da capacidade ociosa do setor açucareiro. Nesta primeira fase, o Mato Grosso do Sul pertencia ao estado de Mato Grosso, atrelado ao processo de modernização e expansão da fronteira agrícola.

Como se sabe, devido ao primeiro choque do petróleo em 1973, o governo brasileiro se viu obrigado a buscar formas alternativas para reduzir a dependência do país com combustíveis fósseis e amenizar os efeitos do choque na economia brasileira.

O programa aparece alicerçado em subsídios e financiamentos públicos, ficando a cargo do governo, através do Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, a compra, transporte, armazenamento, distribuição e mistura do álcool a gasolina, e também a determinação do preço de venda do produto (MICHELON, 2008).

A produção inicialmente foi realizada em destilarias anexas a usinas de açúcar, não só pela existência do parque industrial modernizado e ampliado pelos programas do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, mas também pela disponibilidade de matéria-prima que não poderia ser absorvida na produção de açúcar, cujo preço estava em queda no mercado internacional.

Neste contexto, o Governo criou uma Comissão Nacional do Álcool (CNA), formada por vários ministros ligados ao programa. Esta comissão criou para o capital agroindustrial canvieiro linhas de créditos especiais para atender as destilarias de produção de açúcar a construir e/ou ampliar suas usinas para a produção do álcool.

Podemos concordar com Szmrecsányi e Moreira (1991) sobre a efetiva participação do Estado, pois haviam incentivos para financiamentos, parcialmente custeados por empréstimos externos. Destaca-se a participação do Banco Mundial, no qual o governo

brasileiro garantia taxas de juros reduzidas e correções monetárias para anos posteriores, ancorado por empréstimos ao setor externo.

A resposta a esses incentivos foi um crescimento muito rápido da produção de álcool, especialmente do álcool anidro adicionado à gasolina. Esse aumento, de mais de 50% em cinco anos, decorreu não apenas da plena utilização da capacidade instalada da agroindústria canavieira, mas também da sua expansão para além dos níveis alcançados na primeira metade da década de 1970. Uma outra importante consequência das medidas então adotadas pelo governo federal foi a ampliação da diferença entre os volumes de produção do Centro-Sul e do Nordeste. (SZMRECSÁNYI E MOREIRA, 1991, p. 11)

A segunda fase ocorreu no período de 1980 a 1985 e foi marcada pela aceleração no crescimento da produção de álcool hidratado como álcool combustível. Esta segunda fase nasce através do segundo choque de petróleo em 1979, fazendo com que o governo incentivasse o consumo do álcool hidratado, estimulando as indústrias automobilísticas à produção de veículos voltados ao consumo do álcool, a fim de aquecer a demanda pelo álcool combustível.

Com o segundo choque do petróleo em 1979, as autoridades brasileiras decidiram lançar um novo e ainda mais ambicioso programa de produção de álcool, que ficaria conhecido como "fase 2" do Proálcool. Sua principal meta quantitativa era o atingimento de uma produção de 10,7 bilhões de litros em 1975, mas os seus aspectos qualitativos eram muito mais importantes. Através desse novo programa, a ênfase anterior na produção do álcool anidro, a ser utilizado como aditivo à gasolina, foi trocada por uma ênfase na produção de álcool hidratado, o qual seria usado com combustível exclusivo em substituição à mesma (SZMRECSÁNYI E MOREIRA, 1991, p. 13).

A Tabela 2 lustra este cenário, demonstrando a produção de cana-de-açúcar e de álcool entre os anos de 1975 a 1985, no Brasil, período que representa a primeira e a segunda fase do Proálcool.

Tabela 2: Brasil - Produção de Cana, de Açúcar e Álcool – Safras de 1975/1976 a 1984/1985

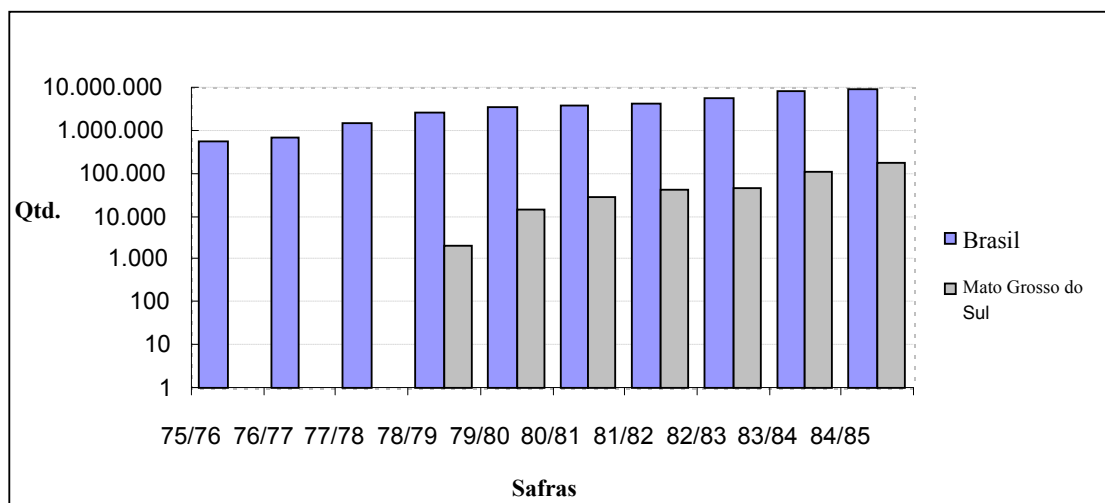
Safras	Cana (1000 Ton.)	Produção Açúcar (1000 ton.)	Álcool (1000 m ³)
1975/1976	68.322.619	117.751.922	555.627
1976/1977	87.826.664	144.164.272	664.023
1977/1978	104.633.795	166.152.192	1.470.404
1978/1979	107.626.377	146.848.485	2.490.603
1979/1980	113.049.464	132.924.510	3.396.455
1980/1981	125.063.596	162.006.060	3.706.375
1981/1982	132.886.316	158.706.420	4.240.123
1982/1983	166.178.576	177.142.538	5.823.339
1983/1984	197.094.076	181.732.540	7.864.208
1984/1985	201.231.176	176.975.804	9.252.329

FONTE: Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR) (2006)
Disponível em: <http://www.alcpar.org.br/>

De acordo com a Tabela 2, nas safras anteriores a 1977/78, quando o Proálcool começou a responder aos estímulos decorrentes da sua institucionalização em 1975, a produção alcooleira vinha oscilando em torno de 600 mil metros cúbicos. A partir da safra de 1978/79, nota-se um aumento significativo na quantidade produzida de álcool, saltando para 1.470 metros cúbicos, o que significa um acréscimo de aproximadamente 121% quando comparado à safra anterior.

Com incentivos do Estado em garantir a rentabilidade do capital agroindustrial canavieiro e maiores índices de produção, foi assegurado que a produção de álcool alcançasse, até 1980, três mil metros cúbicos. O que se percebe é a resposta do empresariado e do latifúndio, através da instalação de destilarias e, principalmente, de destilarias anexas, assim como a existência de canas excedentes às necessidades da produção de açúcar. Ou seja, esta permanece durante as duas primeiras fases do programa nacional do álcool em pequenos aumentos quando relacionada com a produção de álcool, esta com um aumento significativo, acompanhada pelo alto crescimento da produção da cana. O Gráfico 3 apresenta o comportamento da produção do álcool no Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil nas duas primeiras fases do programa.

Gráfico 3: Brasil e Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool (1975-1985) – Em 1000m³



FONTE: Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR) (2006)
Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/>

Assim, podemos observar no Gráfico 3 que, até o ano de 1979, o Mato Grosso do Sul não produz o álcool combustível, sendo impulsionado somente após as políticas de incentivos do Estado, quando o capital agroindustrial canavieiro inicia suas atividades de produção, representando o início da territorialização no Mato Grosso do Sul. Em termos de área plantada por hectare, segundo dados do IBGE (2006), em 1975 eram 3.675 hectares utilizados para o cultivo da cana-de-açúcar; em 1985 o cultivo passou a utilizar 50.705 hectares, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 13 vezes a produção do período inicial.

Portanto, verifica-se que é a partir de incentivos do Estado que o capital agroindustrial canavieiro se insere no estado de Mato Grosso do Sul, justificando este momento com o crescimento exponencial no Brasil a partir das safras de 1978/79 (Tabela 2). Também com os incentivos financeiros do Proálcool à implantação de destilarias em todo o país, principalmente na região Centro-Oeste e, em especial, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ANDRADE, 1994).

Através dos estudos de Kudlavicz, Mota e Camacho (2007) *apud* Azevedo (2008) e Backes (2009), verificamos que, durante a primeira e segunda fase do Proálcool, o capital canavieiro no Mato Grosso do Sul contou com cerca de nove agroindústrias.

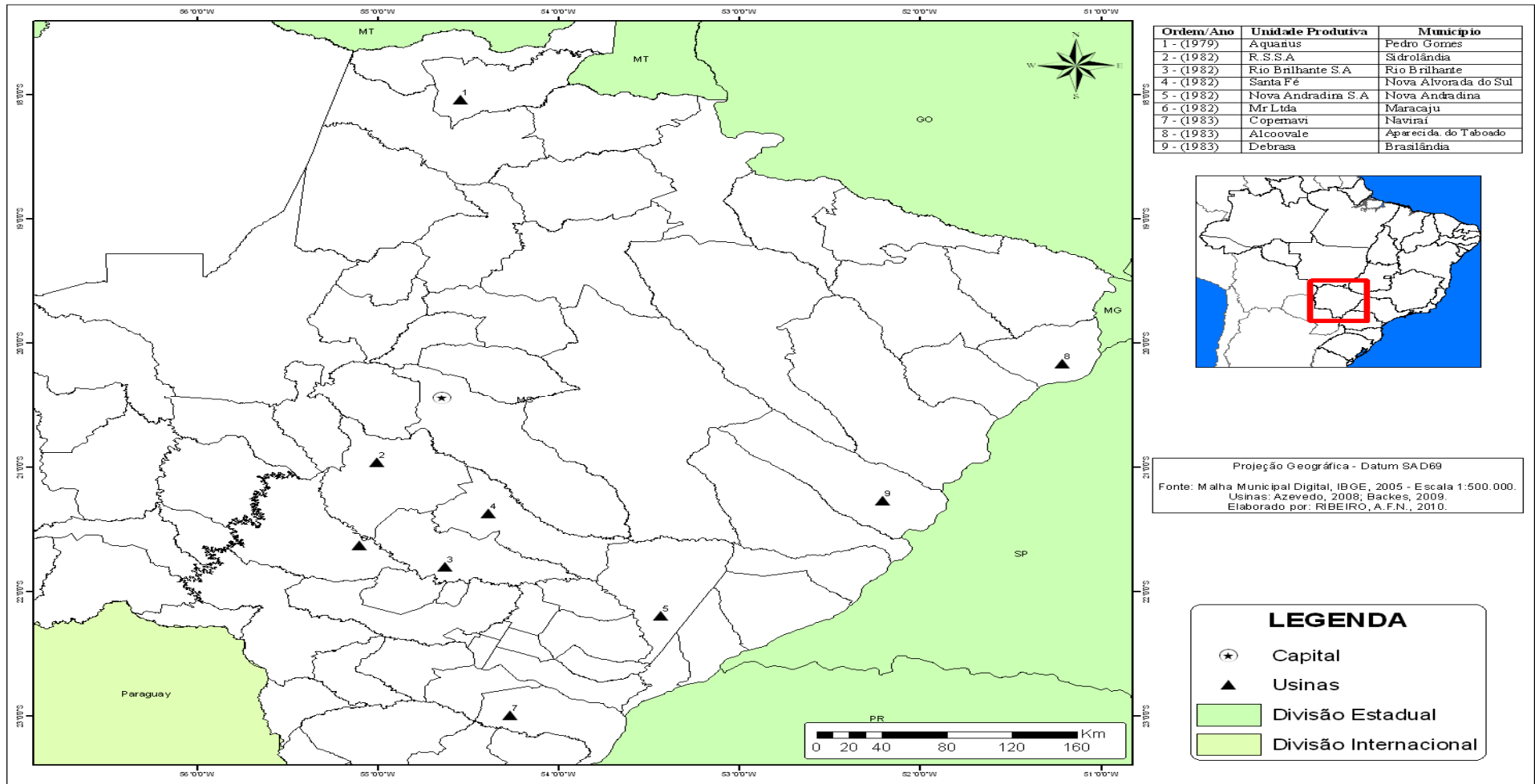
Quadro 1: Mato Grosso do Sul - Agroindústrias Canavieiras (1979-1983).

Ordem/ Ano	Unidade Produtiva	Município	Capacidade (Litros/Dia)	Nº de Trabalhadores	Área Plantada (ha.)	Origem do Capital (Estado)
1 (1979)	Aquarius	Pedro Gomes	240.000	1.120	30.000	Mato G. do Sul
2 (1982)	R.S.S.A	Sidrolândia	120.000	1.100	6.050	Alagoas
3 (1982)	Rio Brilhante S.A	Rio Brilhante	240.000	1.190	12.778	Pernambuco
4 (1982)	Santa Fé	Nova Alvorada do sul	120.000	800	3.500	Alagoas
5 (1982)	Nova Andradina S.A	Nova Andradina	240.000	1.700	16.658	Alagoas
6 (1982)	Mr Ltda	Maracaju	120.000	350	2.659	Pernambuco
7 (1983)	Copernavi	Naviraí	150.000	1.540	3.500	Mato G. do Sul
8 (1983)	Alcoovale	Apar. Do Taboado	150.000	1.350	5.615	São Paulo
9 (1983)	Debrasa	Brasilândia	240.000	1.700	13.770	Alagoas
	Total		1.620.000	10.850	94.538	

Fonte: AZEVEDO (2008) e BACKES (2009)
Org. CORRÊA, A.S.

No Quadro 1 e no Mapa 1, observamos que das nove agroindústrias instaladas no Mato Grosso do Sul apenas duas têm origem no próprio estado, sendo seis de origem nordestina e uma de origem paulista, afirmando que Mato Grosso do Sul, a partir do Proálcool, tem sua atenção tomada pelos capitais sucroalcooleiros nordestinos e paulistas.

Mapa 1: Territorialização das Agroindústrias Canaveiras no Mato Grosso do Sul (1979-1983)



Portanto, esta segunda fase do Proálcool é marcada pela crescente produção do álcool anidro tanto no Brasil como no Mato Grosso do Sul, tendo este último a primeira agroindústria instalada na cidade de Pedro Gomes, com área plantada de cana em torno de 30.000 hectares e capacidade de produção por litro/dia de 240.000. Com os incentivos do Estado, houve o aumento desse capital agroindustrial canavieiro, chegando ao fim da segunda fase do Proálcool com nove agroindústrias, produzindo um total de 1.620.000 litros por dia e com mais de noventa e quatro mil hectares de cana plantada.

Assim, houve também um crescimento da produção do álcool, não mais o anidro, que era utilizado para ser misturado com a gasolina, e sim o hidratado, considerado como álcool combustível, resultado dos incentivos do Estado na primeira fase para instalação das agroindústrias.

A terceira fase do Proálcool inicia-se num contexto de extremas vantagens institucionais que alavancaram o crescimento da produção do álcool no Brasil, ultrapassando as metas de produção determinadas pelo governo. A produção brasileira do álcool aumentou nos primeiros dez anos a uma taxa média de 35% ao ano, mantendo ainda uma considerável produção de açúcar no setor, que abastecia o mercado interno e, parcialmente, o mercado externo. Todo este aspecto trouxe graves distorções durante a expansão deste plano agrícola, pois houve maiores concentrações fundiárias, extremamente excludentes do ponto de vista social (SZMRECSÁNYI E MOREIRA, 1991).

Essa fase do Proálcool (1985-89) é caracterizada por profundas mudanças no cenário de produção do álcool no Brasil, principalmente pela redução de investimentos do governo às usinas de álcool. Carvalho e Carrijo (2007, p. 04) apontam algumas características que levam a esta terceira fase:

O avanço inflacionário, a elevação das dívidas interna e externa, elevação das taxas de juros no mercado internacional, a redução do preço do barril de petróleo (que inviabilizava a exploração econômica do álcool combustível), aliada a acordos firmados entre o Brasil e o FMI, que impunha uma revisão das políticas de subsídio do governo, entre outros, impôs ao estado brasileiro a incapacidade de continuar sustentando a expansão do setor canavieiro com base em fartos subsídios públicos. Essa conjuntura marcou a terceira fase do Proálcool. Nessa fase percebeu-se uma queda na participação dos veículos a álcool, devido ao fim dos subsídios do governo ao setor sucroalcooleiro, extinção do IAA, queda na produção de álcool, que dentre outros fatores, levou à crise do abastecimento e da confiança dos consumidores.

Nestes aspectos, a relação do Brasil no cenário internacional forçou ao governo a desestimular a produção de álcool do país. Em outras palavras, temos por trás forças hegemônicas internacionais, cujos interesses estavam ligados à venda de petróleo, já que este estava gradualmente perdendo espaço no mercado brasileiro.

Assim, fica notório que o Proálcool entra na terceira fase a fim de atender aos interesses do mercado externo, daí a imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reduzir as políticas de subsídios do governo. Ao longo da terceira fase, houve, então, queda na participação de veículos a álcool, afetando sua produção no Brasil e também no Mato Grosso do Sul, como demonstra a tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Produção de Cana, de Açúcar e Álcool – Safras de 1985/1986 a 1994/1995

Safras	Cana (1000 Ton.) Brasil	Var. (%)	Cana (1000 Ton.) MS	Var. (%)	Álcool (1000m ³) Brasil	Var. (%)	Álcool (1000 m ³) MS	Var. (%)
1985/1986	223.635.879	-	3.190.942		11.830.504		232.631	
1986/1987	225.855.106	0,01	3.101.609	-0,03	10.539.341	-0,11	209.328	-0,10
1987/1988	222.552.383	-0,01	4.092.640	0,32	11.458.395	0,09	277.992	0,33
1988/1989	220.162.330	-0,01	3.877.306	-0,05	11.645.517	0,02	283.048	0,02
1989/1990	222.991.526	0,01	3.789.328	-0,02	11.922.325	0,02	252.234	-0,11
1990/1991	222.567.003	0,00	3.977.877	0,05	11.517.985	-0,03	262.145	0,04
1991/1992	229.441.214	0,03	3.935.141	-0,01	12.723.544	0,10	283.690	0,08
1992/1993	223.459.875	-0,03	3.706.409	-0,06	11.697.033	-0,08	244.124	-0,14
1993/1994	218.505.488	-0,02	3.719.023	0,00	11.285.589	-0,04	238.890	-0,02
1994/1995	240.944.304	0,10	3.769.730	0,01	12.696.780	0,13	235.400	-0,01

FONTE: Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR) (2006)

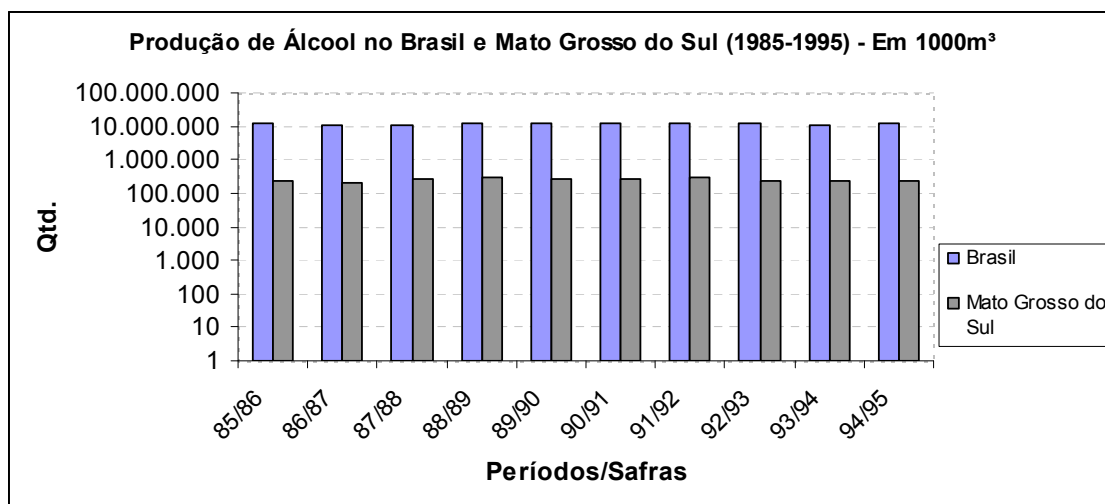
Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/>

Percebe-se que tanto a produção de cana e de álcool no Brasil e no Mato Grosso do Sul ficou oscilando durante o período desta terceira fase, tendo apenas um pequeno aumento na produção destas atividades no Brasil, momento em que o Mato Grosso do Sul não acompanhou com crescimento. Estes indicadores nos mostram que, devido à

capacidade de destilarias fundadas no período inicial do Proálcool (primeira fase), que resultou no auge da produção de álcool na segunda fase, acabou por manter a produção constante. Como o governo retraiu os incentivos à classe sucroalcooleira, não houve aumentos significativos na instalação de novas destilarias, portanto, acabou por não haver crescimento nesta terceira fase, e sim uma tendência de queda de produção, como no caso de Mato Grosso do Sul, em que não houve entrada de novas destilarias.

O que se tem é uma estagnação na produção de álcool no Mato Grosso do Sul nesta terceira fase. A produção de álcool no estado ficou estagnada, não havendo, também, como visto anteriormente, a criação de novas agroindústrias sucroalcooleiras (Gráfico 4).

Gráfico 4: Brasil e Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool (1985-1995) – Em 1000m³



FONTE: Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR) (2006)
Disponível em: <http://www.alcpar.org.br/>

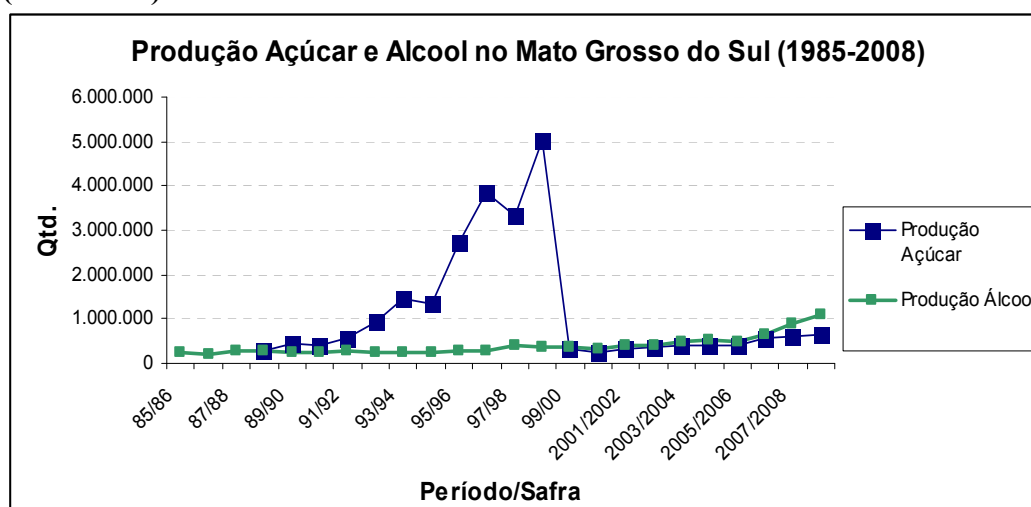
Com esta estagnação e a desregulamentação dos investimentos do Estado, Mato Grosso do Sul passa a inserir no mercado de açúcar a produção não realizada até o final da década de 1980. Nesse sentido, tem-se uma expansão na atividade do açúcar, esta devido aos preços mais atrativos aos produtores e ao desinteresse destes em produzir álcool.

Cabe destacar que um dos desdobramentos diretos da criação do Proálcool foi o aumento da produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, de seus derivados no Brasil. Tal programa foi extremamente lucrativo para o capital agroindustrial, atendendo todos os anseios e necessidades conjunturais do setor canavieiro, haja vista o expressivo aporte financeiro destinado ao setor pelo Estado por meio de financiamentos, vantagens creditícias e os seculares perdões de dívidas (BARRETO et'al, 2000, p. 06)

Thomaz Júnior (2002) verifica, em seu estudo no estado de São Paulo, que esse aumento de preços na cotação do açúcar no mercado internacional direcionou proprietários de destilarias anexas a desviarem o fluxo do caldo para a produção de açúcar, ocorrendo o inverso do objetivo do Proálcool.

No Gráfico 5, podemos constatar a “troca” de produção de álcool para o açúcar. O mesmo ocorreu no estado de Mato Grosso do Sul, devido aos incentivos de preços no mercado internacional favoráveis à produção de açúcar, o que abriu um debate sobre a possibilidade das safras serem insuficientes para abastecer o mercado interno.

Gráfico 5: Brasil e Mato Grosso do Sul – Produção de Açúcar e Álcool (1985-2008) – Em 1000m³



FONTE: Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR) (2006)
Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/>

A produção de açúcar no Mato Grosso do Sul inicia-se a partir da terceira fase do Proálcool, mantendo a produção crescente até o ano de 2000, ano em que se inicia um novo incentivo à produção do álcool. Este período é considerado como uma quarta fase do Proálcool, apoiado no Plano Nacional de Agroenergia, que será tratado mais adiante.

Desde a implantação do Proálcool, a partir de 1975, com políticas de incentivo à produção do álcool como forma de combater a crise petrolífera que assolava o país, e até sua fase de estagnação e declínio na produção do álcool, o álcool tanto anidro, quanto hidratado, continuou com preços vulneráveis ao mercado. Ou seja, oscilando de acordo com as condições da oferta e demanda. Nesse sentido, qualquer oscilação no preço do álcool pode estimular ou desestimular a produção e o consumo.

É a partir destes conceitos, com elevados preços do açúcar no mercado internacional, que o Brasil e o estado de Mato Grosso do Sul apresentaram considerável aumento na produção do açúcar, como já abordado anteriormente.

Do ano de 1995 a 2000, a produção de carros a álcool manteve-se a um nível de 1% a.a. Houve, por parte do Estado, incentivo quanto ao uso do álcool combustível em veículos de categorias leves, como carros oficiais e táxis. Neste sentido, verifica-se um discurso governamental voltado ao desenvolvimento sustentável, com *slogans* sobre a “frota verde”, provocando debates em torno de políticas ambientais no incentivo da utilização do etanol (FARIAS et.all., 2009).

Após trinta anos do início do Proálcool, temos uma reconfiguração nas estruturas produtivas no país, principalmente no estado de São Paulo. Há novas áreas exploradas em busca de plantios de cana-de-açúcar e novas territorializações do capital agroindustrial canavieiro, a fim de atender a demanda por álcool que nascera juntamente com a entrada de tecnologias, como os automóveis com sistemas bicombustíveis, que aceitam tanto a gasolina quanto o álcool.

Trinta anos depois do início do Proálcool, o Brasil vive agora uma nova expansão dos canaviais com o objetivo de oferecer, em grande escala, o combustível alternativo. O plantio avança além das áreas tradicionais, do interior paulista e do Nordeste, e espalha-se pelos cerrados. A nova escalada não é um movimento comandado pelo governo, como a ocorrida no final da década de 70, quando o Brasil encontrou no álcool a solução para enfrentar o aumento abrupto dos preços do petróleo que importava. A corrida para ampliar unidades e construir novas usinas é movida por decisões da iniciativa privada, convicta de que o álcool terá, a partir de agora, um papel cada vez mais importante como combustível, no Brasil e no mundo (FARIAS et.all., 2009, p. 12)

Este novo período do Proálcool pode ser considerado como uma quarta fase, pois representa uma retomada na expansão de produção da cana, açúcar e álcool, principalmente na produção deste último. Com o lançamento de carros bicombustíveis, as usinas sucroalcooleiras ganham um novo incentivo para a produção do álcool.

Resta saber qual o papel desempenhado por Mato Grosso do Sul e como ele se insere neste novo contexto. Fundamentalmente, temos todo um contexto de que, não havendo mais “espaço” para a cultura da cana no estado de São Paulo, há então a necessidade do capital agroindustrial canavieiro se expandir, e o estado de Mato Grosso do Sul encontra-se localizado estrategicamente próximo para escoamento de produção.

É a partir desta perspectiva que podemos observar a produção de álcool, açúcar e cana no estado (Tabela 4).

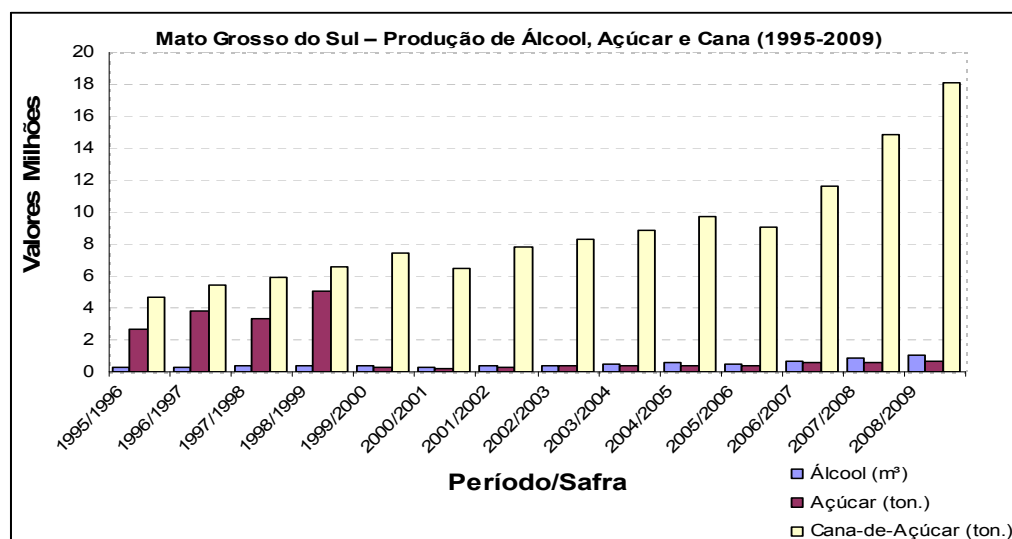
Tabela 4: Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool, Açúcar e Cana (1995-2009)

Período/Safra	Álcool (m³)	Var. (%)	Açúcar (ton.)	Var. (%)	Cana-de-Açúcar (ton.)	Var. (%)
1995/1996	292.168		2.703.800		4.674.560	
1996/1997	287.798	-0,01	3.833.480	0,42	5.404.641	0,16
1997/1998	393.566	0,37	3.310.100	-0,14	5.916.046	0,09
1998/1999	345.446	-0,12	5.016.580	0,52	6.589.965	0,11
1999/2000	371.193	0,07	319.706	-0,94	7.410.240	0,12
2000/2001	314.780	-0,15	231.674	-0,28	6.520.923	-0,12
2001/2002	396.521	0,26	327.854	0,42	7.798.913	0,20
2002/2003	418.157	0,05	373.715	0,14	8.275.501	0,06
2003/2004	472.793	0,13	402.878	0,08	8.892.972	0,07
2004/2005	533.580	0,13	411.912	0,02	9.700.048	0,09
2005/2006	495.591	-0,07	400.857	-0,03	9.037.918	-0,07
2006/2007	640.843	0,29	576.130	0,44	11.635.096	0,29
2007/2008	876.773	0,37	616.170	0,07	14.869.066	0,28
2008/2009	1.076.161	0,23	657.078	0,07	18.090.388	0,22

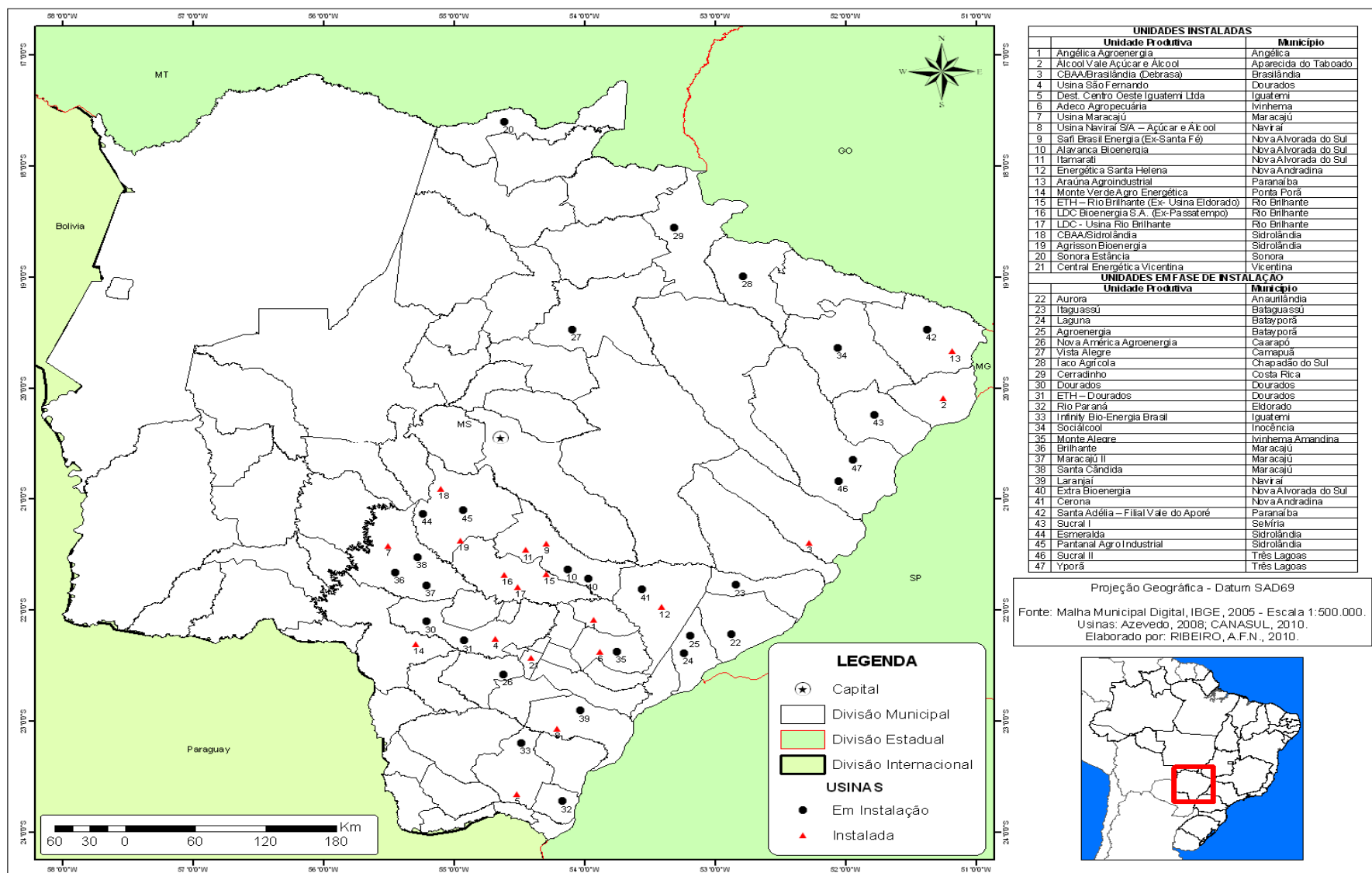
Fonte: IBGE (2009)

Assim, podemos observar que a produção de cana-de-açúcar e de álcool foram as que mais aumentaram, principalmente se nos atentarmos a partir de 2007, com criação de novas agroindústrias de álcool (Mapa 1). O Gráfico 6 nos permite visualizar a queda da produção do açúcar a partir das safras de 1998/1999, e o aumento da produção da cana-de-açúcar, assim como a “substituição” da produção do açúcar pelo álcool, verificando a retomada da produção do álcool, porém o açúcar manteve-se importante.

Gráfico 6: Mato Grosso do Sul – Produção de Álcool, Açúcar e Cana (1995-2009)



Mapa 2: Territorialização das Agroindústrias Canaveieiras no Mato Grosso do Sul (2010)



O Mapa 2 ilustra as novas agroindústrias que se territorializaram no estado até o ano de 2010 e as agroindústrias que estão em processo de instalação no Mato Grosso do Sul. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Estado de Mato Grosso do Sul possui 21 agroindústrias sucroalcooleiras em funcionamento e 25 unidades em processo de instalação, estimando para o fim do ano de 2010 uma produção de 30 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 21 milhões de toneladas destinadas à produção de álcool.

2.2. Agroindústrias Canavieiras e a Estrutura Produtiva de Mato Grosso do Sul

A estrutura produtiva do Mato Grosso do Sul, durante os primeiros dez anos de existência, passou por uma série de reestruturações, enfatizada pela implantação de novas indústrias substituidoras de importações do mercado interno, estas primeiramente de pequeno porte. Logo no final da década de 80, iniciou-se um processo de instalações de médias e grandes unidades industriais na região.

Para entendermos o processo de reestruturação produtiva, podemos concordar com Antunes (1999), para quem as modificações nas sociedades capitalistas são decorrentes da crise iniciada na década de 1970, a qual o autor chama de uma crise estrutural do capital. Neste aspecto, o capitalismo começou a apresentar quedas na taxa de lucro, decretando o fim do modelo taylorista e fordista¹² de produção que perdurava desde a década de 1930 sob forte influência de políticas keynesianas.

Nos anos 70, verifica-se a crise deste modelo de desenvolvimento – o fordismo. Verifica-se uma retração nos ganhos de produtividade, que impedia o crescimento contínuo de salários e lucros (...) As indefinições dos anos 70 levaram a uma sucessão de choques, como por exemplo o choque do petróleo, e a retração econômica dos países desenvolvidos possibilitou um amplo processo de endividamento externo dos países em desenvolvimento (GREMAUD et'al, 2006, p. 466)

Com o fim destes modelos devido à crise estrutural do capital, surge o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, o que acarretou profundas mudanças no mundo do trabalho.

A acumulação flexível, conforme define Harvey (2005), será um confronto direto com a rigidez do fordismo, que defendia padrões de consumo em massa. Ou seja,

¹² O taylorismo e o fordismo baseavam-se na produção em larga escala e consumo em massa, com constantes ganhos de produtividade, ampliando lucros e acumulação de capital.

surge uma flexibilidade nos processos de trabalho e também nos mercados de trabalho, dos produtos e no padrão de consumo. Um fator importante é a política financeira, que, com a flexibilidade do crédito, acaba por intervir em novos setores econômicos, como a prestação de serviços. Com a mão-de-obra excedente, houve também uma flexibilização no mercado de trabalho, pois os sindicatos perderam forças devido à concorrência neste mercado.

Assim, o neoliberalismo e a perda do intervencionismo do Estado foram fatores que trouxeram a crise estrutural do capitalismo, na qual Antunes (1999) aponta o surgimento do *toyotismo* e a era da especialização flexível, das várias transformações no processo produtivo.

No Brasil, estes novos aspectos são introduzidos a partir da década de 1980, ainda no regime militar, e intensificados no início da década de 1990 com a abertura da economia brasileira para o capital externo, que impôs uma rápida configuração na estrutura produtiva diante da busca das empresas pela competitividade e geração de lucros.

A questão da competitividade levou as empresas a buscarem ser mais competitivas no mercado, eliminando as distorções e as ineficiências existentes, justificando a retirada do Estado como principal interventor do mercado, havendo abertura comercial, desregulamentações de vários mercados e redução do poder dos sindicatos.

No aspecto da estrutura agropecuária, Fernandes e Welch (2004) *apud* Mendonça (2009) destacam que, desde o princípio do capitalismo e em suas diferentes fases, os modelos de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista passaram por adaptações e modificações tecnológicas, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e do homem. Assim, tem-se que as mudanças na relação capital X trabalho, fortalecidas pela reestruturação produtiva do capital e as transformações no trabalho, ocasionaram mudanças espaciais distintas do agronegócio, este caracterizado como sistema *plantation*, em que grandes propriedades foram utilizadas na produção para a exportação.

Thomaz Júnior (1988) verifica, no âmbito da estrutura agrária no setor sucroalcooleiro, que a territorialização do capital está enfocada sob a forma de territorialização do monopólio, existindo uma união por parte do capital entre o

proprietário rural e o capitalista, o que estabelece um vínculo entre a indústria processadora, usina, produção de matéria prima e propriedade da terra, o que garante a produção da maior parte da cana consumida no processo produtivo e a apropriação da renda fundiária pelo capital. Portanto, a relação capital-trabalho no âmbito das agroindústrias canavieiras está contextualizada sob um intenso processo de reorganização territorial, incentivado pelo PROÁLCOOL e pelo aumento da produtividade do trabalho no campo, marcado pela modificação do sistema produtivo no corte de cana e de inovações técnico – científicas.

Na perspectiva do Estado de Mato Grosso do Sul, pode-se citar dois ramos industriais no recente estágio de crescimento do estado, sendo a indústria frigorífica e a indústria de beneficiamento de grãos.

Esses dois ramos agroindustriais ligam-se estruturalmente à expansão capitalista no setor rural, estando, por isto mesmo, estreitamente ligados a história recente do Estado. Inserem-se no movimento do mercado mundial. Encontram-se ligados ao chamado “centro da economia brasileira”. Possuem ligações próximas com os poderes. Caracterizam-se como estabelecimentos de capital diversificado. (OLIVEIRA, 2003, p. 15)

Mizusaki (2003) argumenta que a estrutura produtiva do estado de Mato Grosso do Sul sempre atendeu aos interesses de países e grupos econômicos dominantes, e que esta dinâmica da estrutura produtiva do Estado de Mato Grosso do Sul tem se demonstrado subordinada à industrialização tardia do país. Isso porque o estado se insere nessa forma de crescimento, cuja estrutura produtiva tem se territorializado e rearticulado, desde suas primeiras atividades econômicas, como a exploração da erva-mate e a pecuária.

Assim, os movimentos da reprodução espacial do capital e suas relações de produção caracterizaram-se por um caráter dinâmico, pois de um lado a hegemonia econômica era disputada por grandes pecuaristas atrasados *versus* grandes e modernos empresários agrários, e por outro lado por grandes comerciantes urbanos. No entanto, o Mato Grosso do Sul insere-se com um setor agrário totalmente voltado à estrutura latifundiária, definindo seu papel na divisão regional do trabalho como produtora de produtos agropastoris, ou para o centro dinâmico da economia brasileira, ou para o setor externo (OLIVEIRA, 2003).

Em uma mesma perspectiva, o nascimento das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul é marcada, como abordado anteriormente, pelos incentivos do

PROÁLCOOL dada à crise externa do petróleo a partir da década de 1970. Este processo trouxe novas dinâmicas produtivas ao Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente na busca por trabalhadores, estes incentivados pelo capital agroindustrial canavieiro a migrarem para o estado.

Ao analisar as reestruturações produtivas no Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente no setor das agroindústrias sucroalcooleiras, podemos concordar com Mizusaki (2003) sobre a carência bibliográfica no campo da indústria de alimentos. Esta se repete no setor sucroalcooleiro, pois os estudos sobre as reestruturações produtivas são abordados de forma frequente nos setores que sofreram mais impactos, como a microeletrônica e a indústria automobilística. Outro problema encontrado ao estudar este campo de pesquisa é que os estudos direcionam a estrutura produtiva no espaço da indústria, deixando de lado o campo como atividade produtiva.

Mendonça e Gonçalves (2010) ressaltam que, nas últimas décadas, a expansão da monocultura canavieira no cerrado brasileiro (especificamente no Estado de Goiás) para a produção de agrocombustíveis vem se transformando no que se refere ao papel social das instâncias produtivas e avanços tecnológicos. Estas transformações passaram a exigir na produção do etanol novos arranjos e áreas de produção, buscando também a modernização da matriz energética.

A expansão da cana-de-açúcar em várias regiões do Brasil pauta-se em interesses na produção do etanol com base no discurso de combustível renovável, ou combustível ecologicamente adequado. Surgem interesses do capital internacional, principalmente com negociações econômicas com a União Europeia e os Estados Unidos no etanol brasileiro, refletindo na produção de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul e no município de Dourados (BARRETO *et al*, 2008).

Nesta perspectiva, podemos analisar o perfil e a territorialização das agroindústrias sucroalcooleiras no município de Dourados, tomando como base o interesse do capital internacional e suas reestruturações produtivas, verificando o quanto a produção de cana avançou no município.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E DOURADOS-MS

3.1. Contextualização histórico-regional

A Microrregião Geográfica do município de Dourados, tradicionalmente ocupada pela pecuária e pela monocultura da soja e, mais recentemente, pelo milho, vem passando por várias transformações a partir da implantação de agroindústrias canavieiras, além da reestruturação das empresas já existentes. Essas transformações têm provocado vários impactos socioeconômicos, como no trabalho, que se encontra cada vez mais precarizado, seja por via da terceirização, seja pela subcontratação da mão-de-obra. Dessa forma, pensar na territorialização das usinas de cana-de-açúcar nos leva a compreender os novos mecanismos impostos pelo capital e seus desdobramentos para o trabalho. A partir das tramas que envolvem a relação capital e trabalho no campo, considerando-se suas particularidades, é possível desvendar novos elementos que interagem no processo de produção/reprodução do espaço do Mato Grosso do Sul.

Desde a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943, pelo governo Getúlio Vargas, com o objetivo de integralizar as dinâmicas produtivas do então Estado do Mato Grosso através do discurso de *ocupação de espaços vazios*, Dourados atravessou uma diferenciação da estrutura agrária em relação à nacional, contribuindo para impulsionar a modernização da agricultura na região. A aproximação da área demarcada com a estrada de ferro Noroeste Brasil, junto à propaganda do Governo, incentivava as famílias a migrarem para a região. No âmbito social, este programa era não só uma tentativa de desafogar as regiões Nordeste e Sudeste, entre outras, e expandir a área de produção, como também criar mercado consumidor para os produtos paulistas. Assim, todo o Centro-Oeste passa a assumir a posição de extensão da economia paulista.

Os investimentos em infraestrutura que passaram a ser realizados na região - como nos troncos rodoviários que hoje cortam o interior do Brasil - proporcionaram o escoamento da produção, já que este seria um dos gargalos à integração da região. Esse modelo de integração rodoviário também é visto nas propostas da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) até a década de 1973 (ABREU, 2001).

De acordo com Stein Neto (2005), a origem de Dourados¹³ pode ser compreendida através de reduções das Companhias Mate Laranjeira e de cooperativas de pequenos produtores de erva-mate, definindo-se assim três combinações de fatores que propiciaram a criação de Dourados: o declínio da influência da Companhia Mate Laranjeira¹⁴; o crescente fortalecimento das cooperativas independentes de exploração da erva-mate e o crescente aumento populacional, aliados à conjuntura governamental favorável devido à geopolítica de Vargas, com a Campanha *Marcha para o Oeste*. Nesse sentido, podemos concordar com Araújo (2009), para quem Dourados desempenhou, ao longo de sua história, funções de acordo com o sistema global de produção capitalista.

As formas observadas no território de Dourados surgiram, ao longo do tempo, a fim de desempenharem as funções estabelecidas pela sua estrutura sócio-econômica e pela sua função na divisão territorial do trabalho. Ou seja, elas surgiram a partir das funcionalidades que desempenham, de acordo com suas especificidades, na estruturação do sistema global de produção capitalista. Desta forma, seus elementos se inter-relacionam em diferentes escalas e complexificam suas relações no ritmo da evolução histórica da sociedade (ARAÚJO, 2007, p. 09)

A Microrregião da Grande Dourados¹⁵ está dividida em 15 municípios e tem o referente município como cidade polo. Esta microrregião, de acordo com dados do IBGE, tem o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. O polo econômico de Dourados ganha ênfase dentro desta microrregião, destacando-se como centro agroindustrial e agropecuário.

Atualmente o município de Dourados possui, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE (2000), 164.949 habitantes, equivalente a 8% da população do de Mato Grosso do Sul, estimada pelo IBGE em 2.074.877 habitantes. A população da zona rural é de 15.021 habitantes (ou 9,1%), enquanto a população da zona urbana soma 149.928 (90,9%). O Mapa 3 ilustra o Município de Dourados, no

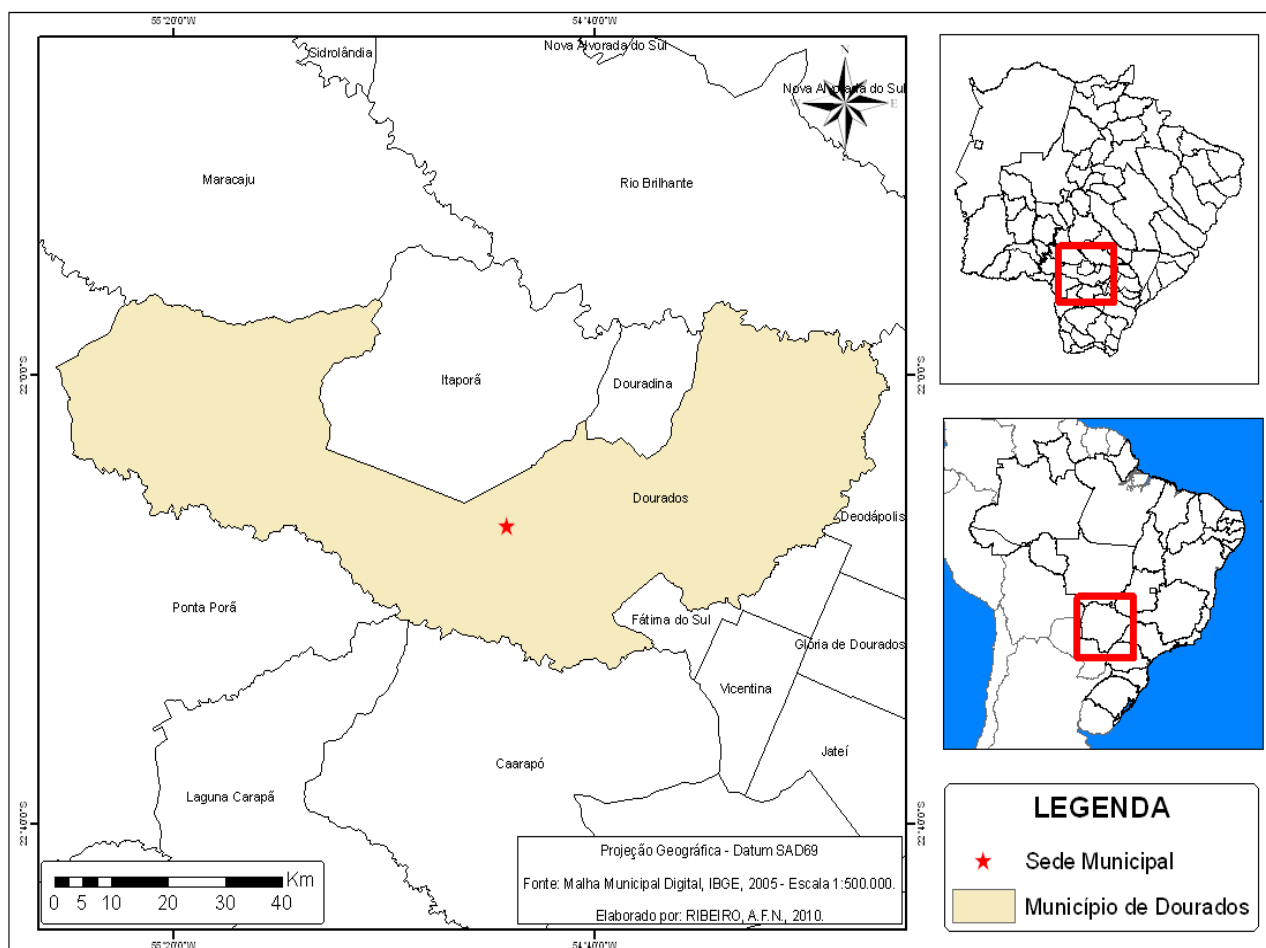
¹³ Sua área compreendia os atuais municípios de Dourados, Itaporã, Douradina, Deodópolis, Angélica, Ivinhema, Glória de Dourados, Jateí, Vicentina, Naviraí, Caarapó e Laguna Carapã (STEIN NETO, 2005).

¹⁴ A Companhia Mate Laranjeira surgiu através do comerciante Thomaz Laranjeira, que requereu terras para a exploração da erva-mate nativa, abundante no sul da região de Dourados. (SILVA, 2005)

¹⁵ A microrregião da Grande Dourados, pertence à mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e está dividida em quinze municípios, sendo eles: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante e Vicentina.

qual buscaremos investigar os desdobramentos da expansão territorial do capital agroindustrial canavieiro.

Mapa 03: Localização do Município de Dourados



No contexto regional, Dourados se configurou territorialmente como fornecedor e produtor de soja, milho e gado. De fato, isso se deve às políticas públicas do Estado em industrializar o Mato Grosso do Sul, principalmente quanto à produção de óleo e farelo de soja. Estes aspectos podem ser notados por Oliveira (2003), o qual cita vários fatores¹⁶ que levaram o Estado a investir no capital industrial do Mato Grosso do Sul.

¹⁶ (1) População rarefeita com mercado regional restrito e abastecido; (2) produção agropecuária moderna, dinâmica e produzindo grandes excedentes; (3) expansão do mercado internacional, aumentando a participação brasileira com produtos industrializados; (4) presença de capital, sedento para investir, nas mãos de comerciantes locais; (5) vontade política do Estado em participar da indústria; (6) estrangulamento dos meios de transportes e (7) grande número de desempregados (OLIVEIRA, 2003, p. 55)

Araújo (2009, p. 10) destaca essas políticas de incentivos ao capital industrial como uma ação para o planejamento territorial inserida no Mato Grosso do Sul:

As ações do Planejamento territorial do Estado resultaram em estímulos como: Crédito rural, programas de investimento, criação de infra-estruturas (como a ampliação de estradas, rede de energia, armazéns, assistência técnica, etc.), leis de incentivos fiscais etc. Amplamente realizados, essas ações eram necessárias para uma maior produção e facilidade de escoamento da produção regional, alterando novamente o espaço do município em consideráveis amplitudes.

Para a inserção do município na política voltada para o mercado externo, provocaram-se profundas transformações em seu espaço geográfico, promovendo um processo de transformações econômicas que levou o município a ser o principal centro regional. Estas transformações estão diretamente atreladas ao capital agroindustrial, que articulou uma nova cadeia produtiva (principalmente da soja), focalizada na produção, distribuição, circulação e consumo, que modificou o aparelho produtivo, tanto o rural quanto o urbano, culminando na alteração das relações de trabalho (SILVA, 1992)

Contudo, as novas relações de produção inseridas em Dourados trouxeram novas ideias e valores, que se territorializaram no lastro da expansão da agroindústria, gerando, através desta nova configuração, um maior mercado de trocas e de consumo de novas mercadorias garantidas pelas vias de comunicação¹⁷.

Dado esse contexto da expansão das agroindústrias em Dourados nas décadas passadas (1980 e 1990), que modificou as relações de produção e de trabalho, podemos concordar que, atualmente, o que se assiste tanto na região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso do Sul quanto no município de Dourados é um acelerado processo de expansão da agricultura canavieira, que implica em novas (re) configurações territoriais, em especial no município de Dourados, foco do nosso estudo.

Ao verificar a territorialização das agroindústrias canavieiras em Dourados, temos, portanto o avanço destas, contando nos últimos três anos, com o processo de instalação de duas usinas em Dourados – Usina São Fernando e Usina Dourados Uniálcool - e uma usina no município de Ponta Porã – Usina Monte Verde, porém instalada às margens do limite entre Dourados e Ponta Porã, como se demonstra o Mapa 4.

¹⁷ Como exemplo, a multiplicação de casas comerciais de compra e venda de produtos agrícolas SILVA (1992)

Cruz (2010, p. 02) salienta a retração de investimentos e a cautela do Governo, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em liberar recursos para o capital agroindustrial canavieiro.

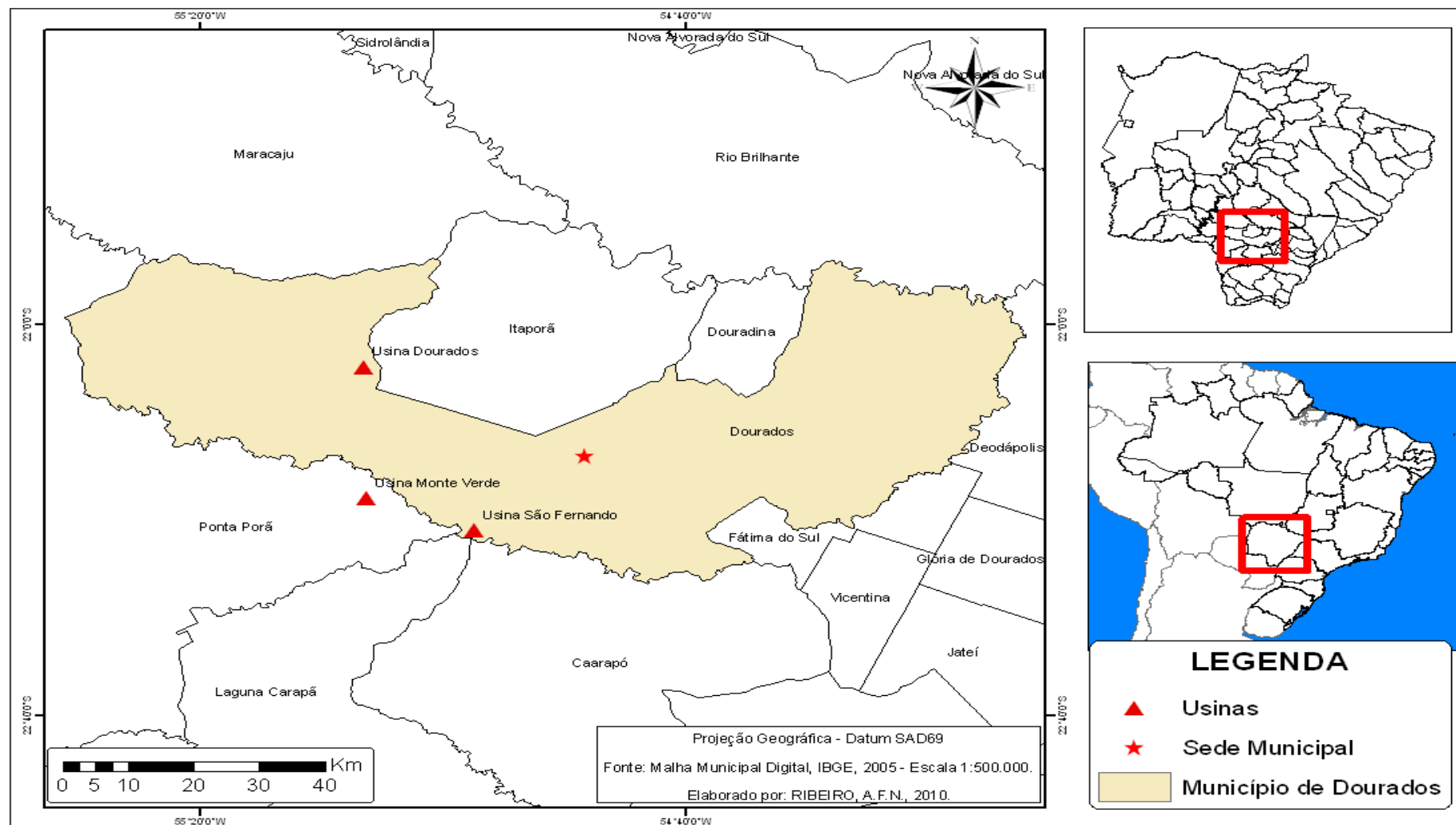
O projeto do usineiro Celso Del Lago é um dos que diminuíram o ritmo do andar. O plantio de cana e as obras civis de apoio, como refeitório e prédio administrativo da usina, tocadas em parceria com o grupo Unialco, estão em andamento, mas a parte industrial da estrutura aguarda a liberação de recursos do BNDES.

As duas usinas instaladas em Dourados, (Mapa 4), iniciaram suas instalações a partir de 2007. Segundo Cruz (2010), eram três usinas em implantação no município, ou seja, a ETH Dourados, que já possui unidades em outros municípios sulmatogrossenses¹⁸, empenhava-se em mais uma unidade no município. Porém, com a crise econômica que assolou o mercado financeiro em 2008, o grupo desistiu de se instalar em Dourados.

Dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) consideravam que entre 2005 e 2008 o Estado de Mato Grosso do Sul passaria de 11 para 84 usinas de álcool e açúcar até 2011, sendo 45 destas usinas instaladas na microrregião de Dourados.

¹⁸ Como a unidade Eldorado, localizada em Rio Brillhante e a unidade Santa Luzia localizada em Nova Alvorada do Sul.

MAPA 04: Município de Dourados – MS Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro (2010)



Contudo, chama a atenção a Usina Monte Verde, instalada no município de Ponta Porã, mas cuja localização está a cerca de 30 quilômetros de Dourados e a cerca de Ponta Porã. Esta maior proximidade com Dourados reflete em seus impactos socioeconômicos no município de Dourados.

Outras usinas também se encontram localizadas próximas ao limite territorial de Dourados, como o próprio grupo ETH, com usinas em Nova Alvorada do Sul e Rio Brillhante. Porém, não implicam diretamente nas novas configurações produtivas do município, por estas se representarem próximas ao urbano, ao contrário da Usina Monte Verde, que acaba buscando, por exemplo, trabalhadores de Dourados, por esta ter a sede mais próxima da cidade de Dourados do que da cidade de Ponta Porã.

A partir dessas considerações, dedicamo-nos, nos próximos itens, ao estudo sobre a Usina São Fernando e a Usina Dourados, para assim compreendermos o seu processo de territorialização.

3.2. A usina São Fernando

Instalada no município de Dourados, na direção do município de Laguna Caarapã, ocupando cerca de 1,6 mil hectares, a Usina São Fernando Açúcar e Álcool Ltda iniciou seu processo de instalação a partir do ano de 2008, com investimentos aplicados pelo Grupo Bertin e pelo Grupo São Marcos Energia Ltda.

O Grupo Bertin¹⁹, de origem nacional, surgiu no ano de 1977, com a criação do primeiro frigorífico de Bovinos no município de Lins, localizado no Estado de São Paulo, fundado por Henrique Bertin. Na longa trajetória do Grupo, avançou nas exportações de carnes e couros, primeiramente *in natura* e, a partir da década de 1990, com seus produtos industrializados para o continente europeu.

Esse grupo atua em vários ramos da estrutura produtiva do país, como o setor de infraestruturas industriais e o setor de cosméticos. E, por último, atinge o setor da energia “limpa” e “renovável”, com a instalação da Usina São Fernando, em Dourados, e o controle acionário da Infinity Bio-Energy, produtora de açúcar e álcool. O Grupo

¹⁹ Este grupo possui em todo o Brasil, 30 unidades produtivas, atuando nos ramos de alimentos como grandes frigoríficos, infra-estrutura e energia, caracterizando-se como holding de capital nacional. Mais detalhes ver: www.bertin.com.br

São Marcos Energia Ltda. atua no mercado sucroalcooleiro desde 1981, produzindo álcool e açúcar.

O empreendimento da Usina São Fernando, apoiada, como já descrito, pelos Grupos Bertin e São Marcos, está a aproximadamente 12 quilômetros da sede do município de Dourados, não obedecendo à lei que limita este tipo de empreendimentos, que é de 20 quilômetros da zona urbana. Em matéria publicada pelo Jornal Local de Dourados (Diário MS) em 2007²⁰, a empresa inseriu o argumento de que não sabiam desta lei, e que, se houvesse conhecimento do Grupo, teriam abandonado o empreendimento na cidade, porém este já estava em processo de instalação.

Contudo, esses fatores foram resolvidos de forma favorável aos empresários, ou seja, foi instituída uma emenda pelo poder legislativo da cidade que liberava a distância limite para usinas em processo de instalação (AZEVEDO, 2008).

Logo após a aprovação do projeto pela Câmara de Vereadores, segundo o Diário MS (2007), havia fortes pressões sociais contra a redução do limite de 20 quilômetros para 12 quilômetros entre as usinas e o perímetro urbano, porém o Poder Executivo acatou a aprovação e sancionou o projeto.

Segundo dados da Usina São Fernando²¹, o empreendimento conta atualmente com aproximadamente 1000 trabalhadores diretos e 500 indiretos. No setor energético, a Usina São Fernando criou uma Unidade Termelétrica de biomassa, projetada para, em plena capacidade no ano de 2017, usar o bagaço gerado pelo processamento de 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, para produzir um total de 114MWh de energia elétrica, sendo que 35.7MWh será para o consumo próprio e o excedente, 78.2MWh, será disponibilizado para a venda ao mercado de energia elétrica.

É nesse cenário que podemos verificar o discurso de que a expansão da atividade sucroalcooleira trará benefícios para a região, como o aumento do valor do preço da terra, geração de empregos e, por consequência, a geração de renda na cidade. Contudo, cabe destacar que as circunstâncias da geração desses empregos são alarmantes e que a “valorização” da terra beneficia os proprietários e usineiros na apropriação da renda da terra. Nesse sentido, Martins (1975, p. 54) destaca que “[...] capital só pode crescer, só

²⁰ Cf. matéria publicada pelo Jornal *Diário MS*, em 19 de julho de 2007, intitulada “Bertin quer manter usina de álcool em Dourados”.

²¹ Pesquisa de campo realizada em: 11/04/2010.

pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho, é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho”.

Dessa forma, a geração de empregos que as usinas se propõem a realizar está marcada por uma ideologia de auxiliar o Estado e a população, como forma de geração de empregos e renda em defesa da sustentabilidade, para que assim estas usinas possam se reproduzir de forma ampliada e com o apoio do Estado e da própria população.

3.3. A Usina Dourados

A Usina Dourados Álcool e Açúcar Ltda. está localizada no município de Dourados a aproximadamente 42 quilômetros da sede do município, no sentido de Dourados ao distrito de Itanhum (Mapa 04).

A usina Dourados está sendo implantada em uma sociedade com o Grupo Unialco, sendo administrado pelo empresário pecuarista e diretor da indústria Celso Dal Lago, de origem sulmatogrossense e proprietário de terra no município de Dourados, como veremos mais adiante. Esta parceria está sendo realizada através da utilização do cultivo da cana-de-açúcar e da planta agroindustrial se estabelecer nas propriedades do próprio pecuarista

O investimento é de R\$ 350 milhões e está sendo realizado pelo BNDES. É a segunda a ser implantada no município. Este empreendimento está em fase de finalização, a moagem de cana deve se iniciar no final do ano de 2010.

Fundado em 1980, com recursos do PROÁLCOOL, no município de Guararapes Estado de São Paulo, o Grupo Unialco iniciou com a produção de álcool hidratado, moendo apenas cana de acionistas do grupo. Durante todas as fases decorrentes do período do PROÁLCOOL, a Unialco passou a moer cana própria e, no ano de 2000, obteve seu maior crescimento, comprando a Usina Alcoolvale S/A Álcool e Açúcar, situada em Aparecida do Taboado, no Estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente, o Grupo Unialco conta com 9 unidades produtivas, sendo 5 no Estado de São Paulo e 4 no Estado do Mato Grosso do Sul.

Dados da Usina Dourados²² mostram que, de aproximadamente 500 pessoas no processo de produção de atividades agrícolas, 360 são trabalhadores indígenas. Segundo o diretor da empresa, sobre os contratos da mão-de-obra indígena, ele afirma: “*É o compromisso que fiz com a prefeitura, de gerar emprego para os índios e estou cumprindo. É o que eles querem; eles querem trabalhar*”²³.

Como afirma Barreto *et al* (2008, p. 09) “*na luta pelo emprego que assegure sobrevivência das famílias trabalhadoras, ocupa lugar central na defesa da expansão da atividade agroindustrial canavieira*”. Assim, voltamos ao mesmo discurso do item anterior, da subjugação do trabalho, em que argumentos políticos e ideológicos permeiam no âmbito da geração de empregos, em um contexto que se insere a luta pelo emprego no município de Dourados.

3.4. O processo produtivo

Para analisarmos o processo produtivo das agroindústrias canavieiras, é necessário destacar as relações sociais de produção e o desenvolvimento de forças produtivas no âmbito de uma sociedade capitalista, onde se criam e (re) criam novas classes sociais e novos atores sociais.

No entanto, estudar o processo de produção requer entender os agentes sociais que se encontram por trás, tanto do modo de produção capitalista quanto da circulação dos produtos agropecuários, envolvendo, desta forma, conforme Mizusaki (2009, p. 283), “*os trabalhadores, o capital agrário, o capital comercial, industrial e financeiro, os proprietários de terra, o Estado, os camponeses etc.*” Ainda segundo a autora, tem-se situações externas como a concorrência de produtos externos e intercapitais e a capacidade de pagamento dos consumidores.

Assim, torna-se importante destacar a relação entre agricultura e indústria, a fim de compreender o processo produtivo e a apropriação da riqueza social, pois a terra como meio de produção é considerada como um bem natural e limitado, diferenciando-se da indústria. Essas relações estão inseridas nos sistemas produtivos locais, as quais se interrelacionam com as transformações técnico-produtivas em nível global, importantes para o entendimento do contexto socioeconômico (MIZUSAKI, 2009).

²² Pesquisa de campo realizada em 05/04/2010.

²³ DAL LAGO, Celso. Entrevistado por Diário MS. Dourados em 18/08/2009.

Oliveira (1991) destaca que o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção se articula com as relações não-capitalistas, pois, se tem que as relações de produção capitalistas se ampliam, expropriando o trabalhador no campo, deixando-o desprovido de todos os meios de produção, ou sujeita a renda produzida pelo trabalho camponês. Nesse sentido, o trabalho familiar do pequeno camponês também se reproduz, nas palavras do próprio autor:

Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há fusão entre a pessoa do proprietário de terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua produção física (OLIVEIRA, 1991, p. 11)

Essas contradições apontadas pelo autor revelam que a existência do campesinato está diretamente conectada ao capitalismo, pois o campesinato se torna criação das relações contraditórias do próprio capitalismo. Sintetizando este pensamento, tem-se que o camponês não se guia pela lógica capitalista, ou seja, não se orienta em função da taxa média de lucro. Em função desta lógica, que é distinta da lógica capitalista, a renda camponesa acaba sendo apropriada pelo capital.

Nesse sentido, podemos concordar que a terra não pode ser definida como capital, mas sim a expropriação do lucro e da renda da terra, em que o proprietário da terra e/ou capitalista se apropria da maior parte da renda.

Podemos inferir com Fabrini (2002) que o conflito entre camponeses e capitalista/proprietários de terra não está no princípio da produção de mercadoria, mas sim na circulação de produção e na distribuição da renda da terra, o qual o autor complementa ser a distribuição e apropriação da mais-valia social, que vai para o capitalista da indústria, bancos, comerciantes e proprietários de terra.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa (FABRINI, 2002, p. 05)

Portanto, ao compreender as obras de Oliveira (1991) e Fabrini (2002), verifica-se que o capital é *traído* pela luta dos trabalhadores do campo. Nas palavras de Fabrini

(2002, p. 08), “*nem sempre é o capital que se trai com a criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta*”.

Assim, nas obras de Oliveira (1981; 1991), complementa-se que toda essa contradição capitalista, em busca da apropriação da renda da terra, que vai para o capitalista/proprietário de terra, está inserida em dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. O primeiro é quando a produção subordina a circulação de mercadorias. Neste caso, o preço da mercadoria é colocado na produção, pois a circulação de mercadorias depende exclusivamente da produção.

O autor completa com um exemplo das agroindústrias canavieiras no Estado de São Paulo, que subordinam totalmente a circulação à produção, apoiada pelas ações favoráveis do Estado. Portanto, tem-se, como visto anteriormente neste trabalho, a *territorialização do capital*, tendo em vista que a indústria e a agricultura são atreladas em um mesmo processo, ou seja, a mercadoria sai do processo de produção com o seu preço de venda ao consumidor final, assim como o custo da mercadoria para o comerciante.

Portanto, quando a formação dos preços está diretamente dentro do processo de produção, entre a agricultura e indústria, como no caso das agroindústrias sucroalcooleiras, tem-se a territorialização do capital.

O que assistimos é a ação do capital em todas as direções, onde ele não pode extrair juntos lucro e renda, ele assegura o direito de extrair renda. Dessa forma a expansão do modo capitalista de produção se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital. Especulando com a terra, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital dá o primeiro passo (condição necessária para a sujeição da renda da terra) para em seguida sujeitar o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 1981, p. 57).

Já no segundo mecanismo sobre a apropriação da renda da terra pelo capital, Oliveira (1981) destaca que a formação de preços da mercadoria pode ser dada no processo de circulação da mesma, ou seja, quando a circulação subordina a produção. Nesse sentido, há o camponês que produz para o capital.

Oliveira (1991) exemplifica o caso de produtores de uvas na Região Sul do Brasil e demais produtores de atividades ligadas com hortifrutícolas, suinocultura,

avicultura, sericultura, pecuária de corte e fibras têxteis, entre outras atividades semelhantes. E, também, grupos de cooperativas, atacadistas e CEASAS²⁴.

Nesse caso, diferentemente do que ocorre na *territorialização do capital*, onde a indústria se instala no campo em busca de aquisição de terras e apropriação da renda, tem-se o processo de monopolização do território pelo capital. Sobre o tema, Oliveira (1991, p. 24-25) afirma: “*Capitalista industrial é uma pessoa, proprietário de terra e trabalhador são outra pessoa (...) esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se*”.

Dentro desse contexto, Thomaz Júnior (1988), ao analisar a *territorialização do capital* sob a ótica de *territorialização do monopólio*, destaca em seu estudo que as atividades canavieiras no município de Jaboticabal, no Estado de São Paulo, apontam a união, por parte do capital, entre o capitalista e o proprietário rural, os quais estabelecem um vínculo entre a indústria processadora – usina – produção da matéria prima – propriedade da terra. Daí a relação capital-trabalho na agroindústria canvieira, que, a partir do Proálcool, tem-se uma nova reconfiguração territorial do setor sucroalcooleiro e o aumento da produtividade do trabalho no campo, baseada nas modificações do sistema produtivo no corte de cana, com os crescentes números de trabalhadores rurais e inovações técnico-científicas.

Conforme dados coletados nas agroindústrias do município de Dourados, podemos compreender que o processo produtivo está caracterizado por duas etapas. A primeira está ligada ao processo de produção da cana, que envolve a questão da preparação do solo, do plantio, dos tratos culturais, da colheita e, por último, o transporte à usina. Neste aspecto, chama a atenção a queima da palha da cana, a vinhaça, a torta de filtro das cinzas nos canaviais e a aplicação de herbicidas.

O segundo momento do processo produtivo corresponde ao seu processamento industrial, este caracterizado pela transformação da cana-de-açúcar em produtos industrializados, como o álcool e o açúcar. Para esta etapa acontecer, a usina depende de todo o primeiro processo, como também de sua logística para o transporte da cana-de-açúcar. Nesse sentido, esses dois momentos do processo produtivo das agroindústrias

²⁴ CEASA é a sigla e denominação popular das Centrais de Abastecimento, que são empresas, estatais ou de capital misto, destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura em nível de atacado e em uma região.

canavieiras demonstram que elas se territorializam em busca da apropriação da renda da terra

3.5. A apropriação da renda da terra pelo capital agroindustrial canavieiro no sistema de arrendamento

De acordo com pesquisa de campo realizada no Cartório de Registro de Imóveis de Dourados-MS no ano de 2009, podemos descrever alguns cenários sobre as formas de arrendamento do capital agroindustrial.

Com base nos dados que descrevem as formas da utilização da terra pelo capital sucroalcooleiro no município de Dourados, torna-se necessário entender as tramas que se dão entre o arrendatário da terra (agroindústria canavieira) e o proprietário da terra²⁵.

Para Oliveira (1991), a *parceria* é uma prática relacionada à produção no campo, sendo uma das formas mais antigas de relação de exploração da terra. Assim, o autor cita Marx (1984) sobre a definição de parceria, considerada como transição entre a forma primitiva de renda e a renda capitalista: (...) *em que o lavrador fornece, além de seu trabalho (próprio ou alheio), uma parte do capital da exploração (o gado, por exemplo), dividindo-se o produto em determinadas proporções, que variam segundo os diferentes países, entre o parceiro e o latifundiário* (MARX, 1984, p. 1020) *apud* (OLIVEIRA, 1991, p. 70).

Portanto, a *parceria* na produção da cana-de-açúcar está caracterizada pela divisão de despesas em ambos os lados, ou seja, entre o proprietário de terra e o arrendatário, este segundo representado pelo capital agroindustrial canavieiro.

Assim, as formas de contratos da terra pelas agroindústrias não estão caracterizadas por parcerias, mas sim por arrendamentos, o qual se tem um prazo de contrato de no mínimo seis anos, da agroindústria canavieira com o proprietário da terra. Este prazo é estipulado devido ao ciclo de produção da cana-de-açúcar, considerando o primeiro ano como o ciclo de plantação das mudas de cana e os outros cinco anos como ciclos agrícolas, que geram cinco safras. Formalmente, o capital

²⁵ Cândido (2001, p. 136) define parceria como “... uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro” como o proprietário da terra que fornece a terra ao capital, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo arrendatário ou parceiro”. Ressalta ainda o autor que na parceria não somente os ganhos, mas também os riscos, são divididos para ambas as partes envolvidas, o que já não ocorre com o arrendamento, onde o percentual a ser pago independe de tal situação.

agroindustrial canavieiro é denominado de parceira agricultora, a qual arrenda a terra do proprietário, este denominado de parceiro proprietário.

O modelo de contrato²⁶ referencia os principais pontos firmados de parceria com os agricultores do município de Dourados. De acordo com os dados apresentados, temos o tipo de arrendamento e a quantidade arrendada pela agroindústria. Assim, pode-se notar a territorialização no campo pela agroindústria. Através das condições existentes no contrato, esta tem uma grande liberdade de alterar o solo em que será cultivada a plantação de cana-de-açúcar, como as alterações das cercas da propriedade, uma vez que, devido à grande quantidade de plantação de cana, há necessidade de retirar as cercas internas da propriedade, sem qualquer ônus para a usina.

Essas características nos firmam a capacidade e a força do capital agroindustrial canavieiro tal sucroalcooleiro de se impor ao proprietário para realizar seu processo produtivo, o qual modifica toda a estrutura da propriedade, e no qual a usina se responsabiliza somente pelas cercas existentes no perímetro da propriedade.

Valério e Thomaz Júnior (2009) descrevem algumas características do capital sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, em que, no primeiro arrendamento, a usina retira todos os obstáculos à consolidação logística da produção canavieira, fazendo com que barracões, tulhas, casas e várias estruturas sejam destruídas em favor da formação de áreas de plantio da cana-de-açúcar.

Quando do final do prazo de arrendamento da terra para o usineiro, diante da inexistência de recursos para o restabelecimento das atividades anteriormente praticadas, impossibilidade de recomposição de cercas, pastos, casas e toda a infra-estrutura retirada pela formação das grandes áreas de plantio monocultor, somado ao fato do sucateamento e/ou venda de máquinas e implementos agrícolas pelo fato de não mais serem usados, dá-se aí o “*pulo do gato*”, onde o proprietário vê-se refém do capital agrocanavieiro (VALÉRIO E THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 10-11)

Seguindo o pensamento dos autores, tem-se o agricultor refém e fragilizado em relação ao grande capital canavieiro, obtendo duas alternativas igualmente desfavoráveis: ou renova o contrato de arrendamento por uma remuneração menor, pois o pagamento das usinas varia de acordo com a área plantada, a qual, por sua vez, terá uma área plantada menor devido ao desgaste do solo, ou o proprietário vende suas terras por valores mais baixos do que valiam antes do referido arrendamento, vindo a

²⁶ Em anexo.

proletarizar-se, constituindo mão-de-obra para a expansão agrocanavieira e conferindo materialidade ao intento expansionista/monopolizante/territorializante do agronegócio bioenergético da cana-de-açúcar.

No município de Dourados, podemos verificar que o capital agroindustrial canavieiro está iniciando seu processo de territorialização. Contudo, conforme apontado por Valério e Thomaz Júnior (2009), em seus estudos sobre a lógica da monocultura canavieira no Estado de São Paulo, e nos contratos por nós analisados em pesquisa de campo no Cartório de Registro de Imóveis de Dourados, verificamos que o primeiro momento, de renovação de contrato, está mais evidente de ocorrer no município de Dourados, pois o segundo momento verifica-se em contratos de arrendamentos com fazendeiros que atuam em outras atividades econômicas, impossibilitando, até o presente momento, analisar contratos de arrendamento com proprietários que utilizam somente o trabalho familiar.

A forma de arrendamentos das usinas sucroalcooleiras no município de Dourados com os proprietários de terra, sob a ótica de pagamentos, é relacionada por um percentual repassado como forma de pagamento da terra para o proprietário, conforme o resultado da quantidade produzida por safra. Neste aspecto, chama a atenção que o proprietário de terra é obrigado a vender sua cota para a usina sucroalcooleira a quem arrendou.

Para analisarmos as propriedades que estão submetidas ao arrendamento do capital agroindustrial canavieiro, utilizamos os dados da área, pois, se aceitarmos o número de estabelecimentos, os menores serão mais numerosos. Portanto, é interessante destacar a proporção da área total das terras arrendadas, definindo-as em cada classe de área que detém, promovendo à maior ou menor importância da agricultura camponesa ou da agricultura capitalista.

Através dos dados levantados em pesquisa de campo, foi necessário dividi-las em três grandes grupos de propriedades: pequenos, com área inferior a 100 há; médios, com área entre 100 a 1.000 ha; e grandes, com área superior a 1.000 ha. Estes três grupos são utilizados por diversos autores que estudam a questão agrária brasileira, como pode ser visto em Oliveira (1991), Martins (1975) e Oliveira (2003).

Os proprietários que arrendaram de forma total ou parcial sua propriedade somaram um todo de 57 contratos de arrendamento, entretanto vários contratos foram realizados mais de duas vezes pela mesma propriedade, caracterizados como contratos por glebas de terra. Ou seja, os 57 contratos de arredamento existentes tornaram possível analisar, ao todo, 26 propriedades, devido à repetição de contratos de uma mesma propriedade (ocorridas em várias propriedades) encontrados nos registros disponibilizados pelo cartório. Assim, se a mesma propriedade realizou contratos com a mesma agroindústria, mais de uma vez, só que com porções de terra diferentes, tais arrendamentos foram somados e contabilizados em somente um total.

Para melhor exemplificação, tomamos como exemplo a propriedade do pecuarista e diretor da Usina Dourados Celso Dal Lago, o qual tem uma propriedade denominada de Dal Lago I. No entanto, esta propriedade apresentou três contratos, referenciado por glebas de terra da propriedade, possibilitando, para fins de simplificação de dados, somar a área arrendada destes três contratos.

As Tabelas 5 e 6 demonstram a extensão da área em hectares das propriedades que arrendaram suas terras para a Usina Dourados e Usina São Fernando, respectivamente, apresentando em termos de unidades e também em percentuais a quantidade de área arrendada ao capital agroindustrial canavieiro.

**Tabela 5 – Município de Dourados-MS
Arrendamento de terras a Usina São Fernando**

Propriedade	Área Total (Ha)	Área Arrendada (Ha)	(%) Arrendada	Prazo do Contrato	Principal Atividade
Fortaleza I	100,00	32,68	32,7	7	Agricultura e Pecuária
Fortaleza II	150,00	140,00	93,3	7	Agricultura
Quevedo	395,00	376,60	95,3	7	Agricultura e Pecuária
Crioula	626,44	484,49	77,3	7	Agricultura e Pecuária
Santa Inês	1.030,00	738,50	71,7	7	Agricultura e Pecuária
Stª Maria	1.040,00	799,00	76,8	6	Agricultura e Pecuária
TOTAL	6.466,98	3209,67	49,6		

FONTE: Cartório de Registro de Imóveis de Dourados (2009); Trabalho de Campo (2009)

Org.: CORRÊA, A. S. (2009)

Tabela 6 – Município de Dourados-MS: Arrendamento de terras a Usina Dourados Açúcar e Álcool

Propriedade	Área Total (Ha)	Área Arrendada (Ha)	(%) Arrendada	Prazo do Contrato	Principal Atividade
São José do Desterro	100,00	100,00	100,0	7	Agricultura e Pecuária
Serra Branca	100,00	90,00	90,0	7	Agricultura e Pecuária
Nova Esperança	154,59	111,47	72,1	7	Agricultura
Magdalena	188,00	177,40	94,4	6	Agricultura
Rio Peroba	200,00	159,18	79,6	7	Agricultura e Pecuária
Santa Emília	209,00	114,00	54,5	7	Pecuária
Jatobá	379,98	88,95	23,4	7	Agricultura
Três Irmãs	411,90	411,10	99,8	7	Pecuária
Cristal	442,00	266,83	60,4	6	Pecuária
Carioca	464,70	402,66	86,6	6,5	Agricultura e Pecuária
Carioca II	493,37	54,80	11,1	6	Agricultura e Pecuária
Lucélia	692,50	630,50	91,0	7	Agricultura e Pecuária
Guaribobinha	864,00	90,75	10,5	7	Agricultura
Nossa Srª Aparecida	800,00	700,00	87,5	7	Agricultura e Pecuária
Jacutinga	895,00	777,87	86,9	7	Pecuária
Volta Rica	937,52	350,00	37,3	7	Agricultura e Pecuária
São José do Desterro	1.800,00	467,50	26,0	7	Agricultura e Pecuária
Dal Lago I	3.094,34	685,00	22,1	13	Agricultura e Pecuária
Dal Lago II	3.094,34	251,77	8,1	13	Agricultura e Pecuária
Figueira	3.125,54	638,40	20,4	13	Agricultura e Pecuária
Santa Madalena	3.722,00	736,34	19,8	12	Agricultura e Pecuária
TOTAL	19.043,24	6.666,12	35,0		

FONTE: Cartório de Registro de Imóveis de Dourados (2009); Trabalho de Campo (2009)
Org.: CORRÊA, A. S. (2009)

Essas informações de cunho quantitativo, disponíveis nas instituições públicas, como no caso do Cartório de Registro de Imóveis de Dourados, traz, de certa forma, um contexto da quantidade de arrendamentos entre o capital agroindustrial canavieiro e o proprietário de terra, seja ele pequeno, médio ou grande proprietário de terra, conforme as classificações definidas anteriormente. Contudo, tem-se que grande parte destas amostras que foram coletadas evidencia arrendamentos acima de 50% da quantidade de terra disponível, principalmente quando consideradas as pequenas e médias propriedades.

Fabrini (2002) destaca, em seu estudo sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, que os arrendamentos de pequenas áreas para derrubada de florestas e formação de pastagens, como ocorreu no início da modernização agrícola no Mato Grosso do Sul, praticamente não existe mais. Os arrendamentos existentes para a reforma de pastagens são entregues a arrendatários que dispõem de recursos financeiros, equipamentos agrícolas, tratores para realizar a destoca e terraceamento exigidas pelos fazendeiros, ou seja, arrendatários capitalistas. Neste contexto, o autor destaca a usina de açúcar e destilaria de álcool no município de Naviraí (Coopernavi), que praticamente monopolizou os arrendamentos para reforma de pastagens com a plantação de cana-de-açúcar.

Nesse sentido, podemos observar que os arrendamentos feitos, com área total ou em proporções, podem definir a situação do proprietário de terra. Assim, para tal análise, foram realizadas algumas entrevistas com os proprietários, a respeito de compreendermos quais os motivos que levam ao arrendamento.

Para tal análise, separamos as entrevistas por categoria de produtor, ou seja, o proprietário de terra capitalista e o camponês proprietário²⁷. Observamos que a situação do camponês proprietário, que se encontra nas propriedades São José do Desterro e Serra Branca (Tabela 6), tem suas rendas quase totalmente sujeitas ao capital agroindustrial canavieiro, ou seja, arrendaram de 90% a 100% de suas terras.

A dificuldade do proprietário em lidar com a propriedade somente o trabalho da família, no caso da propriedade São José do Desterro, levou ao arrendamento de 100% para a Usina Dourados. O proprietário entrevistado justifica que, devido às dificuldades de lidar com o campo, na produção de leite, cana, milho e suínos, preferiu vender suas vacas e alguns instrumentos agrícolas que possuía, assim como um trator, e arrendar toda a propriedade, para morar na cidade de Dourados, em busca de melhor acesso à educação de seus filhos.

Pra mim tocar a lavoura, ficou difícil, porque sozinho não dá, e pra gente pagar uma pessoa, fica muito caro, e os filho têm que estudar né? Aqui é difícil o transporte, ae decidimos morar na cidade.

Sobre os preços pagos pela Usina no contrato de arrendamento, o entrevistado apontou que são pagas anualmente 540 toneladas de cana-de-açúcar nas três primeiras

²⁷ De acordo com entrevista realizada em 15 de maio de 2010, na cidade de Dourados-MS, com proprietários da propriedade Desterro e Serra Branca, que arrendam para a Usina Dourados Álcool.

safras (2006, 2007 e 2008) e, nas três últimas, 600 toneladas (2009, 2010 e 2011)²⁸. Em valores monetários, de acordo com o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – União dos Produtores de Bioenergia (CONSECANA-UDOP), a média que se paga por tonelada de cana é de R\$40,36, gerando, neste caso, em torno de R\$24.000, ou seja, R\$2.000,00 por mês de contrato. Assim, o proprietário entrevistado argumenta que “*não é muito que recebo, mas dá para pagar as contas, pois vai tudo em aluguel, água, luz e comida*”.

Na propriedade Serra Branca, o proprietário entrevistado argumentou que os administradores da Usina o convenceram a arrendar suas terras. No entanto, resolveu não sair da propriedade, ficando com 10 ha para continuar com a criação de frangos e suínos, como também de algumas vacas para a produção leiteira, em busca de seu próprio consumo familiar. Antes do arrendamento, este proprietário produzia soja para venda em cooperativas da região, porém, devido aos altos custos de produção, interessou-se em arrendar a terra para Usina.

Porque o senhor decidiu arrendar suas terras? Olha filho, pra produzir soja fica muito caro, e às vezes a gente corre o risco de ter seca, e perde tudo, então o gerente da usina veio falar comigo, e disse que dá pra tirar uns dois mil por mês. Aí eles deixaram eu ficar com um pedaço da terra, pra mim criar minhas vacas e outros bichos.

Cabe destacar que as duas propriedades analisadas apresentaram características de pequenas propriedades que utilizavam a mão-de-obra familiar. Oliveira (1991) destaca que quando o camponês proprietário arrenda sua terra ele é denominado de rendeiro, como é o caso da propriedade Serra Branca.

Temos também no sistema sucroalcooleiro outra situação de arrendamento e que constitui-se a maioria em Dourados. É a figura do arrendatário capitalista, que tem uma típica relação capitalista.

Tomamos como exemplo, para fins de comparação, algumas propriedades caracterizadas como médias e grandes, nas quais foram entrevistados os proprietários²⁹

²⁸ Os preços pagos por toneladas estão de acordo com o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e União dos Produtores de Bioenergia (CONSECANA/UDOP), localizado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

²⁹ Trabalho de campo, entrevistas realizadas em 16 e 17 de maio de 2010, com autorização da publicação dos nomes das propriedades.

das seguintes propriedades, com seus respectivos tamanhos de área em hectares (ha): Santa Madalena (3.722), Carioca II (493) e Quevedo (395)³⁰.

A propriedade Quevedo arrenda cerca de 95% da área para a Usina São Fernando. O proprietário argumentou que nunca houve interesse de produzir na terra e que este sempre arrendou sua propriedade, considerando atrativo arrendar para a Usina, na perspectiva de que a produção do álcool tende a crescer e os preços da cana-de-açúcar subirem cada vez mais. O pagamento será de aproximadamente 2.500 toneladas de cana por safra/ano, ou seja, de acordo com o preço médio do CONSECANA-UDOP, tem-se cerca de R\$100.000,00.

Nunca gostei de mexer com a terra, por isso arrendo, era do meu pai, e quando passou pra mim em 2000, arrendei e continuei morando na cidade, acho que vai continuar aumentando a produção do álcool, e os preços da cana vão subir mais nesses anos aí, por isso acho interessante arrendar pra usina.

Já na propriedade Carioca II, a proprietária arrenda cerca de 11% de suas terras, pois, apesar de ser funcionária pública e residir na cidade, sempre manteve a produção de soja em sua propriedade sob a administração familiar e mantendo funcionários assalariados para prestação dos serviços. “Arrendei uma pequena parte da minha propriedade, é que quero ver se compensa largar a produção de soja, e se eles pagam direito. Quando o contrato terminar, vou decidir em manter ou não o arrendamento”.

Na propriedade Santa Madalena, o proprietário é médico e pecuarista, e o arrendamento foi de menos de 20% da área total da propriedade, pois afirma que há um rebanho bovino e áreas de pastagens, dos quais optou por não se desfazer. Para ele, o arrendamento servirá para que a Usina plante cerca de 10 ha de cana, em local determinado por ele, a fim de utilizar para alimentação de animais. O pagamento da Usina ao proprietário será de aproximadamente 5 mil toneladas de cana por safra.

Verifica-se nessas entrevistas que as diferentes situações sociais apresentam motivações distintas em relação ao arrendamento da terra. No primeiro caso da produção familiar, verificamos o desequilíbrio entre a mão-de-obra e o trabalho necessário para tocar a propriedade. No segundo caso, os camponeses foram

³⁰ A fazenda Quevedo corresponde ao arrendamento da Usina São Fernando, porém de acordo com os contratos de arrendamento, as principais condições são semelhantes da Usina Dourados.

“convencidos” pela empresa a arrendarem suas terras, mas mesmo assim mantiveram uma parte para o desenvolvimento de suas atividades.

Na situação dos proprietários capitalistas, o primeiro exemplo indica que o proprietário nunca teve interesse em produzir na terra, ou seja, o arrendamento se dá pelo fato do poder de monopólio da terra lhe dar o direito de se apropriar da renda fundiária. Trata-se de um proprietário rentista. Os outros dois exemplos apontam para a lógica capitalista de ter a propriedade da terra como negócio, como analisa Martins (1995).

Valério e Thomaz Júnior (2009, p.09), ao analisarem a situação do arrendamento de terras, também assinalam que:

Em busca dos elementos constituintes da motivação para o arrendamento de terras para o plantio da cana, constatamos que o grande motivador quando da tomada de decisão pelo arrendamento encontra-se no fator econômico que, no início do processo, em razão da dificuldade em conseguir renda suficiente por meio do cultivo agrícola tradicional, acabaram sendo “atraídos” pelo alto preço pago nos momentos de euforia do setor agrocanavieiro.

É então, a partir da análise das relações sociais, que podemos compreender essas diferentes formas de arrendamentos.

3.6 Produção e trabalho na cana-de-açúcar

No Brasil, quando se trata da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, verifica-se que o manejo mais utilizado para a colheita da cana-de-açúcar crua é a queima do canavial.

Segundo relatos do gerente agrícola e engenheiro agrônomo Francisco Carlos Devila, da Usina Dourados, a queima da cana-de-açúcar antes da colheita facilita a operação do corte pelos trabalhadores rurais: exterminam os animais peçonhentos, como cobras, evitando acidentes com os trabalhadores; elimina toda a palha que impossibilita o corte; reduz os custos de transportes, pois se tem uma redução no peso e, por fim, também gera a redução da utilização da água no processo de produção e limpeza.

O que se pode notar é que todo esse processo do corte da cana está ligado aos interesses capitalistas de redução de custos de produção, pois em nenhum momento tem-se a preocupação com o meio ambiente, com os trabalhadores e a sociedade, que enfrenta a poluição causada pelas queimadas.

Como observado no item anterior, dada a disponibilidade de dados que a Usina Dourados forneceu, podemos dizer que são 500 trabalhadores no corte de cana, sendo

360 de origem indígena, pois assim a usina atende aos requisitos impostos pelas autoridades locais, de modo a “maquiar” os índices de emprego e a questão indígena, que permeia vários debates na cidade de Dourados.

Quanto ao salário pago aos cortadores de cana, verifica-se uma contradição entre o discurso da empresa e o dos trabalhadores. Em entrevistas realizadas com trabalhadores³¹, o salário de um cortador de cana varia em torno de um salário mínimo³², enquanto as usinas afirmam pagar aproximadamente dois salários mínimos.

Existe a preocupação da produtividade no corte manual de cana, que deve ser realizado rente ao solo, pois é no pé da cana que se encontra maior quantidade de sacarose. Este tipo de corte não pode atingir a raiz, porque prejudica a re-brotação da mesma, causando fiscalizações constantes do gerente responsável para verificar se o trabalhador cortador está realizando o corte da cana corretamente.

Assim, podemos concordar com Silva (2007, p.136) sobre o tratamento e a produtividade do trabalhador, o qual afirma:

O sentido distributivo da lógica do capital faz sentir-se na lavoura canavieira, principalmente por meio da imposição pelas usinas de médias de produtividade individual no corte manual da cana, que hoje de modo geral gira em torno de 12 toneladas/cortador/dia. As médias de produção diária ainda podem ser escamoteadas pelos métodos de pesagem da cana cortada pelo trabalhador.

Dessa forma, as transformações técnico-produtivas ocorridas no setor canavieiro provocaram o aumento de produtividade média a partir da década de 1990. Nas décadas de 1970 e 1980, a produtividade média era de 6 toneladas/homem/dia. Nota-se, portanto, um aumento de 100% da produtividade média, passando em 1990 para 12 toneladas/homem/dia.

Ao analisar a produtividade média do trabalhador, Alves (2006) destaca que para os trabalhadores manterem seus empregos é necessário cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia, índice abaixo da média, mas que garante o emprego do trabalhador. O excedente de mão-de-obra disponível leva, segundo Alves (2006), as agroindústrias a selecionar o trabalhador com maior índice de produtividade. Através de contratos de experiência, testam o trabalhador no período de três meses, e quando não alcança a

³¹ Trabalho de campo, entrevista realizada no dia 20 de maio de 2010.

³² Salário mínimo vigente do ano de 2010 (R\$ 510,00).

produtividade de 10 a 12 toneladas de cana por dia, é demitido antes mesmo de completar o período de contratação.

Ao retomarmos as condições dos trabalhadores em Mato Grosso do Sul, é notório que esta nova fronteira de expansão da cana-de-açúcar mistura trabalhadores índios guaranis e nordestinos no processo de corte.

Em reportagem do jornal Valor Econômico³³, ao entrevistarem um cortador de cana nordestino em uma das usinas de Mato Grosso do Sul, o trabalhador explicou que teve seu dedo decepado pelo podão³⁴ no mesmo dia da reportagem. Acompanhando o trabalhador, verificaram que foi medicado, porém voltou para o canavial e ficou durante seis horas esperando o ônibus que o levaria até sua casa. Segundo a Procuradoria do Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul, o índice de denúncias de abuso de trabalhadores indígenas e de migrantes nas lavouras aumentou nos últimos anos.

Essas situações ocorrem cotidianamente nas usinas de cana, pois em entrevistas realizadas nas usinas de nosso campo de estudo, foram constatadas reclamações de trabalhadores de câibras nas partes abdominais, costas e braços (omitimos seus nomes, pois preferiram não se identificar). Contudo, há uma preocupação quanto ao volume cortado de cana, que não pode parar, pois o salário, que gira em torno de um salário mínimo, está vinculado com a produtividade do trabalho no corte da cana.

Dentro deste contexto, quanto ao processo produtivo, referente ao corte da cana, o termo sustentabilidade, que é o principal discurso das agroindústrias canavieiras implantadas, perde sentido. No que diz respeito ao trabalho, a atividade gera longas jornadas de trabalho devido ao trabalhador se sentir pressionado a sempre aumentar a produtividade, aumentando os riscos de acidentes de trabalho, traduzindo assim a carência de um comprometimento por parte do capitalista ao trabalhador.

A nova perspectiva nesse aspecto, para desviar a atenção da exploração de trabalhadores e da queima da palha da cana, faz com que várias agroindústrias estejam buscando novas práticas culturais e meios técnicos mais eficientes, recorrendo à questão da mecanização do corte da cana, dispensando a queima e os cortadores de cana. Assim,

³³ SCARAMUZZO, M. **Sotaque guarani na nova fronteira da cana**. Valor Econômico, São Paulo, 18/10/2006.

³⁴ Instrumento de lâmina recurvada maior que o cabo, para cortar madeira, podar árvores, semelhante ao facão.

intensifica-se a redução do uso da mão-de-obra não qualificada pela sua substituição por um número menor, porém qualificado para operacionalizar máquinas e implementos agrícolas.

Essa substituição de trabalhadores por máquinas ajuda-nos a entender a questão da *mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa* de Marx (1985). Enquanto a *mais-valia absoluta* extrai o trabalho excedente do trabalhador, ou seja, as horas a mais que ele proporciona em trabalho ao capitalista sem receber nada em troca, a *mais-valia relativa*, com a ajuda da tecnologia, intensifica a produtividade do trabalhador, fazendo com que o mesmo produza mais rápido, proporcionando maior quantidade de trabalho que ele entrega de graça ao capitalista. É nesse sentido que temos a redução de trabalhadores no campo e o aumento da produtividade por parte do setor sucroalcooleiro.

Assim, podemos concordar com Antunes (1999) que os novos arranjos estruturais permitem uma elevação na produtividade média do trabalho e uma maior flexibilidade nos direitos trabalhistas, precarizando o trabalho. Contudo, entendemos que se mantém o processo de super-exploração do trabalho, como também uma extração contínua da *mais-valia*, o que aumenta o processo de desemprego estrutural³⁵, que atinge uma parte específica da população, denominada pelo autor de *classe-que-vive-do-trabalho braçal*.

O transporte da lavoura até a unidade industrial é realizado por caminhões. Atualmente, há caminhões com capacidade de até três ou quatro carrocerias, aumentando a capacidade do transporte. Depois de descarregada, a cana passa por um processo de limpeza para diminuir as impurezas que possam prejudicar o rendimento das etapas subsequentes. Apenas a cana queimada é lavada com água. Após o processo de limpeza, há a desintegração parcial do colmo³⁶. Assim, a cana-de-açúcar é enviada para a moagem, onde se inicia o processo de fabricação do açúcar e do álcool.

Ao iniciar o processo de fabricação do açúcar e do álcool, são realizadas pesagem e a amostragem, para fins de determinação do teor de sacarose e porcentagem

³⁵ Decorre de mudanças estruturais na economia, tais como mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e da automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões) (PASSOS *et al*, 2005, p. 516).

³⁶ Colmo é um tipo de caule encontrado nas gramíneas como a cana-de-açúcar. É um tipo de caule em que nós e entrenós são bem visíveis, e podem ser ocos (bambu) ou cheios (cana-de-açúcar).

de sólidos solúveis. O descarregamento é mecanizado e não há armazenamento de cana em virtude da perda de sacarose.

Quando colhida mecanicamente e sem queima, não é submetida à lavagem. Algumas unidades minimizam o consumo de água nesta etapa, com emprego de limpeza a seco. Depois de limpa, há a desintegração parcial do colmo, de maneira a facilitar a extração da sacarose. O caldo extraído vai para o processo de tratamento do caldo, e o bagaço para as caldeiras.

3.7. O processamento Agroindustrial

O processamento industrial compõe a etapa da produção de açúcar e álcool. Nela, ocorre o processo de evaporação, cozimento, centrifugação e secagem. Neste processo, geram-se o mel pobre ou de qualidade, que contém açúcar e deve voltar a uma nova etapa de cozimento e posterior centrifugação, de forma a maximizar a produção de açúcar. Com o advento da produção anexa de álcool, é prática comum a extração até do açúcar de segunda para o direcionamento do mel pobre³⁷ na produção de álcool, na etapa de fermentação.

Nesse sentido, para a produção do álcool, ao caldo misto proveniente da extração, ou ao mel residual, gerado na fabricação de açúcar, são adicionados fermentos, mistura conhecida como *mosto*. Esta mistura é armazenada nas dornas³⁸ para fins de fermentação, cujo processo enzimático produz gás carbônico, calor e o vinho. Em sequência, ocorre a destilação, operação de separação dos diferentes constituintes do vinho, com objetivo de recuperar o álcool presente na solução. Na destilação havida na coluna, obtém-se a produção do álcool anidro ou hidratado, e, como resíduo, gera-se a vinhaça, também conhecida como vinhoto.

No processo de transformação dos açúcares em etanol, há despreendimento de gás carbônico e calor, portanto é necessário que as dornas sejam fechadas para recuperar o álcool arrastado pelo gás carbônico e o uso de trocadores de calor para manter a temperatura nas condições ideais para as leveduras.

³⁷ Sobra da sacarose (açúcar) centrifuga para processar o álcool.

³⁸ São recipientes onde ocorre a fermentação do mosto. As mais comuns são feitas de ferro, madeira ou alvenaria. Geralmente são cilíndricas de diâmetro igual à metade da altura, de fundo cônico, onde na parte mais baixa se instala a canaleta de escoamento..

A geração de vapor é realizada em caldeiras, que utilizam bagaço de cana como combustível. Há basicamente três modelos, que seriam as caldeiras com fornalha do tipo ferradura, caldeiras com grelha plana e caldeiras com grelha inclinada, as quais realizam queima em suspensão. As caldeiras com queima em suspensão são mais modernas, apresentam maior eficiência e possibilitam maior capacidade de operação, segundo dados da empresa de construção de caldeiras (ANDRADE e DINIZ, 2007).

A Figura 2 ilustra o funcionamento de uma usina com destilaria anexa. Neste tipo de destilaria, pode ser produzido tanto o açúcar como o álcool, em uma mesma indústria.

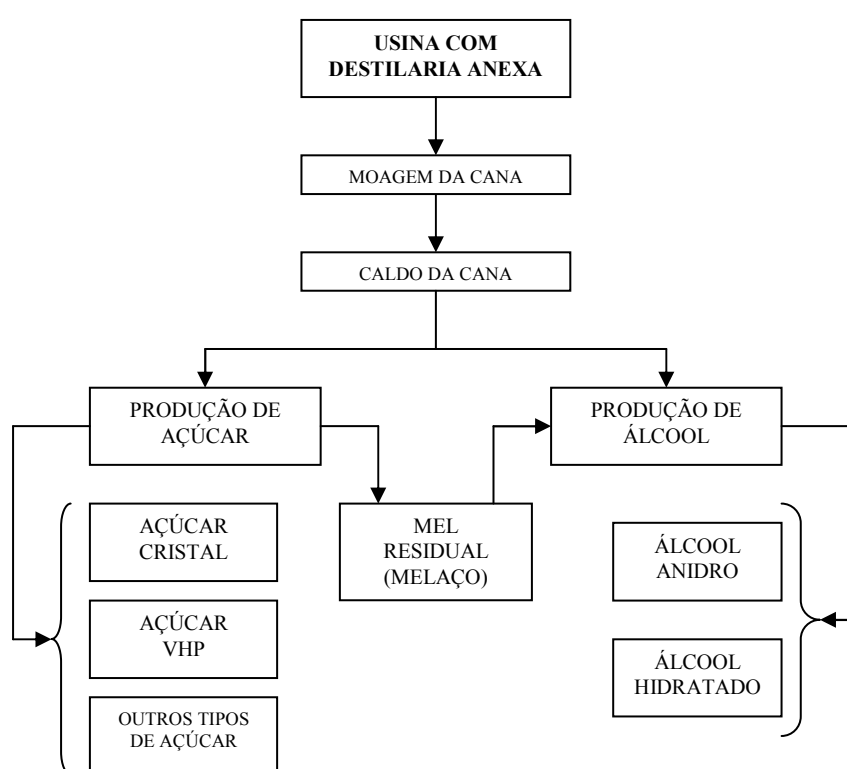


Figura 2: Fluxograma da Produção de Açúcar e Álcool

Fonte: Lamounier *et' all* (2006 p.04)

O setor sucroalcooleiro, através de interesses de alguns setores do processo produtivo, implantaram o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA), que é uma associação criada para mediar as relações entre o produtor agrícola e a usina beneficiadora. Hoje os preços pagos pelas indústrias aos fornecedores são baseados nos estabelecidos pela Consecana de São Paulo e do Paraná (SABADIN e GONÇALVES, 2005).

Nesse sentido, para se ter uma base de preços do produtor ao consumidor final, a Tabela 7 demonstra esta questão no Estado de Mato Grosso do Sul:

Tabela 7: Mato Grosso do Sul – Preço do Etanol/Litro (Consumidor e Produtor) em R\$.

Ano	Preço do Consumidor (R\$)	Preço Líquido do Produtor (R\$)	Diferença (R\$)
jan/09	1,71	0,78	0,93
fev/09	1,70	0,78	0,92
mar/09	1,69	0,66	1,03
abr/09	1,67	0,62	1,05
mai/09	1,64	0,58	1,06
jun/09	1,61	0,60	1,01
jul/09	1,64	0,71	0,93
ago/09	1,63	0,73	0,90
set/09	1,63	0,79	0,83
out/09	1,75	0,94	0,81
nov/09	1,84	0,94	0,89
dez/09	1,86	1,00	0,86
jan/10	1,98	1,17	0,81
fev/10	2,07	1,10	0,97

Fonte: CONSECANA (2010)

Verifica-se na Tabela 7 o preço pago pelo consumidor por litro de etanol no Mato Grosso do Sul. Todo esse processo produtivo, como visto anteriormente, gera preço líquido para o produtor, ou seja, ao todo, o preço médio repassado para o consumidor final é cerca de 114% a mais do preço líquido.

O modelo atual de como está organizado o sistema produtivo do açúcar e do álcool no estado de Mato Grosso do Sul, definido de acordo com estudos realizados por Sabadin e Gonçalves (2005), em que as usinas ou as agroindústrias canavieiras recebem a cana-de-açúcar de fornecedores independentes, produtores rurais que cultivam e vendem para as usinas e de fornecedores das próprias agroindústrias. Estas, por sua vez, arrendam ou fazem parcerias para tal produção e fornecimento com o proprietário rural. Assim, a usina beneficiadora industrializa a cana-de-açúcar, produzindo álcool e/ou açúcar, até chegar ao consumidor final. Já o sistema produtivo auxiliar conta com aspectos de fornecimento de máquinas, insumos, pesquisas e embalagens³⁹.

Neste contexto, podemos concordar com Azevedo (2008), em que surge um conjunto de relações em constante mutação, que mostram sobre a natureza deste

³⁹ Ver Anexos.

aparente reordenamento que se define, o qual sinaliza para abertura de novas fronteiras para o capital e para os trabalhadores.

3.8 A cana-de-açúcar no Município de Dourados: algumas implicações

Ao estudarmos o capital agroindustrial canavieiro, podemos compreender que, desde a criação do Proálcool na década de 1970, a cultura da cana-de-açúcar vem se expandindo vertiginosamente pelo país, territorializando o espaço geográfico por onde se instalam, provocando impactos sociais, econômicos e ambientais. Contudo, estes impactos ambientais se caracterizam não somente por queimadas da palha da cana, mas também entre o debate do agronegócio e dos cultivos alimentares que permeiam a agricultura camponesa.

Cabe destacar que o crescimento do capital sucroalcooleiro no Brasil está ligado aos processos de desenvolvimento dos biocombustíveis, e que o produto deste mercado, no caso o álcool ou o etanol, não é considerado uma *commodity*, e sim o açúcar, este como produto central e regulador internacional do setor canavieiro⁴⁰.

Porém, se pensarmos na conjuntura nacional e internacional, há que se destacar que a transformação do etanol em *commodity* está apoiada na perspectiva de uma expansão de suprir a demanda nacional, e possivelmente internacional, por este agrocombustível, gerando expectativa do capital agroindustrial canavieiro nacional na liderança de preços, por ser o principal produtor.

Souza (2010), em seu trabalho, verifica que a produção da cana-de-açúcar no Brasil dobrou entre os anos de 1990 e 2008, ou seja, apresentou um crescimento de mais de 100% de área cultivada, enquanto os cultivos de arroz, feijão e batata apresentaram neste mesmo período uma retração de 24,9%, 8,9% e 9,4% respectivamente. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional obteve um aumento significativo, o que distingue um aumento na demanda por alimentos por estes bens, já que representam a cesta básica nacional.

⁴⁰ Têm ocorrido tentativas, por parte do Brasil, para procurar transformar este produto em mercadoria internacional, pois ele ainda não o é. Dessa forma, o etanol de cana-de-açúcar tem se tornado um combustível importante apenas no Brasil. Este fato está relacionado historicamente com as políticas públicas voltadas para o setor. Entre elas, cabe destacar o desenvolvimento de tecnologia para produção do motor movido a álcool e mais recentemente do motor *flex* (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Nesse sentido, tem-se a problemática da concentração fundiária, com os impactos também causados pelo agronegócio canavieiro. De acordo com dados do IBGE, referentes ao Censo Agropecuário de 1996 e 2006, pode-se constatar que são as pequenas e médias propriedades as responsáveis pela produção da maior parte de alimentos que é consumido no país.

A primeira e grande crítica que se faz aos dados do censo é que, sendo apresentados estratificados por classes de área, camuflam a realidade da grande exploração em termos financeiros, realizada no pequeno estabelecimento por área. E no extremo oposto, escondem a pequena exploração no grande estabelecimento (...) é evidente que esta questão constitui-se em questão importante, mas não invalida os resultados que se pode obter com os dados do censo (OLIVEIRA, 1991, p.74)

Assim, o autor estuda tal afirmação, concluindo através dos dados do INCRA (1972) que a maior parte do valor, cerca de 80,32% da produção, está entre o muito pequeno e o pequeno proprietário, considerando este valor inferior a Cr\$ 12.000,00. Neste mesmo patamar, tem-se que o valor da produção das propriedades consideradas grandes e muito grandes é uma parcela mínima de 0,68%. “É assim que temos nos extremos pequenos extratos de área e valor de produção” (OLIVEIRA, 1991, p. 79).

Dessa perspectiva, Oliveira (1991) destaca que as grandes propriedades de terra são *confundidas* com grandes unidades de produção, entendendo de forma errônea que quem produz maior parte de alimentos no campo são as grandes propriedades. Portanto, para analisar a produção de grandes propriedades, o autor chama a atenção para a questão da finalidade desta propriedade, pois grande parte das grandes propriedades não é ocupada para produzir alimentos, mas com finalidade de constituir reservas patrimoniais e de valor dos latifundiários.

O cultivo da cana-de-açúcar utiliza grandes extensões de terra, promovendo desigualdades no campo e calçando a reprodução social das populações camponesas. Chamando a atenção para movimentos sociais e ambientalistas, Souza (2010) faz uma análise da concentração fundiária na década de 1980 até o ano de 2006:

Com relação à concentração fundiária, enquanto na década de 1980, uma unidade agroindustrial no Paraná concentrava em média cerca de 6 mil hectares, em 2006, o tamanho médio cultivado por uma agroindústria canavieira chegava a mais de 16 mil hectares, o que sugere um aumento de cerca de 270% na concentração fundiária pelo agronegócio canavieiro (SOUZA, 2010, p. 152)

Para Guedes *et al* (2006) *apud* Assis (2007), a expansão da cana-de-açúcar é facilitada por um mercado de terras pouco ordenado juridicamente e socialmente, o que

acarreta reflexos positivos nos custos de produção, ao mesmo tempo em que concentra a propriedade fundiária e inviabiliza os usos praticados pela agricultura camponesa. Assim sendo, como o aumento de produção na agroindústria canavieira está relacionado à expansão do cultivo em novas áreas, isso ocasiona uma reconfiguração do espaço geográfico e uma pressão sobre modos de vida e atividades rurais.

Silva (2008) destaca que a produção de alimentos está cada vez mais nas mãos de poucas empresas que dominam as cadeias produtivas do agronegócio, o chamado *agribusiness*, dominados por empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos. Estas empresas que compõem esse mercado, característico de oligopólio, dominam a produção de bens, dificultando ainda mais o modelo de agricultura familiar. Este é voltado para a sustentabilidade e produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar, conforme as palavras de Silva (2008, p. 65): “Portanto, o modelo de agricultura familiar voltado para a sustentabilidade, emprego da mão-de-obra familiar, produção de alimentos que garanta a segurança alimentar, confronta-se com as determinações impostas destas empresas, restando-lhe o desaparecimento ou a integração.”

Contudo, a partir do ano de 2008, é evidenciada uma crise de alimentos, derivada fundamentalmente de políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos ainda na década de 1990. Ou seja, o pequeno agricultor integrou-se neste novo modo de produção e passou a produzir para as empresas transnacionais e a comprar os alimentos industrializados destas empresas.

Para Oliveira (2008), essas políticas neoliberais são resultados da incapacidade do mercado em construir uma política mundial de segurança alimentar ou de soberania alimentar, sendo a principal responsável pela crise de alimentos vivenciada na atualidade.

Deve-se destacar de início, que depois da criação da FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e do advento da revolução verde, o mundo capitalista adotou um mecanismo de controle da produção de alimentos baseado no sistema de estoques. Esta sistemática tinha por objetivo garantir excedentes agrícolas alimentares que permitissem, simultaneamente, garantir a oferta de alimentos diante o fantasma da fome, e a regulação de seus preços contra as ações especulativas dos *players* capitalistas (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores). Com o neoliberalismo, depois da criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, o sistema adotado foi aquele da colocação dos estoques no

mercado e do império absoluto do livre comércio (OLIVEIRA, 2008, p. 08)

Em síntese, o mercado regularia a oferta de produção de alimentos, de acordo com a disponibilidade dos estoques, criando especulações dos capitalistas que não produzem na terra, de investimentos neste setor, para que assim, em épocas de crise alimentar, o investidor capitalista vendesse seus estoques a preços elevados. Novamente podemos destacar:

Com a redução dos estoques de alimentos e da oscilação de seus preços, os fundos de investimentos que sofreram violentas perdas com as *'subprime'*, no mercado financeiro e imobiliário norte-americano, passaram a investir no mercado futuro, das *commodities* (milho, soja, trigo e arroz, principalmente). Este processo meramente especulativo atua no controle privado dos estoques e sobre a possibilidade de oferta de alimentos no mercado futuro. Dessa forma, todas as *commodities* tiveram preços no final do ano ascendentes e depois, descendentes (OLIVEIRA, 2008, p. 09)

Nesta perspectiva, os preços das *commodities* agrícolas estão à mercê do controle especulativo de estoques destes produtos, a fim de especulações a respeito de um possível choque de oferta de alimentos, o que elevaria imediatamente os seus preços, pois o sistema capitalista não garante a oferta de alimentos para a sociedade como um todo. Daí as especulações do mercado futuro.

Ainda segundo Oliveira (2008), vale destacar resumidamente algumas causas que ampliaram a redução da oferta de alimentos nos últimos anos:

i) Crises nos fundos de investimentos do mercado financeiro e imobiliário levaram os investidores para o mercado futuro, a fim de controlar a oferta de alimentos;

ii) Os Estados Unidos aumentaram a produção de etanol a partir do milho, assim como a União Europeia, fazendo com que parte do milho destinado à alimentação humana e à produção de ração animal fosse destinada à produção do etanol. No mercado especulativo, devido ao aumento da demanda por milho, houve especulações no mercado de grãos, elevando os preços da soja, trigo e arroz.

iii) Com a produção de grãos combinada com o setor agroquímico, este liderado pelo preço do petróleo, houve aumento do preço do petróleo, que conseqüentemente elevou os preços dos agroquímicos, aumentando os preços dos alimentos ainda em 2007.

iv) Por último, o autor destaca o aumento do consumo de alimentos de países como a China e Índia, com ampliação de importações de alimentos, principalmente da soja em grão e do óleo de soja.

Essas quatro características evidenciam que devido ao aumento da produção mundial do etanol, está ocorrendo, de forma gradativa, uma redução na oferta de alimentos, e que, baseado em um mercado especulativo de controle de estoques, os preços podem aumentar de forma estrondosa.

Ao analisarmos a Tabela 8, verificamos uma redução da safra de soja, tanto no Mato Grosso do Sul quanto no município de Dourados. A partir das safras de 2006/2007, tem-se a maior queda na área plantada, resultando em menos 10,9% em Mato Grosso do Sul e menos 1,2% em Dourados.

Tabela 8: Mato Grosso do Sul e Dourados – Área plantada de soja em hectares

Período/Safra	Mato Grosso do Sul (Em Milhões)	Var. (%)	Dourados (Em Mil)	Var. (%)
2000/01	1.064,5	-	112.000	-
2001/02	1.192,2	12,00	110.500	-1,34
2002/03	1.415,1	18,70	120.000	8,60
2003/04	1.797,2	27,00	145.462	21,22
2004/05	2.030,8	13,00	157.200	8,07
2005/06	1.949,6	-4,00	162.000	3,05
2006/07	1.737,1	-10,90	160.000	-1,23
2007/08	1.731,4	-0,33	155.000	-3,13
2008/09	1.715,8	-0,90	153.000	-1,29
2009/10	1.712,2	-0,21	150.000	-1,96

Fonte: CONAB (2010)

Org. CORRÊA, A.S.

Em relação à expressividade do rebanho bovino no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Dourados, tem-se que tanto o estado quanto o município apresentaram elevadas quedas no total de bovinos efetivos a partir de 2006, com redução no estado de menos 3,27% em 2006. Dourados, em 2007, apresentou queda de menos 13,48%. O que se pode observar é que, em um período de dez anos, o número de bovinos efetivos diminuiu de 271.905 para 215.918, representando uma queda de aproximadamente 20% do seu rebanho. Já Mato Grosso do Sul apresentou uma leve queda em 2006 e, posteriormente, uma recuperação (Tabela 9).

O Governo Federal lançou um plano que proíbe plantações de cana-de-açúcar em áreas que ainda preservam suas vegetações nativas, como Amazônia e Pantanal, assim como em reservas ambientais e indígenas e em todas as áreas de importância ecológica.

Tabela 9: Mato Grosso do Sul e Dourados – Rebanho de bovinos efetivos

Período/Safra	Mato Grosso do Sul (Em Milhões)	Var. (%)	Dourados (Em Mil)	Var. (%)
2000	22.205	-	271.905	-
2001	22.620	1,87	277.071	1,90
2002	23.168	2,42	281.396	1,56
2003	24.984	7,84	268.835	-4,46
2004	24.715	-1,08	259.090	-3,62
2005	24.504	-0,85	245.020	-5,43
2006	23.726	-3,27	235.849	-3,74
2007	21.832	7,13	204.067	-13,48
2008	22.365	2,44	215.918	5,81

Fonte: IBGE (2008)
Org. CORRÊA, A.S.

Podemos observar o caráter produtivo do município de Dourados no período de 2000 a 2008. Produtos como milhos e feijão não apareceram nos dados do IBGE (2008), já a produção da cana-de-açúcar se inicia a partir do ano de 2007.

Tabela 10: Dourados – Principais Cultivos (Em Área Plantada – Ha)

Produtos	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Soja	112.000	110.500	120.000	145.462	157.200	162.000	160.000	155.000	153.000
Milho				110.000	85.000	70.000	75.000	90.000	105.000
Trigo	3.600	3.000	15.000	15.000	25.000	8.000	6.000	5.500	7.500
Cana	-	-	-	-	-	-	-	8.000	3.800
Arroz	5.400	4.500	5.200	4.600	6.050	5.100	4.000	4.000	3.200
Feijão				300	450	250	658	500	550

Fonte: IBGE (2008)
Org. CORRÊA, A.S (2010)

Como já observado nos capítulos anteriores, os principais cultivos de Dourados caracterizam o município em uma economia agroexportadora, configurada na divisão regional do trabalho, em especial quanto ao cultivo da soja e do milho. Nota-se, portanto, que somente a área plantada do milho está em elevação. O cultivo do arroz e do feijão vem de quedas nas áreas plantadas, enquanto o cultivo da cana também apresentou uma queda, devido à crise de 2008⁴¹, que desacelerou o processo de cultivo da cana. Outro fato a observar é que se colocarmos a área plantada do arroz e do feijão, que compõem a cesta básica, tem-se que, se somadas, estas não alcançam a área plantada de cana-de-açúcar.

⁴¹ Ver capítulo anterior.

Após esta abordagem sobre o sobre as implicações do capital sucroalcooleiro em Dourados, podemos constatar que a produção de alimentos tende a diminuir, de acordo com a expansão do setor canavieiro, como já demonstram em trabalhos realizados por Valério e Thomaz Júnior (2009). Em seus estudos, os autores destacam esta problemática que se instala no Estado de São Paulo, enfatizando o Oeste Paulista e o município de Flórida Paulista. No município de Dourados, este processo do agronegócio canavieiro ou a própria territorialização do capital agroindustrial canavieiro ainda é recente, mas pelos poucos estudos realizados podemos observar este mesmo sentido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras formas de integração da formação socioespacial do território brasileiro ocorreram no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista industrial, no qual o país demonstrou um crescimento interno, via substituição de importações. Percebe-se que houve maiores investimentos agrícolas, com incentivos de políticas nacionais, capturando a maior parte da economia rural.

Ao tratar da divisão territorial do trabalho no Brasil, pode-se destacar que a divisão internacional do trabalho forneceu aspectos para o surgimento de novas regiões econômicas, que formaram as realidades econômico-sociais. A região passa a ser uma escala produtiva para fins operacionais do capital, ampliando mercados e limites dos territórios econômicos.

Dentro deste contexto, houve várias políticas de desenvolvimento abordadas pelo Estado, os quais influenciaram novos imigrantes, de diferentes estados do Brasil, a fim de acelerar e movimentar economicamente o Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentou-se, através destas políticas, o controle hegemônico da produção capitalista, tornando internamente produto de desenvolvimento desigual e combinado das regiões.

Ao analisarmos a Região Centro-Oeste, tem-se a agricultura como principal fonte de interesses da produção capitalista, abastecedora de produtos agrícolas, a fim de atender a Região Sudeste, que se industrializava, tornando-se uma região fornecedora de bens primários ao capital industrial.

A expansão dessas políticas que preconizavam a agricultura e a pecuária no Mato Grosso do Sul foi definindo formas de apropriação do território voltadas para a pecuária melhorada e para o capital industrial. Assim, o Centro-Oeste configura-se economicamente, a partir da década de 1970, dentro de um planejamento integrado com o capital industrial.

Contudo, este trabalho buscou compreender o processo acelerado de instalações de agroindústrias canaveiras que podem ocasionar o mesmo processo que ocorreu nos anos de 1970 e 1980, com a pecuária melhorada e com a expansão de lavouras de soja e milho, pois, visando atender estas novas agroindústrias, percebe-se que as transformações na estrutura produtiva tendem a ocorrer na região.

Assim, nas últimas décadas, contextualizam-se políticas adotadas a partir do desenvolvimento de novas fontes de combustíveis, como a monocultura da cana-de-açúcar, que vem se expandindo atualmente.

Percebe-se que o capital agroindustrial canavieiro surge no Estado de Mato Grosso do Sul no final da década de 1970, a partir dos incentivos do Proálcool, como observado. Estes incentivos do Estado, em busca de fontes de energia renováveis em meio à crise do petróleo, trouxeram o capital industrial, primeiramente nacional, advindos principalmente da Região Nordeste e Sudeste, e posteriormente, no início do século XXI, já com o capital industrial externo.

De fato, o desenvolvimento do capital agroindustrial canavieiro é um processo recente, dominado, como visto, primeiramente pelo capital industrial nacional e, posteriormente, pelo capital industrial internacional. Daí uma relação mais estreita do mercado sucroalcooleiro nacional com o estrangeiro a partir do ano de 2000, representado por interesses do capital mundializado.

Ao estudarmos o município de Dourados, percebe-se que o mesmo é fruto de planejamentos governamentais desde a década de 1930, quando a economia extrativista ervateira era dominada pela Cia Mate Laranjeiras. Porém, Dourados se insere na política econômica a fim de atender ao mercado externo, a partir dos incentivos do Estado quanto à instalação do capital agroindustrial, modificando o aparelho produtivo, seja no âmbito rural, seja no urbano, já na década de 1970.

Já a expansão do capital agroindustrial canavieiro no município de Dourados ocorre a partir do final da década de 2000, com incentivos do Estado, através do BNDES. Tem-se, nesse caso, o processo de territorialização do capital agroindustrial canavieiro, com a criação de usinas e de monopolização do capital através dos contratos de arrendamentos analisados.

Voltamos à premissa de que a terra não pode ser definida como capital, mas sim a expropriação do lucro e da renda da terra, em que o proprietário da terra e/ou capitalista se apropria da maior parte da renda.

Nesse sentido, percebe-se que as áreas arrendadas são na sua maioria médias e grandes propriedades, portanto o avanço dos canaviais não atingiu de forma mais ampla as pequenas propriedades. Podemos concordar com Backes (2009), que constatou em seus estudos de campo realizados no ano de 2008 no Estado de Mato Grosso do Sul, que

este fato ainda não ocorreu. O mesmo pode ser considerado no estudo de campo deste trabalho, realizado entre os anos de 2009 e início de 2010, o qual constatou as pequenas propriedades sob contratos de arrendamentos com área de 100ha.

Portanto, compreendemos, através dos estudos de Backes (2009), que o processo de expansão da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul está em fase de consolidação. Porém, Dourados ainda está em fase de expansão, com incentivos de novas instalações de usinas e novos plantios de cana-de-açúcar por todo o município, ameaçando, no entanto, a produção de alimentos, seja no âmbito nacional, regional ou local.

Como visto no capítulo 04, ao analisarmos a área plantada de soja e os efetivos de bovinos no município e também no Estado de Mato Grosso do Sul, percebe-se, na média, uma redução nesses dois ramos de produtividade, o que podemos entender com um aumento do plantio da cana, que vem crescendo cada vez mais.

Assim, pode-se dizer que a tendência é a produção da cana continuar em expansão, através de incentivos ideológicos apoiados pelo governo e pela mídia, com o discurso de geração de emprego e renda para o estado ou para o município. Enquanto isso, cria-se por trás deste discurso uma exploração e exclusão (principalmente do trabalhador indígena), ancorado na expansão do capital sucroalcooleiro.

Como já discutido neste trabalho, ressaltamos que toda essa expansão do capital sucroalcooleiro no município de Dourados está em processo de inserção em sua configuração territorial. Porém, podemos destacar que, através dos incentivos para o Estado de Mato Grosso do Sul se tornar o maior produtor de cana-de-açúcar, subentende-se que Dourados está dentro deste sistema de expansão, a mercê de grupos econômicos, sejam nacionais, sejam internacionais, em busca de lucro e terras férteis com baixos preços.

Assim, é interessante verificar que o estudo sobre a questão da expansão do capital agroindustrial canavieiro em Dourados deve prosseguir, buscando novos elementos que surgirem no decorrer dos anos. É importante compreender as relações sociais do trabalho e da produção, pois esta expansão da agricultura canavieira está se iniciando e ainda pode se expandir para pequenas propriedades e até mesmo a assentamentos, gerando um processo mais acentuado de exclusão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições.** São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado) Geografia 2001.

ABREU, S. **Mato Grosso do Sul – aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas e velhas práticas.** 2008.

ALVES, F. J. C. **Porque Morrem os Cortadores de Cana?** In: Patoral do Migrante. Guariba: Diocese de Jaboticabal (01 de Março de 2006). Disponível em: <<http://www.pastoraldomigrante.org.br>>. Acesso em: 12/07/2010.

Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná – ALCOPAR - 2006. Disponível em: <http://www.alcpar.org.br/>

ANDRADE, M.C. **Modernização e Pobreza.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANDRADE, J.M.F; DINIZ, K. M. **Impactos Ambientais da Agroindústria da Cana-de-açúcar: Subsídios para a Gestão.** 2007. 131 f. Monografia (Especialização em gerenciamento ambiental) Universidade São Paulo, Piracicaba.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. G. J. Relações entre campo e cidade: a expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e a transformação do espaço do Município de Dourados. **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, 1-29.

ARAÚJO, P. R. R. MACHADO, M. M. **O novo estatuto do meio ambiente na prática empresarial mundializada: uma análise preliminar sobre a logística reversa.** Revista Gaia Scientia 2007, 1(1): 67-75.

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capita x trabalho e reconfiguração espacial.** Dissertação (mestrado em geografia). Dourados-MS: FCH–UFGD, 2008.

BACKES, T. R. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção.** Dissertação (mestrado em geografia). Dourados-MS: FCH–UFGD, 2009.

BAER, W. **A Economia Brasileira.** São Paulo: Nobel, 2003. 509p.

BARRETO, M.J; OLIVEIRA, A.M.S; THOMAZ JÚNIOR. **Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da usina alvorada do oeste e da destilaria Decasa.** Revista Pegada – vol. 9 n.1 162 Junho/2008.

BARQUERO, Antonio. (1988). **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo.** Madrid, Ed. Pirámide.

BECKER, B. & EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo.** São Paulo : Bertrand Brasil, 1993.

BENKO, G / **Revista do Departamento de Geografia**, 15 (2002) 45–54.* Université Panthéon-Sorbonne 12, Place du Panthéon, 75231 Paris Cedex 05, França. e-mail: georges.benko@univ-paris1.fr. Revista do Departamento de Geografia, 15 (2002) 45–54.

BOURLEGAT, C. A: Mato Grosso do Sul e Campo Grande: **articulações espaço-temporais. Pres. Prudente: Unesp/FCT, Tese (Doutorado) Geografia 2000.**

BUARQUE, C. **A desordem do progresso**. 4 ed. Paz e Terra, 1990.

CABRAL, da Silva. **Políticas públicas de transporte rodoviário no MS: O Fundersul e as ações executadas na Unidade Regional de Dourados**. Dissertação de Mestrado. UFMS, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARVALHO, S.P; CARRIJO, E. **A produção de álcool: do PROÁLCOOL ao contexto atual**. XLV CONGRESSO DA SOBER Londrina, 22 a 25 de julho de 2007, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

CANO W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. 2ª Ed.rev.aum. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2)

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Levantamentos de Safra. 2010. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=>> Acessado em 10 ago. 2010.

COVRE, M. L. M. **A fala dos homens : análise do pensamento tecnocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CRUZ, P. Dependente da soja, Dourados ainda espera o avanço da Cana. **Valor Econômico** – São Paulo/SP. 2010.

CUNHA, J. M. P da. **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

DANTAS, O. SOUZA, O. A. **Planejamento Regional: A experiência do “Governo Popular” em Mato Grosso do Sul**. 2003.

EGLER, C. **Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil**. In: Brasil: questões atuais da reorganização do território/Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, organizadores. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

EGLER, C. **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. Geografia, Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995, p.207-238.

EGLER, C. **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia, Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995, p.207-238.

- FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19. jul./dez. 2002. p. 75-93.
- FARIAS, C.S; SILVA, S.S. Sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento: o **caso do projeto “Álcool Verde” em Capixaba/AC**. *Redes – Revista de Desenvolvimento Regional*, UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Vol. 14, No 2. p. 122-133, ano 2009.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional 2005, 32ª Ed. 238p.
- FURTADO, J. GUIDOLIN. S.M. **Inovação e modernização da cadeia agroindustrial: a expansão no Centro-Oeste**. Relatório Parcial de Atividades. Grupo de Estudo em Economia Industrial (GEEIN). UNESP – Araraquara, Janeiro de 2003.
- GIRARDI, E. P. Atlas da questão agrária brasileira e cartografia geográfica crítica. **Revista Confins**, v. 5, p. 9, 2009.
- GOLDENSTEIN, L. SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Sep. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo (1): 21-47, 1980.
- GREMAUD, A.P; VASCONCELLOS, M.A.S; JÚNIOR, R.T. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista**. In: _____ . *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005. p. 41-73
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/. Acessado em 10/07/2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), **Censo Agropecuário Estimativas 2008**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/. Acessado em 10/07/2010.
- Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). **Índices Básicos 2005**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=153&Itemid=182. Acessado em: 20/07/2010.
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.) **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991.
- LACERDA, A. C. BOCHI, J. I e REGO, J. M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2006, 304p.
- LEMOS, M. B. SANTOS, F. CROCCO, M. **Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos**. In: DINIZ, Clélio. C. LEMOS, Mauro. B. (org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte, UFMG, 2005, p. 171 – 207.

- MARTINS, E. **Carta Educativa**: Ambigüidades e Conflitualidades. Revista Lusófona de Educação. 2005, n° 6, 139-151. Universidade Lusofana de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. SP: Hucitec, 1980.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Traduzido de Das kapital – Kritik der politischen ökonomie. 2ª ed. Traduzido por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a, livro 1, vol. 1 (Os Economistas).
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Traduzido de Das Kapital – Kritik der Politischen Ökonomie. 2ª ed. Traduzido por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b, livro 1, vol. 2 (Os Economistas).
- MENDONÇA, M. R. **A agrobioenergia**: os mitos do setor sucroalcooleiro em Goiás. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-22.
- MENDONÇA, M. R.; GONÇALVES, R. A. F. **Modernização energética e desenvolvimento do setor sucroalcooleiro**: reestruturação produtiva do capital e precarização do trabalho nas áreas de Cerrado. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 2, n. 1, p. 53-72, 2010.
- MICHELLON, E.; SANTOS, L.A.; RODRIGUES, J.R.A. **Breve Descrição do Proálcool e Perspectivas Futuras para o Etanol Produzido no Brasil**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
- MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. / Márcia Yukari Mizusaki. – Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009. 356p.
- NETO, L. G. **Dinâmicas recentes da economia regional brasileira**. São Paulo, Fundap/IESP, 1994.
- OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto 1991.
- OLIVEIRA, A. U. [Agrocombustíveis e produção de alimentos](http://www.ecodebate.com.br/2008/04/19/agrocombustiveis-e-producao-de-alimentos/). **Ecodebate**, São Paulo, abril 2008. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2008/04/19/agrocombustiveis-e-producao-de-alimentos/>>. Acesso em: 10 maio. 2010.
- OLIVEIRA, J. P. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”?** Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Revista Mana 4 (1): 47-77, 1998. Museu Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, F. & REICHSTUL, H-P. **Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. Estudos CEBRAP. São Paulo, (4): 131-68, abr./jun., 1973.
- OLIVEIRA, T. C. M.: **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande- Ed. UFMS, 2003.

- PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.
- PAVÃO, E. S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. “São Paulo, Editora Brasiliense, 23” edição, 1994. 390 p.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. 2ª edição-Saraiva, 2005.
- ROSSINI, R. E. . Nota, a título de apresentação. In: Tito Carlos Machado de Oliveira. (Org.). **Agro-indústria e Reprodução do Espaço**. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, v. , p. 13-14.
- SABADIN, Catiana e GONÇALVES, Eliane Vilalba. **Estudo da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool no Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, outubro de 2005.
- SADER, Emir. **América Latina en Siglo XXI**. In: **Boron, A.A. & Lechini, G. Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico**. Leciones desde África, Asia y América Latina. 1ª ed., Buenos Aires, Clacso, 2006.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Adélia de. 1996.
- SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. In: _____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005. p. 21-14.
- SCARAMUZZO, M. **Sotaque guarani na nova fronteira da cana**. Valor Econômico, São Paulo, 18/10/2006.
- SENAI/DN. **Perfil Competitivo do Mercoeste**. Brasília, 2003.
- SEPLANCT. **Diagnóstico do Mato Grosso do Sul**. 2003. Disponível em: www.seplantc.ms.gov.br, acessado em 07.07.2010.
- SILVA, M.A.M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada** – vol. 9 n.1 63 Junho/2008.
- SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192p.
- SILVA, M. C. T. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo : USP, Dissertação (Mestrado), 1992.
- SILVA, A. E. R. da. **A Territorialização da Agroindústria Canavieira: a antiga usina Amália em Santa Rosa de Viterbo /SP**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, A. E. R da & SUZUKI, J.C. **Reestruturação produtiva, estrutura fundiária e trabalho: um estudo sobre o processo de modernização da agricultura canavieira e as transformações sociais no município de Santa Rosa de Viterbo - Sp.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SILVA, A.E.R. **A territorialização da agroindústria sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP.** Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, ano 2007.

SOUZA, M. A. **A dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar:** notas para um debate. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 148-167, ago. 2010.

STEIN NETO, Ataulfo Alves. **A ilegalidade na produção do espaço urbano em Dourados – MS.** Dourados, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Campus de Dourados.

SZMRECSÁNYI, T. MOREIRA, E.P. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.** Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991.

THOMAZ JUNIOR, A. **A territorialização do monopólio: o caso das agroindústrias de Joticabal.** Dissertação. (Mestrado em geografia humana). São Paulo: DG/FFLCH-USP, 1988.

THOMAZ JUNIOR, A. OLIVEIRA, A. M. S. **O processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil.** Um novo desenho no campo. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária – Jornada Orlando Valverde. Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

VALÉRIO, V. J. O; THOMAZ JUNIOR, A. **Do Prato ao Tanque.** A Expansão da Agroindústria Canavieira, a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar em Questão: o caso de Flórida Paulista/SP. In: X Jornada do Trabalho, 2009, Presidente Prudente. Anais da X Jornada do Trabalho, 2009.

ANEXOS

Modelo de Contrato de Arrendamento

1. CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR LIVRO: B-84 FOLHA 191 (08/2006)

DADOS DA PARCEIRA AGRICULTORA:

AGROINDÚSTRIA: DOURADOS ALCCOL E AÇÚCAR LTDA.

CNPJ: 37.557.501/0001-42

LOCAL SEDE: RODOVIA MS 162, KM 42, NO MUNICÍPIO E COMARCA DE DOURADOS.

2.DADOS DA PARCEIRA PROPRIETÁRIA:

NOME:

PRINCIPAL ATIVIDADE: AGRICULTURA

PROPRIETÁRIO DE 209 HÁS.

LOCAL: FAZENDA SANTA EMÍLIA

DISTRITO: DOURADOS

Nº INCRA: 913.065.048.577-0

ÁREA ARRENDADA: 114,3 HÁS

DISPONÍVEL DE IMEDIATO.

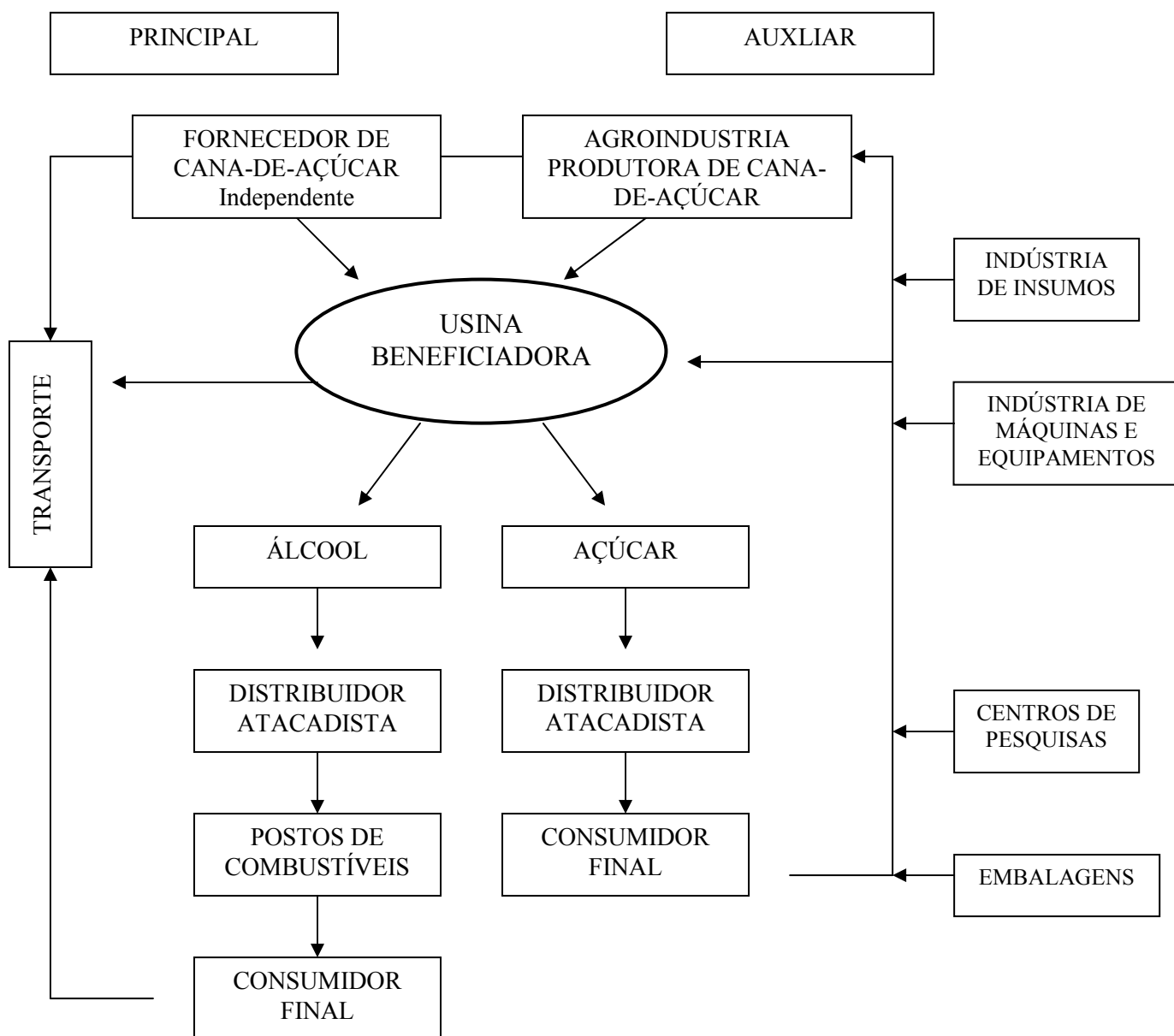
PRAZO DO CONTRATO: 7 Anos, com implantação de um ciclo agrícola de 6 safras.

Início em 2006 até fim da safra de 2012.

3. PRINCIPAIS CONDIÇÕES DO CONTRATO:

- A cessão da parte da sobredita área, livre para plantio e exploração de lavouras de cana-de-açúcar, observada a demarcação da área efetivamente agricultável – incluso os carregadores e excluídas as áreas de proteção ambiental.
- Entregar a terra sem estragos no tipo de corte de cana e transporte, impedindo ou modificando a normalidade de regeneração e produtividade futura.
- A parceira proprietária entrega a área de parceira com as curvas de nível existentes, competindo a parceira agricultora, quando necessário para a adequação do solo, construir outros melhoramentos, podendo edificar canais de irrigação e instalação de tubulações para a mesma finalidade, respondendo pela regular manutenção de todos os sistemas até o final do contrato. Independente de reembolso por parte dos parceira proprietária, também sem ônus para remove-los, no caso de rescisão ou vencimento do contrato.
- Parceira Agricultora é responsável pela conservação de todas as cercas existentes no perímetro objeto da parceira.
- As cercas internas da área serão desmanchada pela parceira agricultora, sem qualquer ônus no refazimento das mesmas quando no final do contrato, apenas com obrigação de entrega do material respectivo na sede da propriedade.
- A participação da parceira proprietária na exploração da lavoura no curso do presente contrato corresponderá ao resultado das aplicações percentuais adiante indicados, sobre a efetiva quantidade de cana que for produzida no fundo agrícola, comprovada através da emissão dos respectivos certificados de pesagem, assim dimensionados:
 - 1ª safra: 8,5%
 - 2ª safra: 9,5%
 - 3ª safra: 10,5%
 - 4ª safra: 11,5%
 - 5ª safra: 12,5%
- Partilha de produção pela balança da indústria, com certificados e notas fiscais.
- A parceira proprietária poderá vender sua cota, somente para a parceira agricultora.
- Pacto de adiantamento anual para a proprietária agrícola, pelo lapso de tempo entre instalação da lavoura e colheita.
- Se paga mensalmente: 85,72 ton. De cana de açúcar por alqueire até 2012.
- Preço da tonelada de cana será equivalente à 109,19kg de ATR com dedução da contribuição para o funrural (2,3%). Aferição do preço será feita pela CONSECANA/UDOP – ARAÇATUBA SÃO PAULO.
- A parceira agricultora poderá implantar projetos que visem a proteção ambiental na área objeto da parceria agrícola. Mediante prévia anuência da parceira proprietária.

Inter-relações setoriais da produção de Açúcar e Álcool no Mato Grosso do Sul



Fonte: Sabadin & Gonsalves (2005)

